

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de
Coimbra

AS TRAJETÓRIAS ESCOLARES E A INSERÇÃO LABORAL DOS JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Alexandra Vanessa Maltez Silva

Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social orientada pela Professora Doutora Joana Guerra e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2020

1 2  9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Resumo

A juventude é um período intermédio, temporário e transitório no ciclo da vida e geralmente está associado à fase de finalização do percurso educativo, à entrada no mercado de trabalho e, por consequência, com o período que dá início ao afastamento da família por via da concretização da independência social, económica e habitacional. Na sociedade moderna existe a possibilidade de criar oportunidades através do sistema de educação e do mercado profissional, porém, pode existir também uma vulnerabilidade nestes campos devido aos contextos sociais, às condições estruturais e à interdependência e sequência entre as transições para a vida adulta. Na presente dissertação pretendemos compreender o apoio e oportunidades geradas pelo Programa Escolhas para melhorar a trajetória escolar e a inserção laboral dos jovens que têm características de vulnerabilidade social, e por sua vez, captar as experiências dos jovens no Programa Escolhas. Esta é uma investigação qualitativa de carácter exploratório e a técnica de recolha de dados utilizada é a análise documental. Para tal, o campo de análise empírica são as Revista Escolhas, os Relatórios de Atividades e o Relatório de Avaliação Externa - 5.º Geração disponíveis na página eletrónica oficial do Programa Escolhas. Após a pesquisa, escolha e organização dos documentos realiza-se a grelha de análise documental detalhando a informação pretendida em conformidade com os objetivos da investigação, neste sentido, é exposto os dados recolhidos e efetuada a análise dos resultados. Com a realização deste estudo, conclui-se que o Programa Escolhas realiza um trabalho importante e essencial com as crianças e jovens que têm características de vulnerabilidade social e estes valorizam a sua presença e apoio para ultrapassarem as suas adversidades escolares e laborais. A informação recolhida revela que o Programa Escolhas se concentra em inovadoras e eficazes atividades para os jovens alcançarem o sucesso escolar e integrar o mercado de trabalho, na medida em que correspondem e satisfazem as problemáticas destes e referem a sua experiência no Programa como fundamental e positiva.

Palavras-Chave: Juventude; Vulnerabilidade Social; Trajetória Escolar; Inserção Laboral.

Abstract

Youth is an intermediate, temporary and transitory period in the life cycle and is generally associated with the finalization of the educational path, the entry into the labour market and, consequently, with the period that begins the removal of the family through the realization of social, economic and housing independence. In modern society there is the possibility of creating opportunities through the education system and the professional market, but there may also be a vulnerability in these fields due to social contexts, structural conditions and the interdependence and sequence between transitions to adulthood. In this dissertation we intend to understand the support, opportunities and motivation generated by the Choices Program to improve the school trajectory and the work insertion of young people who have characteristics of social vulnerability, and in turn, capture the experiences of young people in the Choices Program. This is a qualitative exploratory research and the data collection technique used is documentary analysis. To this end, the empirical analysis field is the Choices Magazine, the Activity Reports and the External Evaluation Report - 5th Generation available on the official website of the Choices Program. After the research, choice and organization of the documents, the document analysis grid is carried out detailing the desired information in accordance with the objectives of the research, in this sense, the collected data are exposed and the results are analysed. With this study, it is concluded that the Choices Program performs an important and essential work with children and young people who have characteristics of social vulnerability and they value their presence and support to overcome their school and work adversities. The information gathered shows that the Choices Program focuses on innovative and effective activities for young people to achieve school success and integrate the labour market, as they correspond and satisfy their problems and refer to their experience in the Program as fundamental and positive.

Keywords: Youth; Social Vulnerability; School Trajectory; Labor Insertion.

Índice

Resumo.....	4
Abstract	5
Índice	6
Índice de Tabelas	8
Índice de Ilustrações	10
Índice de Figuras.....	11
Índice de Abreviaturas	12
Nota Introdutória.....	13
Introdução	14
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	18
Capítulo 1. Juventude e a Vulnerabilidade Social.....	18
Capítulo 2. Contextualização das Políticas Públicas na Educação em Portugal	29
2.1. Abono de Família para Crianças e Jovens	32
2.2. Bolsa de Estudo	34
2.3. Territórios Educativos de Intervenção Prioritária	34
2.4. Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar	36
2.5. Programa Mais Sucesso Escolar.....	37
2.6. Comunidades de Aprendizagem.....	38
2.7. Projeto-piloto de Inovação Pedagógica	39
2.8. Programa Integrado e de Educação e Formação	40
2.9. Programa Escolhas.....	42
2.10. Conclusões.....	44
PARTE II - METODOLOGIA.....	49
Capítulo 3. Opções Metodológicas	49
3.1. Objetivos do Estudo	49
3.2. Natureza da Investigação	50
3.3. Campo de Análise Empírica	51
3.4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados	53
3.5. Métodos e Técnicas de Análise de Dados.....	55
PARTE III - ESTUDO EMPÍRICO	57
Capítulo 4. Apresentação e Discussão dos Resultados.....	57
4.1. Apresentação e Análise dos Resultados.....	57
4.2. Discussão e Conclusão	84

Bibliografia.....	90
Anexos	100
Anexo 1 - Artigo 74.º da VII Revisão Constitucional de 2005	101
Apêndices.....	102
Apêndice 1 - Evolução da escolaridade obrigatória em Portugal	103
Apêndice 2 - Abono de Família para Crianças e Jovens	104
Apêndice 3 - Bolsa de Estudo.....	109
Apêndice 4 - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária	110
Apêndice 5 - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.....	111
Apêndice 6 - Programa Mais Sucesso Escolar	112
Apêndice 7 - Projeto-piloto de Inovação Pedagógica.....	113
Apêndice 8 - Programa Integrado e de Educação e Formação	114
Apêndice 9 - Programa Escolhas	116
Apêndice 10 - Evolução dos Montantes das Prestações Familiares.....	121
Apêndice 11 - N.º de Crianças e Jovens Participantes no Programa Escolhas	122
Apêndice 12 - Áreas Estratégicas de Intervenção	123

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Taxa de Jovens Desempregados e Empregados (15-24)	22
Tabela 2 - Taxa de Desemprego e Emprego por Nível de Escolaridade Completa	23
Tabela 3 - Políticas Públicas na Educação em Portugal	32
Tabela 4 - Taxa de Risco de Pobreza e de Privação de Material.....	45
Tabela 5 - Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação no Início da Política Pública e em 2019.....	47
Tabela 6 - Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário no Início da Política Pública e em 2019	47
Tabela 7 - Revistas Escolhas	51
Tabela 8 - Relatórios de Atividades.....	52
Tabela 9 - Relatório de Avaliação Externa	52
Tabela 10 - Áreas Estratégicas de Intervenção.....	52
Tabela 11 - Grelha de Análise Documental	55
Tabela 12 - Principais Temáticas.....	62
Tabela 13 - Plano de Formação Contínua - Dinamizadores Comunitários.....	62
Tabela 14 - Liga Escolhas	63
Tabela 15 - Campanha Boas Notas.....	64
Tabela 16 - (Des)complexificar a Matemática	65
Tabela 17 - Educação em Itinerância.....	65
Tabela 18 - Rede de Tutores e Mentores Educativos	66
Tabela 20 - Traz Sucesso e Truz no Abandono.....	66
Tabela 21 - Trabalhar Competências	67
Tabela 22 - Ensino à Distância	68
Tabela 23 - Inovar “3E” - E6G.....	68
Tabela 24 - Bolsas U CAN.....	69
Tabela 25 - Plano de Formação - Formato Bootcamp	73
Tabela 28 - Rede Escolhas para o Talento	74
Tabela 26 - Mudar: Muda o Teu Mundo.....	74
Tabela 27 - Glam Models.....	76
Tabela 29 - Responsabilidade Social & O Escolhas.....	77
Tabela 30 - Projetos Pontuais para a Empregabilidade.....	77

Tabela 31 - Encaminhamento e Integração em Formação Profissional e em Emprego... 78

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - N.º de Participantes no Programa Escolhas.....	58
Ilustração 2 - Distribuição por Faixa Etária dos Participantes em Atividades PE.....	59
Ilustração 3 - N.º de Sessões de Trabalho.....	60
Ilustração 4 - N.º de Participantes e Sessões de Trabalho na Medida I.....	61
Ilustração 5 - N.º de Participantes e Sessões de Trabalho na Medida II	61
Ilustração 6 - Taxa de Sucesso Escolar	72
Ilustração 7 - Encaminhamento para Escola e Formação Profissional	73
Ilustração 8 - Número de Iniciativas Empreendedoras Criadas.....	79

Índice de Figuras

Figura 1 - Impactos da Escolarização Elevada	25
Figura 2 - Definição das Competências.....	27

Índice de Abreviaturas

Abono de Família para Crianças e Jovens [**AFCJ**]

Bolsa de Estudo [**BE**]

Comunidade de Aprendizagem [**CA**]

Direção-Geral da Educação [**DGE**]

Instituto de Emprego e Formação Profissional [**IEFP**]

Instituto de Segurança Social [**ISS**]

Instituto Nacional de Estatística [**INE**]

Ministério da Educação [**ME**]

Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil [**PEETI**]

Programa Escolhas [**PE**]

Programa Integrado e de Educação e Formação [**PIEF**]

Programa Mais Sucesso Escolar [**PMSE**]

Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar [**PNPSE**]

Projeto-piloto de Inovação Pedagógica [**PIIP**]

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária [**TEIP**]

União Europeia [**UE**]

Nota Introdutória

A realização da presente dissertação coincidiu com a crise sanitária da Covid-19, a qual implicou a implementação de medidas de prevenção e mitigação do novo coronavírus, nomeadamente a redução da interação social entre pessoas, de forma a minimizar a transmissão da doença por COVID-19.

Este contexto veio dificultar a realização da componente empírica e as estratégias metodológicas previamente definidas. O principal obstáculo com que nos deparamos foi a realização da recolha de dados, através das entrevistas presenciais e individuais e a aplicação do questionário aos jovens do projeto Cresce e Aparece - E7G do Programa Escolhas em Beja. Estando previsto recolher elementos biográficos para a construção basilar do biograma de cada entrevistado, tendo como objetivo recolher informações sobre o percurso escolar do jovem, aprofundar a sua integração no Programa Escolhas e qual a sua perceção sobre o mesmo.

No sentido de ultrapassar esta situação, tendo sempre presente o tema estabelecido, a solução encontrada passou pela realização da recolha de dados através de uma análise documental, recorrendo à Revista Escolhas, ao Relatório de Atividades e ao Relatório de Avaliação Externa que estão disponíveis na página eletrónica oficial do Programa Escolhas. Por sua vez, foi adaptada a metodologia e os objetivos, abordando o apoio e oportunidades gerada pelo Programa Escolhas para melhorar a trajetória escolar e na inserção e percurso laboral dos jovens que têm características de vulnerabilidade social.

Apesar deste contratempo foi possível contornar todos os obstáculos e positivamente alcançar informações igualmente interessantes e importantes na recolha de dados e posteriormente realizar uma proveitosa análise e discussão de dados.

Introdução

O tema da presente dissertação surge inspirado na acumulação de experiências pessoais e profissionais, sobre os percursos de vida dos jovens com características de vulnerabilidade social, particularmente na fase de transição para a vida adulta. O interesse por estas questões, surge da reflexão em torno da importância da educação de qualidade adquirida na licenciatura em serviço social, motivada pelos questionamentos nas diversas unidades curriculares e pela realização da dissertação de licenciatura e do estágio curricular relativo a este tema. A realização do estágio curricular, com crianças e jovens veio acentuar preocupações sobre estas problemáticas.

Neste sentido pareceu-nos oportuno analisar a implementação de políticas públicas educativas que tivessem como destinatários os jovens em idade escolar e ou em, processo de integração no mercado de trabalho mas marcados por uma trajetória de insucessos. Não obstante o interesse que reconhecemos em todas as medidas, este trabalho visa particularizar a ação do Programa Escolhas e compreender o apoio e oportunidades que o programa ajuda a criar para os jovens melhorarem a sua trajetória juvenil e integrarem a vida adulta com sucesso.

Na trajetória da juventude cabe a fase de escolarização, a entrada no mercado de trabalho com o ingresso na vida ativa, que por sua vez, é complementada com a aquisição de autonomia social levando à emancipação económica e habitacional da família de origem (Cruz et al., 1984). Na sociedade desenvolvida surge uma diversidade de trajetórias como o prolongamento dos ciclos educativos ou o abandono escolar, a entrada precária ou a flexibilização no mercado de trabalho (M. Guerreiro et al., 2007). Contudo, nos vários contextos, oportunidades e circunstâncias de vida ocorrem projetos de vida diferentes, nomeadamente nas situações de vulnerabilidade, em que os jovens não têm acesso a educação, uma vida familiar estável e ou recursos económicos, criando cumulativamente obstáculos na finalização ou continuação da vida escolar e a inserção no mercado de trabalho. Uma singularidade de muitos jovens contemporâneos é a “de viverem um tempo de instabilidade e de incertezas, de tensão entre o presente e o futuro, de laços persistentes de dependência e de anseios insistentes de independência” (Pais, 2016a, p. 7). Neste ponto de vista, emergem modelos de transição não-lineares centrados na imprevisibilidade caracterizados por situações complexas, transitórias e com retrocessos.

Neste sentido, um dos principais fatores que mantem a população jovem em situação de vulnerabilidade social é a fragilidade económica, pois existe uma maior dificuldade em aceder a oportunidades, devido à uma ausência de estabilidade e às baixas qualificações escolares e profissionais o que conseqüentemente torna difícil o seu ingresso estável no mercado de trabalho alcançando um retorno económico e retrocedendo esta situação (S. Costa et al., 2017; M. Guerreiro & Abrantes, 2007). Posto isto, é importante adquirir escolaridade ou prolongar o ciclo de estudos pois viabiliza mais e melhores oportunidades de emprego e melhor rendimento retrocedendo assim esta problemática.

Em Portugal tem sido intensificado o combate ao insucesso e abandono escolar pelo meio de implementação de melhorias e medidas políticas a este nível. Quanto ao Programa Escolhas, este que tem uma importante contribuição e marca em combater o insucesso e abandono escolar, alcançando ótimos resultados de concretização dos seus objetivos.

Neste sentido, entendemos que esta investigação alcança vários níveis de pertinência. A nível da pertinência científica, verifica-se que ao longo dos anos, é cada vez mais importante a educação sendo uma área fundamental para o desenvolvimento humano. A obrigatoriedade do ensino cria percursos e experiências de vida muito heterogêneas e vem a desafiar as escolas. Para fazer face a estas questões, têm sido criados programas e projetos de intervenção específicos. O Programa Escolhas tem vindo a obter uma grande atenção por parte da sociedade e do governo, pelo seu alcance de altas taxas de sucesso e inovação relativamente à intervenção que é realizada a nível escolar e laboral. No que diz respeito aos resultados atuais e segundo o relatório de atividades de 2018, é perceptível que no primeiro e no segundo ano da 6.^a Geração do Programa Escolhas foram envolvidos 41.648 indivíduos, ocorrendo 181.198 sessões de trabalho nos 110 projetos implementados, (Relatório de Atividades 2018). Este programa dispõe de um sistema de monitorização e avaliação das várias componentes do Programa, realizando também uma medição dos indicadores a nível das intervenções, onde é possível aprender para melhorar futuramente. Com o intuito de poder colaborar neste sentido, é importante compreender se realmente este ajuda a resolver os problemas de insucesso e abandono escolar, como também, na integração no mercado de trabalho.

Também existe uma pertinência política, uma vez que investigamos todas as políticas públicas na educação em Portugal a nível das Medidas de Promoção do Sucesso Educativo, pretendendo compreender o contributo para o sucesso escolar. Particularmente, o Programa Escolhas, que foi renovado seis vezes e tornou-se uma política pública de

grande mérito e alcance, salientando a sua aptidão de intervenção, inovação, eficácia na obtenção dos seus objetivos e utilização de recursos, encontrando alternativas para as várias mudanças sociais.

Esta é uma investigação de carácter exploratório uma vez que descreve vários aspetos do Programa Escolhas, nomeadamente a caracterização dos participantes, nas sessões de trabalho, as várias tipologias que contribuem para melhorar o percurso educativo e a integração no mercado de trabalho. Rematando com a descrição das perceções dos jovens sobre o apoio e oportunidades que o Programa Escolhas proporcionou para melhorarem efetivamente os seus percursos escolares e laborais. Recorremos à análise documental dos documentos internos produzidos pelo sistema de monitorização e avaliação do Programa Escolhas, procurando compreender e sintetizar os vários contributos do Programa nas trajetórias de vida dos jovens em fase pré-adulter.

Esta dissertação está organizada em três partes. Na primeira parte, é realizado o enquadramento teórico que se encontra dividido em dois capítulos, o primeiro aborda a juventude e a vulnerabilidade social relacionando a juventude com o serviço social, bem como a sua trajetória e as vulnerabilidades a que estão expostos nomeadamente na vertente educacional e laboral, tendo em atenção os seus contextos sociais. Neste sentido, faz-se referência ao conceito de vulnerabilidade social, abandono e insucesso escolar que leva a precarização no mercado de trabalho. Outro ponto importante neste capítulo é a importância da educação formal atualmente.

O capítulo dois contextualiza as políticas públicas educativas em Portugal, no qual se descreve as medidas promotoras do sucesso escolar desenvolvidas pelo Ministério da Educação, um conjunto de estratégias e atividades de apoio pedagógico e didático, preparadas para complementar e adequar o processo de ensino e aprendizagem, que são: os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar; o Programa Mais Sucesso Escolar, em destaque o Projeto Fénix e o Projeto TurmaMais; as Comunidades de Aprendizagem e o Projeto-piloto de Inovação Pedagógica. É descrito igualmente, a medida socioeducativa temporária e excepcional, o Programa Integrado e de Educação e Formação. Por último, abordamos o Programa Escolhas. Concluindo cada política pública é apresentada uma análise sobre a última avaliação realizada, de modo a conhecer os participantes, os pontos concretizados e as mudanças ocorridas, interpretando em que ponto efetivamente estas medidas melhoram a

vida e o dia-a-dia do jovem. Complementado com tabelas em apêndice que sintetizam a evolução das políticas públicas abordadas neste capítulo e segundo a legislação.

Na parte dois desta investigação, o capítulo três, é possível conhecer de um modo mais pormenorizado, os processos metodológicos utilizados, sendo estes os objetivos de estudo, a natureza da investigação, o campo de análise empírica, a escolha dos métodos e técnicas de recolha de dados e ainda, as técnicas de análise dos dados. Por fim, fazendo uso destes resultados obtidos, na última parte o quarto capítulo, onde apresenta e discute os resultados obtidos ao longo da investigação, e por sua vez, termina com a discussão e conclusão, onde são frisados os conhecimentos que se mostram relevantes ao longo da investigação.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1. Juventude e a Vulnerabilidade Social

O conceito de juventude surge perante o processo de modernização das sociedades industrializadas e escolarizadas, e está sujeita a modificar-se com o passar do tempo. A noção de juventude nos dias de hoje, é uma realidade social historicamente recente e um reflexo de várias mudanças culturais (Cruz et al., 1984; Pais, 1990; Pappámikail, 2011).

Não obstante a familiaridade do conceito, importa compreender que para o Serviço Social a juventude baseia-se na existência de uma idade jurídica que permite aos jovens terem acesso às Políticas de Juventude, aos planos e programas nacionais, efetivando os seus direitos económicos, sociais e culturais (como refere o artigo 70.º, cf. pág. 11). Posto isto, compreende-se que os indivíduos pertencentes a uma fase específica da vida, sejam caracterizados por uma geração definida por termos etários. Assim, é importante reforçar a importância de diferenciar o conceito de trajetória e de transição, sendo que, a trajetória é o percurso do jovem assim que abandona a sua infância e entra na idade adulta e até que o deixa de ser, já as transições, são os eventos que compõem essa trajetória, desenrolando-se como fases transitórias ao longo do ciclo de vida juvenil (Calvo, 2011; Pais, 1990). Em Portugal e segundo o Plano Nacional de Juventude¹, a juventude pertence à classe etária dos 15 aos 29 anos de idade². De acordo com o INE, em 2019, o número de jovens era de 1 643 446³, representando 16% de 10 295 617 indivíduos da população portuguesa (INE, 2019)⁴.

Relativamente à trajetória da juventude, esta compatibiliza-se com a fase de escolarização, a entrada no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais assumindo a sua autonomia e independência, a experiência de conjugalidade e a iniciação da parentalidade.

¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018, de 4 de setembro.

² Pluralidade de idades nas Políticas de Juventude: 30 anos para o Cartão Jovem; 24 anos para estatísticas de «desemprego de jovens»; 35 anos no programa de arrendamento Porta 65 Jovem; e 40 anos na definição de jovem agricultor/a.

³ Composta por 545 322 jovens dos 15 aos 19 anos, 550 444 jovens dos 20 aos 24 anos e 547 680 jovens dos 25 aos 29 anos.

⁴ Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0&xlang=pt, mediante a consulta deste site, realizei alteração das condições de seleção de modo a selecionar as variáveis para o efeito.

Isto seria um processo de cinco etapas, que na situação ideal, completa e linear de transição levaria a que fosse cumprida esta ordem para entrar na vida adulta, “transição esta que deve ser acompanhada por modificações complementares a nível dos valores e dos estilos de vida, por exemplo assumir determinadas responsabilidades” (M. Guerreiro et al., 2007, p. 244). Porém, como refere M. Guerreiro (2007), estes eventos podem ser adiadas ou podem ocorrerem em diferentes momentos de vida e em variada sequência, pois pode variar consoante os indivíduos e os contextos sociais em que se inserem, como falaremos mais adiante.

A composição social e etária da juventude é heterogénea e torna o conceito socialmente relativo, ou seja, poderão existir vários padrões nas trajetórias dos jovens.

Podem surgir oportunidades que prolonguem o ciclo de estudos ao longo da vida do jovem, adiando progressivamente a entrada na vida adulta. Uma vez que o desempenho das funções sociais e laborais passaram a requerer exigências associadas a percursos académicos mais qualificados, pois a “extensão das oportunidades de educação e de formação permite a cada vez mais jovens adiarem a sua entrada no mercado de trabalho (e na vida adulta), aumentando as suas qualificações” (M. Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 39), Ou a possibilidade de produzir riscos, vulnerabilidades e situações complexas, precisamente na finalização do ensino obrigatório e na transição para o mercado de trabalho na entrada da vida adulta

Na linha do tema deste trabalho, importa focarmo-nos nos casos que ocorrem de forma não linear, os que enfrentam alguns problemas sociais como o insucesso e abandono escolar precoce e a precarização no mercado de trabalho. Estes fenómenos evidenciam uma acrescida vulnerabilidade e imprevisibilidade numa sociedade desenvolvida como em Portugal. Assim sendo, introduzimos o conceito de vulnerabilidade social, analisamos estas influências referidas anteriormente no contexto da sociedade portuguesa.

A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que pressupõe um conjunto de características de fragilidade material ou moral em indivíduos ou grupos, diante de riscos produzidos em contextos económico-sociais. Este conceito é referente aos processos de exclusão social, pobreza, discriminação e violação de direitos fundamentais, resultado do seu nível de educação, saúde, rendimentos, entre outros. São os grupos sociais mais marginalizados da sociedade, os que estão excluídos dos benefícios e direitos que à

partida todos devem aceder na comunidade civilizada (T. Marques et al., 2016). A vulnerabilidade indica,

“noções de carências e de exclusão numa perspetiva económico-social. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar ações e/ou estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal e/ou coletiva” (T. Marques et al., 2016, p. 1200).

Na nossa sociedade, a ausência de recursos materiais sustenta fragilidades, como a baixa escolarização, escassas condições de saúde, habitações precárias, destruturação familiar, entre outras. Nesta situação, os indivíduos e as famílias demonstram mais dificuldades em defrontar adversidades, pois a carência de recursos materiais que satisfazem as suas necessidades são insuficientes ou inadequadas para aproveitar as oportunidades disponíveis na mesma (Maia et al., 2017; T. Marques et al., 2016; Monteiro, 2012).

Num estudo realizado por Costa (2017), verifica-se que um dos fatores que mantêm a população alvo em situação de vulnerabilidade social é a baixa qualificação escolar e profissional, que conseqüentemente dificulta o ingresso no mercado de trabalho mais estável e no alcance de um retorno económico, agravando ainda mais o rendimento quando se trata de trabalhos parciais e precários.

Assim, este condicionamento no percurso, do ciclo de vida e nas condições sociais das famílias e indivíduos pode, por vezes, levar à condição de vulnerabilidade desde tenra idade. Desta maneira, um dos grupos vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social, são os jovens, pondo em causa a sua proteção e direitos elementares. Esta falta de recursos materiais sustenta outras fragilidades como a baixa escolarização, levando a altos níveis de abandono precoce e insucesso escolar nos jovens em idades escolares (S. Costa et al., 2017; Teresa Marques & Matos, 2016).

O conceito de abandono escolar precoce indica que o aluno interrompeu a frequência no sistema educativo concluindo apenas o ensino básico ou inferior, tendo em vista que não frequenta nenhum programa de educação e formação e o seu regresso ao sistema educativo é quase irrealizável (Conselho da União Europeia, 2011).

Por vezes a necessidade de alcançar a autonomia e independência financeira conduz ao desinteresse pela escola levando inicialmente ao insucesso escolar e posteriormente ao

abandono escolar precoce. Por outras vezes, o abandono escolar precoce é uma consequência de um longo percurso de insucesso escolar e retenção escolar, “Sai da escola precoce ou antecipadamente quem nela teve um percurso sinuoso, quem nela já experimentou o sabor do fracasso, quem nela acumulou uma história de insucessos” (M. das D. Guerreiro et al., 2009, p. 75).

Seguindo a mesma linha de pensamento Almeida (1994) afirma que,

“(…) as taxas de reprovação variam regularmente em função dos meios sociais de origem”; os restantes pontos pois “como os que têm mais insucesso nos resultados escolares são os que tendem a deixar de estudar cedo, também o abandono escolar e o acesso às instituições de ensino superior se tornam socialmente selectivos” (p. 123 apud Marques, 2011, p. 4).

O estatuto socioeconómico do aluno evidência certa influência neste aspeto. Quanto mais elevado o estatuto socioeconómico, menos evidentes são as diferenças nas taxas de insucesso e de abandono precoce, isto é, as classes sociais mais favorecidas conseguem garantir a integração e o sucesso dos jovens nos momentos problemáticos do seu percurso com os seus recursos económicos e culturais (Education & Eurydice (Brussels), 2014). Assim, em algumas classes desfavorecidas pode ocorrer uma transição para a vida adulta mais precoce do que nas classes altas que prolongam indeterminadamente esta fase da vida. Efeitos que estão relacionados com a obtenção de trabalho ou na continuação dos estudos, conforme as oportunidades no campo educacional, laboral, lúdico, familiar e afetivo (Cruz et al., 1984; M. das D. Guerreiro & Abrantes, 2005).

De acordo com Guerreiro e Abrantes (2007), os jovens que provêm de meios desfavorecidos e que abandonam a escolaridade precocemente, por norma, projetam transições vulneráveis, ou seja, “A probabilidade de os jovens mergulharem em “transições desestruturantes” varia muito consoante os grupos sociais” (ibidem, p.163). É comum os alunos que abandonam a escola prematuramente serem provenientes de contextos familiares complicados causados por baixos rendimentos familiares e dos baixos níveis de escolaridade dos pais. Por conseguinte, é habitual estes não obterem sucesso, nem se integrarem neste meio e reprovarem continuamente, acabando por manifestar o insucesso e não concluir o ensino secundário.

O insucesso e o abandono escolar precoce constituem importantes fatores de vulnerabilidade, limitando as oportunidades e opções dos jovens no mercado de trabalho, resultando em consequências socioeconómicas para os jovens.

A relação do jovem com o sistema de emprego, passa pela sequência de vários empregos provisórios e precários, alternados com momentos de formação ou desemprego, dando origem a trajetórias não lineares. Derivado do desemprego, existe um crescimento da desativação dos jovens no mercado de trabalho (M. Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 40).

A taxa de desemprego nos jovens⁵ entre os 15 aos 24 anos em 2019 era de 18,3%, correspondendo a 68,2 milhares de jovens, observando a tabela 1, é perceptível que nos últimos 5 anos esta tem vindo a diminuir. Já a taxa de emprego nos jovens da mesma faixa etária desde 2015 tem vindo a subir, apesar de que muito lentamente. Em 2019 é de 28,0, ou seja, 305,3 milhares de jovens.

Tabela 1 - Taxa de Jovens Desempregados e Empregados (15-24)

	%				
	2015	2016	2017	2018	2019
Jovens desempregados (15-24)	32,0	28,0	23,9	20,3	18,3
Jovens empregados (15-24)	22,8	23,9	25,9	27,2	28,0

Elaboração Própria. Fonte: INE, Inquérito ao Emprego - 2019⁶

Esta condição instável impede a tomada de responsabilidade e encargos referentes à vida independente. Logo, muitos jovens continuam a eleger transições rápidas, adquirindo emprego que conferem autonomia económica, responsabilidade e estatuto social, sem apostar na qualificação académica, mesmo quando compromete passar mais tempo de independência instável e precária.

Contudo, a crise no sistema de emprego tem generalizado as transições mais longas e complexas. A aquisição de qualificações, “para muitos jovens enfadados com o sistema de ensino” (M. Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 40), são uma necessidade para enfrentar o mercado de trabalho. O prolongamento da vida escolar, mantém a dependência familiar, mas cria mais recursos e possibilidades no futuro profissional, assim, “Inviabiliza a assunção dos compromissos e encargos associados à vida adulta, abrindo caminho a um

⁵ Até aos 24 anos para estatísticas de desemprego jovem.

⁶ Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=353914869&DESTAQUEStema=55574&DESTAQUESmodo=2

período relativamente longo de experimentalismo, nos planos afectivos, do lazer e dos estilos de vida” (M. Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 41).

É fácil perceber com a consulta das estatísticas, que os indivíduos que prolongam a vida escolar, passam menos pelo desemprego e aumentam a possibilidade de ficar empregados. A taxa de desemprego em 2019 após concluir o secundário é de 7,2%, comparativamente com os 13,9% de 2015, enquanto a taxa de desemprego depois de concluir o ensino superior é de 5,3% (2015 - 9,2%). A taxa de emprego que vem aumentando ao longo dos últimos cinco anos, apresenta em 2019, 69,9% para o secundário e 79,2% para o ensino superior, existindo um aumento de 9,3%.

É importante mencionar, que os jovens dos 15 aos 34 anos, 9,5% (210,1 mil) não tinham emprego nem estavam a estudar ou em formação em 2019, além disso, a proporção de desempregados de longa duração (à procura de emprego há 12 e/ou mais meses) é de 49,9% no ano anterior, números que refletem muito na vida dos jovens e do seu agregado familiar.⁷

Tabela 2 - Taxa de Desemprego e Emprego por Nível de Escolaridade Completa

	%				
	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de desemprego por nível de escolaridade completa					
Até ao básico - 3.º ciclo	13,2	11,8	9,6	7,2	6,7
Secundário e pós-secundário	13,9	12,2	9,9	8,2	7,2
Ensino Superior	9,2	8,4	6,5	5,4	5,3
Taxa de emprego por nível de escolaridade completa					
Até ao básico - 3.º ciclo	40,9	40,7	42,1	42,4	41,7
Secundário e pós-secundário	64,3	65,5	67,6	68,7	69,9
Ensino Superior	74,6	75,8	76,8	78,8	79,2

⁷ Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=353914869&DESTAQUESstema=55574&DESTAQUESmodo=2

Neste sentido, o jovem que não possui trabalho é mais vulnerável socialmente em comparação aos que estão empregados. O mercado de trabalho na contemporaneidade acarreta, nomeadamente nos jovens, várias experiências temporárias de emprego instável ou de desemprego, causando trajetórias flutuantes e imprevisíveis (Pais, 2016b). Contudo, mesmo os que trabalham podem igualmente ser vulneráveis “se forem mal remunerados, se só conseguirem trabalhar a tempo parcial, ou se tiverem empregos inseguros ou informais” (T. Marques et al., 2016, p. 1200).

Caso não ocorra um esforço para evitar ou contornar estes problemas, os jovens tornar-se-ão alvo de juízos de valor, arriscando-se a ser referidos como irresponsáveis ou desinteressados. À vista disso, é imposto ao jovem habilidades adaptativas para esta realidade, pois, “os valores que lhes são exigidos, enquanto estratégia adaptativa, são a flexibilidade, a criatividade, a iniciativa, a aprendizagem contínua, a capacidade de metamorfose” (M. Guerreiro et al., 2007, p. 255).

Importa assinalar que nunca foi tão importante, a educação formal como agora. Esta tem um impacto tão significativo nos percursos, no quotidiano e nos projetos dos jovens portugueses, uma vez que, na sociedade atual, o conhecimento é uma ferramenta extremamente importante e com um papel essencial.

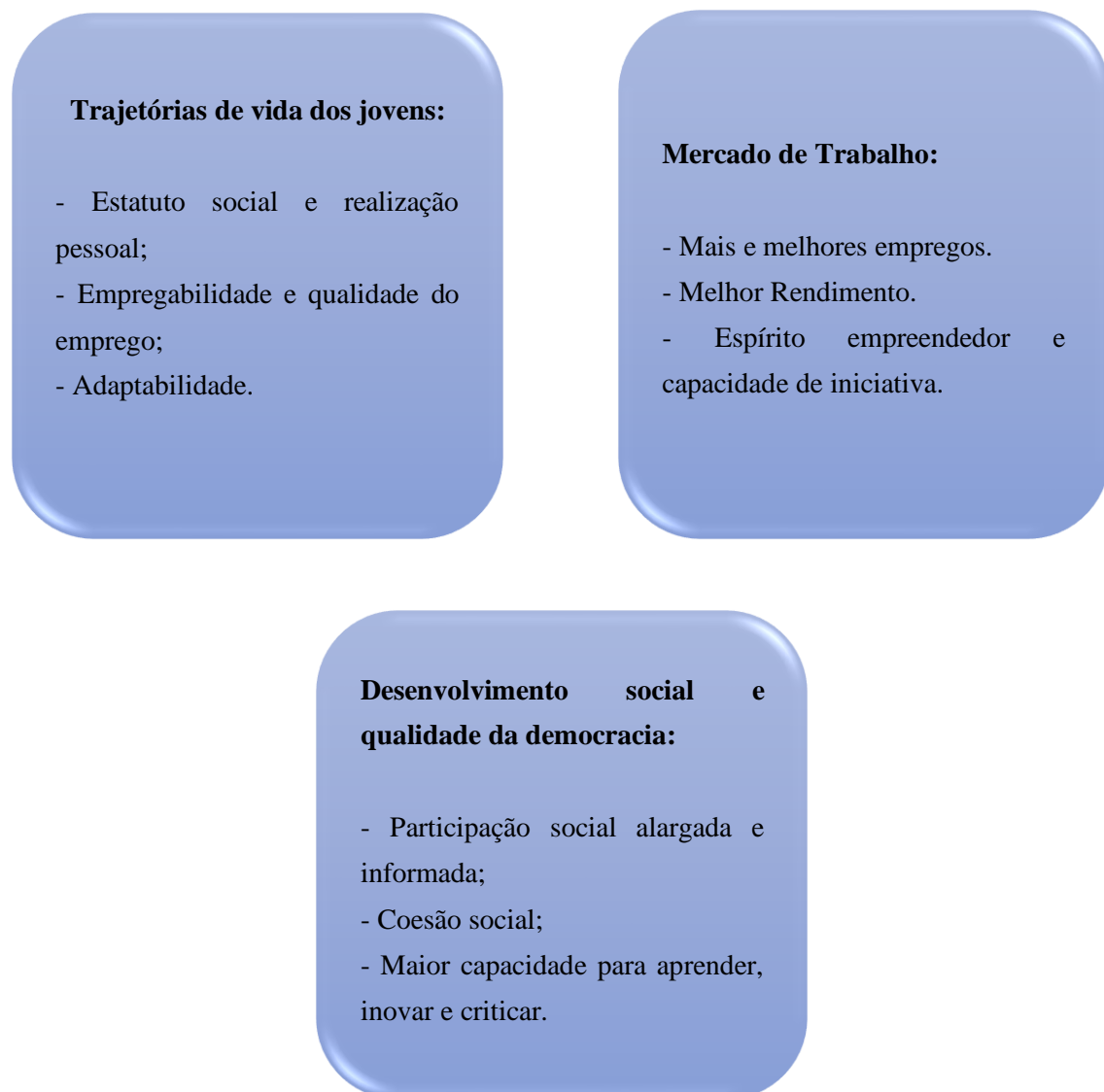
A sociedade e a economia mudaram com o passar do tempo, um dos aspetos centrais desta mudança deve-se à perceção de que o conhecimento e a informação têm vindo a incorporar a esfera da vida social e económica, “Esta mudança atravessa todos os níveis de estruturação das sociedades, dos indivíduos aos sistemas globais, passando pelas diversas instituições que medeiam e organizam a participação social, cultural, política e económica, tais como as famílias, as escolas, as empresas (...)” (Capucha (coord.) et al., 2009, p. 11). Uma das implicações da sociedade do conhecimento e da economia é a exigência de novas competências cuja aquisição passa pelo prolongamento dos percursos escolares, o que veio conceber um empoderamento educativo moldando diferentes posições sociais e novas ideias.

⁸ Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=353914869&DESTAQUEStema=55574&DESTAQUESmodo=2

Com a próxima figura podemos perceber os impactos que o elevado nível de escolarização proporciona aos jovens e à sociedade. As populações qualificadas, são populações mais propícias de aprender, de criticar, de inovar e de aceitar a mudança, pois, “processam mais informação, não apenas porque possuem mais competências para a procurar, mas também porque são mais capazes de a trabalhar e transformar em conhecimento” (Capucha (coord.) et al., 2009, p. 61). Construtivamente, contribuem para a solução de problemas coletivos, constroem redes de relações e toleram menos injustiças sociais.

Figura 1 - Impactos da Escolarização Elevada



Elaboração Própria, Fonte: Adaptado de Capucha (coord.) et al., 2009, p. 61

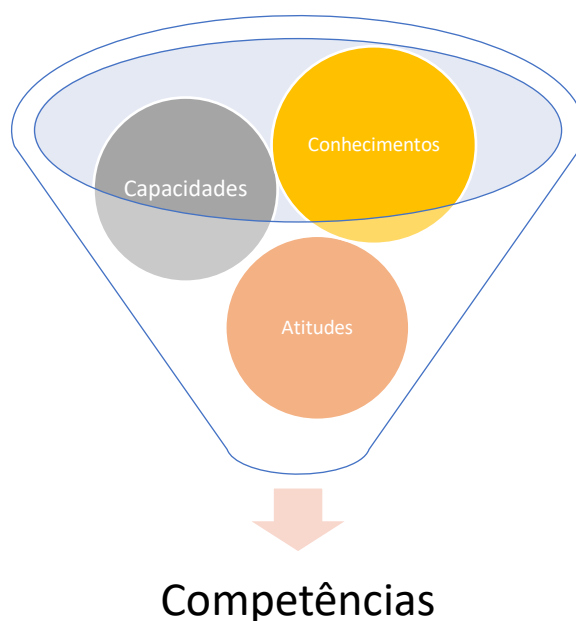
Adquirir escolaridade ou prolongar o seu nível de educação, viabiliza mais e melhores oportunidades de emprego, melhor rendimento, melhores condições de saúde, entre outros. Posto isto, para muitos alunos a escola é uma “oportunidade única para romper com situações económicas e sociais desfavoráveis e precárias” (Fernandes, 2009, p.1).

Nesta lógica, os sistemas de ensino foram adquiridos ao longo dos tempos uma importância significativa, tornando a escola “o único território legítimo para a vivência de grande parte da juventude, estando às crianças e jovens juridicamente vedado o acesso ao trabalho assalariado durante a escolaridade obrigatória” (Pappámikail, 2011, p. 83). (Coutinho & Lisbôa, 2011)

Martins et al. (2017) refere que, os sistemas educativos estão a mudar os seus paradigmas centrados apenas no conhecimento para focar no desenvolvimento de competências “mobilizadoras de conhecimentos, de capacidades e de atitudes” (Martins (coord.) et al., 2017), que se adequa as exigências da sociedade contemporânea.

As escolas são instituições insubstituíveis para desenvolver as várias competências que são essenciais aos jovens em contextos diversificados e para prepará-los para a vida adulta, a escola deve preparar para “o imprevisto, o novo, a complexidade e, sobretudo, desenvolver em cada indivíduo a vontade, a capacidade e o conhecimento que lhe permitirá aprender ao longo da vida”(Martins (coord.) et al., 2017, p. 8). Com a seguinte figura é reconhecido que as competências são combinações de conhecimentos, capacidades e atitudes que permitem uma ação efetiva humana em contextos variados. As competências são de natureza cognitiva e metacognitiva, social e emocional, física e prática (Martins (coord.) et al., 2017).

Figura 2 - Definição das Competências



Elaboração Própria, Fonte: Adaptado de Martins (coord.) et al., 2017, p. 12

O Resultado deste desenvolvimento é a evolução e transformação da educação em Portugal (cf. apêndice 1). Deste modo, ocorreram mudanças com vista a alcançar a média de 10% da união europeia para 2020, colocando a escolaridade obrigatória até ao 12º ano⁹, ou até que o aluno complete 18 anos, manifestando “novos desafios para as entidades e instituições envolvidas em termos de objectivos tangíveis para a população jovem portuguesa, bem como para a prevenção de fenómenos de insucesso e de abandono escolar precoce” (Marques, 2011, p.7).

Esta diversidade de trajetórias no caso de Portugal é decorrente de profundas transformações históricas com o passar dos anos e da sobreposição simultânea de camadas de modernização. (M. Guerreiro et al., 2007, p. 244) Além disso, o estado realiza uma intervenção insuficiente neste contexto, principalmente, no que concerne aos apoios e à transição para a vida adulta. Independentemente de este proporcionar aos jovens proteção especial para efetivar os seus direitos económicos, sociais e culturais, como refere no artigo 70.º (juventude) da VII Revisão Constitucional de 2005¹⁰, mais detalhadamente,

- a) No ensino, na formação profissional e na cultura;
- b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social;

⁹ Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto.

¹⁰ Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto.

- c) No acesso à habitação;
- d) Na educação física e no desporto;
- e) No aproveitamento dos tempos livres.

Na alínea dois, do mesmo artigo é referido que esta política dirigida para os jovens promove e apoia objetivos prioritários como o “desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade”¹¹.

Mais recentemente em 2018 foi criado o plano nacional para a juventude, que tem como missão “concretizar a transversalidade das políticas de juventude e com vista ao reforço da proteção especial dos direitos das pessoas jovens, no âmbito do preconizado no artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa”¹².

Portanto, o fortalecimento das competências, o desenvolvimento das capacidades, a expansão das habilitações académicas e empoderamento dos jovens é uma medida importante para minimizar os padrões de vulnerabilidade social, possibilitando assim o acesso a bens e serviços, para alcançar condições que proporcionem a sua mobilidade social. Deste modo, as políticas públicas são instrumentos fundamentais para garantir direitos, à emancipação e à autonomia. Face ao que foi referido, foram principiando políticas que procuram dar apoio a esta população, com o objetivo de abrandar e prevenir estes problemas de abandono e insucesso escolar.

¹¹ Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto.

¹² Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018, de 4 de setembro.

Capítulo 2. Contextualização das Políticas Públicas na Educação em Portugal

A educação é indispensável e essencial para o desenvolvimento do indivíduo e do país, desta forma, e conforme o artigo 73.º da VII Revisão Constitucional de 2005¹³, todos têm direito à educação, o estado promove a democratização da educação e as condições necessárias para promover a “igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade”. A finalidade da implementação de políticas públicas educativas é alcançar o que está redigido no artigo 73.º e 74.º (cf. anexo 1) e melhorar cada vez mais os resultados dos jovens na escola e motivar o prolongamento do ciclo de estudos, neste seguimento, percebemos o que são as políticas públicas, particularmente as políticas públicas educativas e é identificado e selecionado os apoios e medidas que reduzem o abandono e insucesso escolar.

De forma generalizada, as políticas públicas são respostas que os governos criam para a resolução dos problemas e desafios presentes nas sociedades modernas e democráticas. Traduzem-se em “processos complexos e multidimensionais que se desenvolvem em múltiplos níveis de ação e de decisão - local, regional, nacional e transnacional” (Araújo & Rodrigues, 2017, p. 12), incluem vários autores como, “governantes, legisladores, eleitores, administração pública, grupos de interesse, públicos-alvo e organismos transnacionais” (ibidem, p.12) que atuam em “quadros institucionais e em contextos geográficos e políticos específicos, mas também a distribuição de poder e de recursos” (ibidem, p.12) e são transmitidas através de “leis, regulamentos, regulações, decisões, orientações ou determinações” (Coimbra, 2012, p. 32). As políticas públicas são criadas conforme o interesse público e comum ou por um “superior interesse que compatibiliza interesses que entre si colidem ou se interligam” (Coimbra, 2012, p. 32), portanto, são produzidas em nome de causa pública e abrangem um número elevado e variado de pessoas. Para garantir a qualidade das políticas é necessária uma boa capacidade para responder às várias realidades a que estas se destinam, só assim “podem as políticas suscitar adesão, melhorar a vida dos cidadãos e fomentar maior confiança nos resultados e nas instituições que as criam” (Comissão das Comunidades Europeias, 2014, p. 4).

¹³ Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto.

As políticas públicas de educação são programas ou ações que são concebidas pelos governos para garantir o acesso à educação para todos os cidadãos, além disto as políticas públicas também têm como função avaliar e ajudar a melhorar a qualidade no ensino em Portugal¹⁴. O programa do XXI Governo Constitucional tem como princípios centrais da política educativa, promover o ensino de qualidade para todos, combater o insucesso e abandono escolar garantindo igualdade de oportunidades aos jovens e aumentar a eficiência e qualidades das instituições públicas. A educação é um serviço público universal e torna-se necessário assumir um papel de produção e de manutenção destas medidas.

Perante o impacto financeiro no sistema educativo, consequência das elevadas retenções e desistências escolares, que por sua vez, levam ao insucesso nas aprendizagens, é justificada e necessária uma intervenção e um trabalho árduo por parte dos estabelecimentos educativos para coordenar ações inovadoras em domínios pedagógicos, numa lógica colaborativa e articulada com a comunidade. O Ministério da Educação considerou importante tomar medidas neste sentido, promovendo a criação de projetos e soluções inovadoras de forma a manobrar positivamente o abandono e insucesso escolar¹⁵. Para a juventude diante da vulnerabilidade e imprevisibilidade este melhoramento e apoio na educação, permite o seu desenvolvimento social, económico, cívico e cultural. Desta maneira, realizou-se uma consulta de todas as medidas da página oficial da internet da Direção-Geral da Educação e da Segurança Social, acompanhada por uma seleção das políticas públicas que apoiam nestes contextos, para os jovens dos 12 aos 18 anos de idade em Portugal (cf. tabela 3).

Principiando com as políticas de família referidas na página oficial de internet da Segurança Social nos encargos com as crianças e jovens¹⁶, foi selecionado o abono de família para crianças e jovens e a bolsa de estudo, que são “ações governamentais dirigidas às famílias (...), isto é, a tudo que os governos fazem para regular e apoiar a vida familiar” (Wall, 2011, p. 340), compreendendo a sua legislação, os subsídios e os programas definidos para apoiar os indivíduos nos seus papéis familiares e reforços económicos que apoiam os jovens que frequentam a escola.

Posteriormente, é descrito as medidas promotoras do sucesso escolar desenvolvidas pelo Ministério da Educação, um conjunto de estratégias e atividades de apoio pedagógico

¹⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 04 de novembro.

¹⁵ Despacho n.º 3721/2017, de 3 de maio.

¹⁶ Disponível em: <http://www.seg-social.pt/encargos-com-as-criancas-e-jovens>

e didático, preparadas para complementar e adequar o processo de ensino e aprendizagem. Estas foram selecionadas conforme os projetos descritos na página de internet da Direção-Geral de Educação¹⁷, que são: os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar; o Programa Mais Sucesso Escolar, em destaque o Projeto Fénix e o Projeto TurmaMais; as Comunidades de Aprendizagem e o Projeto-piloto de Inovação Pedagógica. É descrito igualmente, a medida socioeducativa temporária e excecional, o Programa integrado e de Educação e Formação.

Findando, é destacado o Programa Escolhas que tem uma importante contribuição e marca em combater o insucesso e abandono escolar, alcançando ótimos resultados de concretização dos seus objetivos.

Concluindo cada política pública e após compreender as suas regras gerais de funcionamento, é apresentada uma análise sobre a última avaliação realizada, de modo a conhecer o número de participantes, os pontos concretizados e as mudanças ocorridas, ou seja, “analisar as suas continuidades e ruturas, bem como os processos e as determinantes do seu desenvolvimento” (Rodrigues, 2014, p. 17), interpretando em que ponto efetivamente estas medidas melhoram a vida e o dia-a-dia do jovem.

É de salientar que nos apêndices são expostas tabelas que sintetizam todas as informações conforme as legislações, tendo em consideração as linhas de evoluções das políticas públicas abordadas no presente capítulo.

¹⁷ Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/medidas-de-promocao-do-sucesso-educativo>

Tabela 3 - Políticas Públicas na Educação em Portugal

Políticas Públicas na Educação em Portugal		
Reduzir o Abandono e Insucesso Escolar	Políticas de Família	
	Apoio económico para o Jovem	
	Abono de Família para Crianças e Jovens	
	Bolsa de Estudo	
	Políticas Educativas	
	Medidas de Promoção do Sucesso Educativo	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
		Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
		Programa Mais Sucesso Escolar - (Projeto Fénix; Projeto TurmaMais)
		Comunidades de Aprendizagem
		Projeto-piloto de Inovação Pedagógica
Medida Socioeducativa	Programa Integrado e de Educação e Formação	
Programa Governamental		
Medida I- Educação, Formação e Qualificação Medida II- Emprego e Empreendedorismo	Programa Escolhas	

Elaboração Própria.

2.1. Abono de Família para Crianças e Jovens

O abono de família para crianças e jovens foi implementado em 1942 (cf. apêndice 2) e corresponde a um apoio pago em dinheiro mensalmente, que pretende ajudar as famílias no sustento e na educação das crianças e jovens. Nos dias que correm, a família tornou-se um espaço que proporciona segurança, desenvolvimento pessoal e reforça a socialização, sendo dever do Estado auxiliar e encorajar o progresso das famílias sem substituir as suas responsabilidades. Assumindo como prioridade medidas relativas aos grupos populacionais mais desprotegidos como crianças e jovens em risco de pobreza, de exclusão social e de desigualdade, que são fatores de fragilização da coesão social. Estas prestações visam garantir os recursos necessários que permitam um nível de vida digno e

adequado às crianças e jovens em que as famílias não têm recursos suficientes (Marques, 2018; Pereirinha et al., 2009; Pereirinha & Branco, 2013).

Segundo a Segurança Social o número de titulares com processamento de abono de família para crianças e jovens em 2019 foi de 1 216 537 crianças/jovens. A percentagem de beneficiários é de 48,8% em relação ao total de crianças e jovens com idade estipulada para beneficiar do apoio. O que significa que apenas metade destas recebem este apoio, conforme o rendimento de referência, que é calculado pela soma do total de rendimentos de cada elemento do agregado familiar a dividir pelo número de crianças e jovens com direito ao abono de família, nesse agregado.¹⁸

A prestação de apoio financeiro atualmente para a criança/jovem com idade superior a 6 anos de idade é 37,46€ no 1º escalão, já no 2º escalão o montante é de 30,93€ e o 3º escalão o valor de 28,00€ mensais. Além disso, ocorre uma majoração de 35% no montante de apoio financeiro em situações de monoparentalidade^{19,20}. Existe diferentes tipos de benefícios e diferentes quantias de abono de família entre os países, contudo, o subsídio familiar mais elevado para situações de monoparentalidade nos estados-membros da UE ocorrem em Itália e Portugal (Chambaz, 2002; Jordan et al., 2019).

Contudo, de maneira a melhorar o apoio e o universo das crianças e jovens, estes contam com mais dois apoios essenciais, a gratuitidade e descontos dos manuais escolares e os descontos nos passes sociais²¹. É relevante o facto do Abono de Família para crianças e jovens complementar e seguir o seu beneficiário ao longo de uma fase importante de vida, como a sua infância, adolescência, juventude, até ao término do ensino secundário ou superior. Esta principal prestação de apoio económico às famílias, assume a partir de 2016 uma “dimensão mais explícita: deixam de estar “diluídas” nas políticas de solidariedade” (Leitão, 2019, p. 11), fomentando desta maneira a autonomia individual e das famílias e o fortalecimento dos seus direitos aos benefícios sociais.

¹⁸ Disponível em: <http://www.seg-social.pt/estatisticas>

¹⁹ (1º escalão-50,57€, 2º escalão-41,76€, 3º escalão-37,80€).

²⁰ Disponível em: <http://www.seg-social.pt/abono-de-familia-para-criancas-e-jovens>

²¹ Apoio vária conforme o ciclo de ensino da criança/jovem e da idade.

2.2. Bolsa de Estudo

A Bolsa de Estudo é um novo apoio estabelecido em 2009 (cf. apêndice 3), que complementa o Abono de Família para crianças e jovens, criado para as famílias mais carenciadas, oferecendo condições económicas e sociais necessárias para promover a diminuição do abandono escolar e aumentar a qualificação dos jovens no ensino secundário. A bolsa de estudo reforça o apoio nos encargos acrescidos, resultantes da extensão da escolaridade obrigatória, sendo um apoio atribuído mensalmente em dinheiro, que acumula com o AF.

Sendo assim, o montante da bolsa de estudo é o acréscimo do valor igual ao abono que o jovem recebe, ou seja, o abono mais a bolsa no 1º escalão é de 74,92€ e 61,86€ no 2º escalão. Já nas situações de monoparentalidade o valor no 1º escalão é de 101,14€ e 83,52€ no 2º escalão. Este novo apoio social tem um duplo critério, apoiar as famílias que realmente precisam de apoio social e apoiar os estudantes sob condição de aproveitamento escolar, reivindicando trabalho e dedicação.

Após a apresentação das duas medidas de apoio económico para os jovens, é descrito as cinco medidas de promoção do sucesso educativo segundo a DGE, incluindo a medida socioeducativa PIEF e por fim o programa governamental o Programa Escolhas.

2.3. Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

Os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária foram criados em 1996 (cf. apêndice 4), é uma medida política educativa portuguesa, criada para defrontar às desigualdades sociais dos alunos do ensino básico, tendo como objetivo promover a integração social de populações socialmente mais “fragilizadas”, ou seja, há um foco nas crianças e jovens marcados pela pobreza e que se encontram em situação de risco e de exclusão social e escolar. O programa proporciona condições que assegura uma educação de qualidade no percurso e nos resultados escolares dos alunos, em especial nas escolas com insucesso escolar, com situações sociais problemáticas e que se situem em territórios mais desfavorecidos. É encorajado a concretização de parcerias com entidades da respetiva

comunidade e no seu desencadear é possível a comunidade melhorar a qualidade de vida e resolver autonomamente os seus problemas. (Canário, 2004; Mouraz, 2017).

Passados dez anos da implementação do primeiro programa TEIP, ainda muitas escolas manifestam problemas de violência, indisciplina, abandono, insucesso escolar e trabalho infantil. Portanto, iniciasse a 1.^a fase do TEIP2 retomada pelo Ministério da Educação a partir do ano letivo de 2006/2007, que tem como linha de orientação as bases do TEIP1. Em 2008 o ministério da educação determinou a continuidade do mesmo, concebendo a 2.^o fase. Mais tarde é lançado um novo alargamento do Programa TEIP2, a 3.^a fase (Ferreira & Teixeira, 2010).

Este programa inaugura o princípio de autonomia nos estabelecimentos de educação e ensino. Existe a capacidade e possibilidade de o estabelecimento local tomar decisões curriculares e de instituir elementos fundamentais na construção do currículo articulado e coeso, na contratação do pessoal docente, a gestão de recursos económicos e a criação de parcerias locais. A conceção e organização do projeto deve proporcionar contextos que previnam a retenção, o absentismo e o abandono escolar dos alunos, possibilitando várias ofertas formativas ou percursos curriculares alternativos com planos de recuperação, cursos de educação, formação e cursos profissionais e fomentar a participação das famílias e comunidades locais na vida escolar.²²

Nesta geração com três fases, inicia-se com 35 escolas/agrupamentos na área metropolitana de Lisboa e do Porto (anos letivos de 2006/2007 a 2008/2009), avolumando para mais 24 escolas/agrupamentos na segunda fase em território nacional (de 2008 a 2011) e por fim ampliou novamente para mais 47 escolas/agrupamentos (G. M. da P. Guerreiro, 2019; Mouraz, 2017).

Com o relatório do TEIP2 de 2012, é perceptível o seu claro efeito positivo. É comprovado em 63% dos TEIP, a clara taxa de interrupção precoce, o decrescimento do absentismo, a redução progressiva da indisciplina e o aumento de percentagem de sucesso interno em todos os ciclos. Também ocorre uma evolução positiva no universo de 49 agrupamentos nas provas nacionais, e 21 destes agrupamentos ultrapassam os valores nacionais nas classificações. O “efeito TEIP” é o mais observável reconhecimento do programa, progredindo na diminuição da interrupção precoce dos alunos. Porém, perduram

²² Despacho Normativo 55/2008, de 23 de outubro; (Sampaio & Leite, 2015).

algumas fragilidades, pois o tempo de melhoria é demoroso e exige algum tempo, a maioria das unidades escolares TEIP desenvolveu o projeto em dois anos, mas cada escola tem uma intensidade e ritmo diferenciados e o resultado arrisca-se a alongar anos até sentir os seus efeitos (Pinto et al., 2012). No ano letivo de 2010/2011 as intervenções mais determinantes nos territórios é no primeiro ciclo, onde estudam 36,8% alunos que frequentam os agrupamentos TEIP, deste modo, Pinto et al. (2012) refere o quanto é importante revelar as razões do insucesso persistentes e exercitar novas formas de o combater (ibidem, 2012). Já o segundo ciclo incide 20,0% dos alunos e no terceiro ciclo 19,6% de alunos, tendo no total 141881 alunos neste ano letivo.

No seguimento dos TEIP2, surge o programa TEIP3, implementado no ano letivo 2012/2013, este programa amplifica e reforça a importante medida da autonomia das escolas, principalmente em contextos desafiantes, sendo atribuídas maiores possibilidades na implementação dos seus projetos concentrando-se nos indicadores e no conhecimento que possuem da realidade local, depositando mais importância em ações escolares que possibilitem aprendizagens e sucesso educativo fundamentais, de modo a assegurar maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis e maior eficácia nos resultados obtidos²³. Ao longo dos anos a rede de escolas que integram o programa TEIP tem vindo a alargar, segundo a Direção-Geral da Educação é registado atualmente 137 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que estão ao abrigo deste programa²⁴.

2.4. Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

O governo promove o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar desde 2016 (cf. apêndice 5), como uma nova estratégia que combina soluções locais pensadas pelas escolas, consciente que a comunidade educativa é quem melhor conhece o seu contexto, vulnerabilidade e potencialidade, ou seja, é uma política educativa de *bottom-up*, reconhece que as escolas têm a capacidade de se auto organizarem com o propósito de resolver os seus problemas. É igualmente criado uma estrutura de missão para a promoção do sucesso escolar. Tendo como dever sugerir e identificar ao governo as linhas orientadoras e as iniciativas no campo de ação do programa e acompanhar de perto os

²³ Despacho normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro.

²⁴ Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/teip>

estabelecimentos de ensino básico e secundário, implementando e assegurando o devido acompanhamento, monitorização e avaliação do PNPSE.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2019, afirma que o PNPSE é um fator decisivo na promoção do sucesso educativo e no combate ao abandono precoce da educação e formação. É dada uma grande focalização às escolas e aos seus profissionais na concretização de soluções locais inovadoras para os problemas educativos concretos, com a elaboração e implementação de planos de ação estratégicos. Desde da sua criação que há uma numerosa adesão das escolas ao programa, como também na mobilização dos recursos e estratégias para promover o sucesso e prevenção do abandono.

O acompanhamento próximo da estrutura da missão do PNPSE nas escolas foi muito positivo para partilhar experiências e para incentivar e/ou validar as várias mudanças nas práticas que os docentes realizaram na aplicação do Plano de Ação Estratégico. Consequência da existência de dinâmicas em sala de aula diferentes e inovadoras, da dedicação e trabalho colaborativo entre os docentes e equipas multidisciplinares. Os resultados indicam uma especial e reveladora redução de taxas de retenção, e de abandono escolar precoce, maior igualdade educativa, melhoria das notas dos alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. Portanto, a rede de escolas PNPSE no biénio 2016-2018 tem 1 241 351 crianças/jovens que frequentam as medidas de promoção de sucesso educativo no âmbito do plano de ação estratégico da sua escola. Existe menos 30 000 alunos retidos no ensino básico, uma redução da taxa de retenção de -26% dos alunos retidos no total, sendo redução mais expressiva de -31% no ensino básico. Com isto, ocorre um ganho eficaz de cerca de 122 milhões com a redução dos retidos no ensino básico (Verdasca et al., 2019).

2.5. Programa Mais Sucesso Escolar

O Programa Mais Sucesso Escolar estabelecido em 2009 (cf. apêndice 6), é uma estratégia pedagógica alternativa para encarar e lidar com insucesso e o abandono escolar no ensino básico, visto que “as taxas de retenção em Portugal continuam a ser das mais altas” (Barata et al., 2012, p. 4). O programa pretende apoiar as escolas e os professores, melhorar a qualidade das aprendizagens e os resultados escolares dos seus alunos, proporcionando em muitas situações um ensino mais individualizado para permitir a recuperação de aprendizagens (Verdasca, 2011). O Programa “Assenta em princípios de

trabalho colaborativo e valoriza a interação com centros de investigação e universidades para reforço da credibilidade e da confiança social perante a comunidade educativa” (Verdasca, 2011, p. 4), o Ministério assegura este acompanhamento técnico com uma comissão de acompanhamento, responsáveis pelo acompanhamento científico.

Estes programas inspiram-se essencialmente em dois modelos de intervenção, o Projeto Fénix e o Projeto TurmaMais, que reintegra aqueles que desistiram do seu sucesso escolar e consolida a oferta formativa dos cursos, sucedendo na tabela 7 uma melhor explicação dos mesmos. Este programa integra o desenvolvimento de vários projetos em escolas, mas tem como referências e as escolas inspiram-se essencialmente em dois modelos de intervenção integrando as escolas que apoiam os seus alunos e os seus ritmos de aprendizagem, realizando mudanças letivas e promovendo atividades e a comunicação na sala de aula mais diferenciadas (Claro, 2017; Vilela, 2013).

Com a avaliação do PMSE nos seus dois anos de implementação (2009/2010 e 2010/2011), são notórios os resultados positivos, as escolas “as escolas têm maior sucesso escolar, maior qualidade do sucesso escolar e melhores relações entre os professores e os alunos” (Barata et al., 2012, p. 249). Ocorreu uma evolução na relação entre pares, na atenção e concentração, na compreensão e aquisição de conteúdos de aprendizagem, na motivação e no comportamento, fortalecendo o aproveitamento escolar dos alunos. Consequência de estes estarem em grupos mais pequenos e homogêneos, tendo os professores mais disponibilidade para um apoio mais individual e atento, com estratégias de ensino mais ajustadas às necessidades destes (ibidem, 2012).

2.6. Comunidades de Aprendizagem

O projeto Comunidade de Aprendizagem é um procedimento que pretende construir uma escola com qualidade para todos e com todos, numa perspetiva de inclusão e articulação com a família e com a participação da comunidade para superar as desigualdades sociais. O projeto poderá ser uma mais valia no envolvimento e na construção de comunidades pelo sucesso de todos e envolve todos aqueles que, de forma direta ou indireta, influenciam as aprendizagens e o desenvolvimento dos estudantes, fomentando a existência e criação de “espaços de debate, de partilha e de construção comunicativa” (Flores & Ferreira, 2012, p. 233). O projeto incorpora três noções

importantes: a presença de um espaço, físico ou não físico para partilhar a construção das aprendizagens; o apoio mútuo que existe no processo da aprendizagem entre os seus membros; a definição do conceito de aprendizagem, como um processo de construção que se fortifica com o passar do trajeto (Catela, 2011).

O INCLUD-ED, criador das comunidades de aprendizagem é um projeto de pesquisa da universidade de Barcelona, que tem como foco detetar ações educativas de sucesso, concedendo a hipótese de ser transferido para outras escolas e comunidades promovendo o sucesso de todos. Desta forma, a pesquisa conclui que as práticas que produzem aprendizagem são os trabalhos em grupos heterogêneos e as participações educativas das comunidades, isto é, o projeto reconhece que as comunidades envolvidas em projetos de aprendizagem obtêm admiráveis resultados escolares e de inclusão, independentemente da realidade em que a escola está inserida²⁵.

2.7. Projeto-piloto de Inovação Pedagógica

O Projeto-piloto de inovação Pedagógica instituído em 2017 (cf. Apêndice 7) é um programa nacional para inovar na aprendizagem, sendo uma “iniciativa que visa mudanças locais, em contextos singulares, como um primeiro passo para o alargamento a uma maior escala” (E. Costa, 2019). Os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas se auto-organizam e dirigem intervenções de autonomia que possam ser acompanhadas e avaliadas, criando diversas soluções para findar as retenções com a utilização de instrumentos flexíveis.

Com a experiência adquirida no decorrer dos projetos-piloto é reconhecido com a Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho a capacidade das escolas em implementarem as suas soluções inovadoras para eliminar o abandono e insucesso escolar. Com esta aprendizagem são implementados termos e condições da autonomia e flexibilidade para as escolas elaborarem os próprios planos adequados as suas necessidades, destinando-se ao sucesso e inclusão de todos os alunos (p. 2954).

²⁵ Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/projeto>

A partir da análise do estudo de avaliação do PPIP, nos três anos de experiência pedagógica, é identificado um total de 4355 alunos no projeto, tendo no 3º e 4º ano 1158 alunos, no 2º ciclo de ensino básico 1306 alunos e no 3º ciclo de ensino básico 1891 alunos. É notável a melhoria da qualidade das aprendizagens e os ganhos no combate ao abandono e retenção escolar. Os agrupamentos de escolas PPIP apresentam sinais positivos na “capacidade de se apropriarem do currículo e de o saberem gerir coerente e articuladamente, investindo na diversificação de práticas de ensino-aprendizagem e de avaliação, bem como envolvendo mais ativamente os alunos nesses processos” (E. Costa & Almeida, 2019, p. 4). O PPIP contribuiu para a gestão dos comportamentos e desenvolvimento pessoal e social dos alunos promovendo a autonomia, é identicamente positiva a relação de bem-estar entre professores e alunos contruindo para clima positivo na escola (ibidem, 2019).

2.8. Programa Integrado e de Educação e Formação

O PIEF criado inicialmente em 1999, no âmbito do PEETI²⁶ (cf. apêndice 8), tem a finalidade inicial de medida educativa e formativa num contexto de combate à exploração do trabalho infantil. Em 2003 realizou-se uma revisão do Programa Integrado de Educação e Formação e foi notado a importância de ampliar e flexibilizar as respostas no que compete aos casos de abandono escolar que são fundados pela exploração do trabalho infantil ou por outros formatos de exploração de menores. Para cada jovem há a concretização de um plano de educação e formação, face a individualidade (idade, situação pessoal, interesses, necessidade de inserção escolar e social), acessibilidade (intervenção e integração do jovem em qualquer altura do ano letivo), flexibilidade (integração em percursos de educação e formação), continuidade (assegura a intervenção permanente e integrada), atualização (revisão e alteração do plano), faseamento da execução (desenvolve intervenção por etapas estruturantes) e celeridade (obtenção de certificados escolares num período mais curto)²⁷.

Com o passar do tempo a medida tem-se organizado no combate ao abandono escolar precoce, numa lógica de promoção da inclusão e cidadania das crianças e jovens.

²⁶ Atualmente o principal dinamizador é o PIEC (Programa para a Inclusão e Cidadania), criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2009, de 2 de setembro de 2009, em parceria com o ME, com o ISS e o IEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

²⁷ Despacho conjunto n.º 948/2003, de 26 de setembro.

O programa tem como prioridade, alargar as chances de qualificação certificada nos jovens e adultos. Este institui parcerias com várias entidades, conduzindo a integração dos jovens no mercado de trabalho e despertando atração e relevância no ensino e na formação profissional²⁸.

O PIEF é uma medida específica que atua em três vertentes, na educação, na formação e na reinserção social de jovens de risco e em risco, e que, por razões várias, se encontram impedidos de concluir de forma bem-sucedida o terceiro ciclo de estudos básicos. O programa consiste numa medida socioeducativa temporária e excepcional, utilizada apenas quando se esgotam todas as outras medidas de integração escolar, é realizado um Plano de Educação e Formação ao aluno, que auxilia no cumprimento da escolaridade obrigatória e na inclusão social, conferindo uma habilitação escolar de 1.º, 2.º ou 3.º ciclo.

A autora Albertina Pereira (2007), demonstra com o seu estudo exploratório que os jovens integrados no PIEF afirmam, haver grandes mudanças nas suas vidas depois do regresso à escola decorrido pelo auxílio do projeto, “mudanças de natureza afectiva, comportamental e relacional” (ibidem, 2007, p.8), salientado como principal fator de mudança as ações da equipa docente e técnica. A autora ainda reforça que é admirável como estes jovens vivenciam situações de grande risco social e “valorizam sobremaneira a atenção de que são alvo, o afecto com que são envolvidos, e a eficácia da ajuda que lhes é prestada por parte dos professores e técnicos do Programa” (Pereira, 2007, p. 8). Os beneficiários do PIEF são de famílias carenciadas, destruturadas e negligentes, sendo esta maior parte numerosa e sem trabalho ou com trabalho precário. Esta população também se caracteriza por ter uma atitude desafiadora, resistindo à autoridade dos adultos ou professores. O projeto também apresenta aspetos negativos, visto que “devido à entrega e empenhamento que exige, leva a uma situação de desgaste e insatisfação, nomeadamente de fadiga e exaustão” dos grupos profissionais que lidam com o PIEF (Pereira, 2007).

²⁸ Portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro.

2.9. Programa Escolhas

O Programa Escolhas é um programa governamental, criado em 2001 (cf. apêndice 9), promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações, que tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social das crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis.

O inaugural PE em 2001, centra-se na prevenção de criminalidade e inserção dos jovens, com a intenção de evitar a defiliação da família, da escola e da sociedade. Portanto, é criada uma resposta que oferece segurança à sociedade, e que ao mesmo tempo também ajudará a prevenir a delinquência juvenil inserindo os jovens que potencialmente se encontram a caminho da marginalidade e exclusão. A primeira fase de implementação realizou 50 projetos que abrangeram 6.712 participantes.

Reconhecendo a importância do programa e tendo condições para continuar, inicia a segunda geração, que parte da experimentação e aprendizado conseguido com a fase de implementação. É dado um grande impulso e dinâmica, integrando novos desafios e direcionando a sua ação de prevenção da criminalidade para a promoção da inclusão social. Durante este período, foram financiados e acompanhados 87 projetos em 54 conselhos no país, com 43,200 participantes.

Ao demonstrar uma efetiva capacidade de intervenção no domínio da inclusão social, o projeto é renovado para a terceira geração, que alarga a sua intervenção para 71 conselhos de território nacional, abrangido por 81.695 crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis. Com a experiência adquirida com o passado e fundamentando-se na consolidação do modelo já prosseguido anteriormente, inicia-se a quarta geração, que introduz um reforço e melhora a sua presença no terreno, um aumento significativo de investimento global e naturalmente o número de projetos a apoiar. Face aos resultados positivos, o PE é novamente renovado para a quinta geração tendo realizado protocolos com os consórcios de 110 projetos locais, financiando mais 31 projetos de cariz experimental nas áreas de empregabilidade e empreendedorismo.

O governo demarcou um programa onde é possível fazer mais e melhor com menos recursos, possuindo o objetivo de envolvimento da sociedade civil e das empresas

portuguesas, para promover a empregabilidade dos jovens, contribuindo ainda para o empreendedorismo e inovação. Deste modo desenrola-se a sexta e sétima geração do PE que persegue inovações e estratégias a nível dos planos nacionais, nomeadamente nas áreas da cidadania, da igualdade e da educação, possuindo similarmente compromissos internacionais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Um aspeto importante que o programa integra, é a realização de uma intervenção onde é possível aprender para melhorar futuramente, onde é indispensável a reflexão sobre a prática. Da mesma maneira que inova com o aspeto da mediação jovem, realizada entre os técnicos e a população jovem do bairro, que possibilita a inclusão das equipas nas redes de relações locais. A equipa técnica juntamente com os jovens mediadores do bairro, de cada projeto, realizam uma intervenção transformadora. Integram os jovens dos grupos formais ou informais na construção da referida resposta, há um aproveitamento das potencialidades destes para ajudar e melhorar os seus percursos de vida, motivando entre eles, dinâmicas de inserção e de autorregulação dos seus comportamentos e incentivam a ligação do jovem com as respostas educativas, formativas, desportivas e de lazer social. É incentivado o desenvolvimento pessoal e comunitário com uma intervenção direta, seletiva e em parceria, otimizando e rentabilizando intervenções e recursos já existentes e se necessário introduzir novas intervenções.

No PE evidencia-se o sistema de monitorização e avaliação das várias componentes, realizando autoavaliações, avaliações internas e avaliações externas, tornando possível medir a eficácia, pertinência e eficiência desta medida pública, obtendo resultados positivos no sucesso escolar, inovação, experimentação e capacitação²⁹.

Desde a primeira geração que são identificáveis fatores positivos, como o reconhecimento fundamental das instituições nos bairros, e dos serviços que agem com o público-alvo, para desenvolver e promover ações (CET, 2004).

Em 2018, no terceiro e último ano da sexta geração o programa financiou 110 projetos com um total de 41.648 indivíduos envolvidos nas 181.198 sessões de trabalho criadas³⁰. O seu público-alvo, que são as crianças e jovens representa 79,9% dos participantes, com mais incidência no grupo etário dos 14 aos 18 anos de idade (26,8%),

²⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015 de 23 de dezembro, p. 9825.

³⁰ Nos dois primeiros anos da 6.ª geração foram implementados 112 projetos com um total de 53.407 participantes nas 183.576 sessões de trabalho criadas (Relatório de Atividades 2017).

seguido dos 6 aos 10 anos de idade (24,2%). Em termos de participação por medidas é notável as atividades da medida I, que aborda a educação e formação com 64,4%, já a medida II, emprego e empregabilidade representa-se com menos participação (7,9%). O PE apresenta evidentes resultados no sucesso escolar, inovação, experimentação e capacitação importa salientar igualmente o modelo de governança, que estabelece intervenções delineadas, implementadas e avaliadas pelos consórcios locais, rentabilizando recursos e sinergias³¹.

Atualmente na sétima geração, que decorrerá até 31 de dezembro de 2020 o Programa Escolhas irá financiar 103 projetos. Entretanto, é recentemente renovado para a sua 8ª geração, no período de 2021 e 2022³².

2.10. Conclusões

Portugal precisa de remodelar e reparar as prioridades e a implementação das políticas públicas para fazer frente aos seus défices estruturais. O problema do insucesso e abandono precoce na sociedade portuguesa aparenta ser persistente e difícil de consertar. Apesar de continuar a haver vários problemas e de continuar a ser necessário persistir em medidas que aperfeiçoem as estatísticas, com o passar dos anos estas têm vindo a melhorar as qualificações dos portugueses com o avanço da escolaridade obrigatória, a taxa de abandono precoce de educação e formação tem diminuído e na taxa de transição/conclusão do ensino superior aumentado, o que leva a uma menor taxa de risco de pobreza e privação de material.

As políticas de família em Portugal enfrentam muitos desafios, os montantes do Abono de Família para Crianças e Jovens, que sofreram duros cortes entre o final de 2010 e 2015, voltam a ser alvo de atualização e ocorre um aumento anual a partir de 2016, principiando uma fase em que se procura inverter a política anterior repondo gradualmente alguns dos apoios económicos(cf. Apêndice 10). A forte instabilidade no mercado de trabalho e financeiro afeta o quotidiano das crianças e jovens, porque compromete o seu acesso aos bens e práticas complementares para o conhecimento e aprendizagem.

³¹ Relatório de Atividade 2018; Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2018, de 22 de novembro.

³² Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020, de 15 de setembro.

A taxa de risco de pobreza, após a transferência social, apesar de melhorar gradualmente continua sendo mais elevada nas crianças e jovens com menos de 18 anos (19,0 em 2017 e 18,5 em 2018) comparada com a taxa de risco de pobreza total (17,3 em 2017 e 17,2 em 2018), mesmo com a redução comparativamente a 2015 (19,0%). A taxa de privação material também diminui com 21,6% em 2015 para 15,1% em 2019, é notável que em 2015 a taxa de privação material é mais alta nas crianças e jovens com menos de 18 anos, no entanto, a partir de 2017 esta vem a reduzir relativamente a taxa total. Importa referir igualmente que as famílias numerosas e monoparentais portuguesas registam altas taxas risco de pobreza, nas famílias numerosas com dois adultos e três ou mais crianças (41,4% em 2016 e 31,6% em 2017), e nas famílias monoparentais com pelo menos uma criança dependente (33,1% em 2016 e 28,2% em 2017) (cf. Tabela 4).

Tabela 4 - Taxa de Risco de Pobreza e de Privação de Material

	%				
	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de Risco de Pobreza					
Total	19,0	18,3	17,3	17,2	-
Crianças e Jovens com menos de 18 anos	22,4	20,7	19,0	18,5	-
Agregado familiar com crianças dependentes	21,0	19,7	18,1	18,3	-
Famílias numerosas (3 ou mais crianças)	42,7	41,4	31,6	30,2	-
Famílias monoparentais	31,6	33,1	28,2	33,9	-
Taxa de Privação de Material					
Total	21,6	19,5	18,0	16,6	15,1
Crianças e Jovens com menos de 18 anos	22,3	19,7	17,8	16,3	14,2

Elaboração Própria. Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019³³

³³ Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=354099170&DESTAQUESmodo=2

Podemos verificar que a partir de 2016 o abono de família para crianças e jovens reforça os seus direitos e benefícios conduzindo a uma maior autonomia dos indivíduos e famílias, além disso, buscam incorporar e abranger os vários modelos de família. Todavia, esta política de família apresenta um carácter seletivo e rígido nas condições de atribuição e não chega a repor o apoio económico às famílias em Portugal comparativamente aos valores de 2010.

Nas últimas duas décadas o governo implementou medidas promotoras da qualificação da população e na criação de medidas para combater o insucesso e abandono escolar, em especial nos jovens. A diminuição da taxa de abandono escolar precoce foi uma das mais notáveis da UE, em 2018 esta situava-se nos 11,8%, aproximando-se da média europeia de 10,6³⁴. Em 2019 a taxa atingiu o valor mais baixo de sempre com o valor de 10,6% aproximando-se da média europeia de 10,2%³⁵.

O efetivo cumprimento da escolaridade obrigatória é um essencial contributo para lutar contra o défice de qualificações dos jovens, neste sentido, é indispensável o reforço das políticas de família e das políticas educativas. Como refere João Mata (2019), é importante continuar a investigar as razões do insucesso e do abandono escolares, garantindo

intervenções mais informadas e sustentadas, condição essencial para o abaixamento contínuo das taxas de retenção (...) Importa, por fim, desenhar políticas que tenham em consideração as expressivas desigualdades regionais e de género na conclusão da escolaridade obrigatória (p.9)

Estas medidas e programas têm vindo a melhorar a qualificação dos portugueses nos últimos anos e a diminuir o problema do abandono e insucesso escolar com ações determinantes. Como podemos ver na tabela 5 durante o tempo de execução de todas as medidas referidas anteriormente, a taxa de abandono precoce de educação e formação vem a diminuir 29,5% desde 1942, estando em 2019 nos 10,6%.

³⁴ (Comissão Europeia, 2019).

³⁵ Disponível em:

<https://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+abandono+precoce+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+forma%C3%A7%C3%A3o+total+e+por+sexo-1350>

Tabela 5 - Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação no Início da Política Pública e em 2019

Políticas Públicas	Ano de Início	%	
			2019
AFCJ	1942	-	10,6
TEIP	1996	40,1	
PIEF	1999	44,9	
PE	2001	44,2	
PMSE	2009	31,2	
BE			
PNPSE	2016	14,0	
PPIP	2017	12,6	

Elaboração Própria. Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Também a taxa de transição/conclusão no ensino secundário aumentou 23,7% desde do ano letivo 1999/2000, encontrando-se no ano letivo 2018/2019 nos 86,9%, mas tem sido um aumento gradual mais lento que a taxa de abandono precoce de educação e formação (cf. tabela 6).

Tabela 6 - Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário no Início da Política Pública e em 2019

Políticas Públicas	Ano Letivo de Início	%	
			2018/ 2019
AFCJ	1942	-	86,9
TEIP	1996	-	
PIEF	1999/2000	63,2	
PE	2001/2002	62,6	
PMSE	2009/1010	80,7	
BE			
PNPSE	2016/2017	84,9	
PPIP	2017/2018	86,1	

Nesta perspetiva, combater o insucesso e o abandono não é apenas com a definição de medidas específicas e de âmbito local que são estabelecidas centralmente, é também promover a adoção de medidas de resolução mais específicas e individualizadas, possibilitando as comunidades locais e educativas uma organização autónoma e a capacidade de detetar caso a caso concreto, ou seja, motivar a comunidade e organismos locais a personalizar a resposta de cada caso, acompanhada da exibição de resultados e prestação de contas (Coimbra & Fernandes, 2013).

A este processo deve agregar-se a maior participação dos encarregados de educação e da comunidade, visto que a “relação criada entre a escola, o poder local, o conjunto dos professores e de pais vai ganhando relevo e ao longo dos anos vai-se reforçando o conceito de comunidade educativa” (Silva, 2014, p. 37). As investigações demonstram vários benefícios desta cooperação, isto é, melhora o rendimento escolar dos alunos, transforma as relações dentro da escola, apoia a ultrapassagem de desigualdades por meio da otimização de resultados nas escolas e no estabelecimento de relações de equidade, tudo isto, torna a participação dos alunos de maior risco de exclusão social e educativa mais benéfica (INCLUD-ED, 2009).

³⁶ Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=444301590&PUBLICACOESmodo=2

PARTE II - METODOLOGIA

Capítulo 3. Opções Metodológicas

Neste capítulo é apresentado o estudo empírico de natureza qualitativa efetuado através da análise documental da Revista Escolhas, dos relatórios de atividades e do relatório de avaliação externa do Programa Escolhas, com os objetivos abaixo indicados, bem como, as opções metodológicas da investigação.

3.1. Objetivos do Estudo

A presente investigação, numa visão global e ampla do tema, tem como objetivo geral analisar o apoio e as oportunidades geradas pelo Programa Escolhas para melhorar a trajetória escolar e de inserção laboral dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Mais detalhadamente e desdobrando o objetivo geral temos os objetivos específicos, que são:

- Identificar sociodemograficamente os participantes do Programa Escolhas;
- Identificar os participantes e as sessões de trabalho correspondentes às medidas I e II;
- Descrever as principais tipologias de ações de formação e de atividades implementadas no percurso educativo e na integração no mercado de trabalho do jovem;
- Descrever as experiências dos jovens nas atividades implementadas pelo Programa Escolhas;
- Analisar os indicadores referentes à medida I e II;
- Conhecer a perceção dos jovens sobre o apoio e as oportunidades geradas no âmbito do Programa Escolhas para melhorar a sua trajetória de vida escolar e inserção laboral.

3.2. Natureza da Investigação

Tendo em conta os objetivos da investigação, esta pesquisa é de natureza exploratória, uma vez que se pretende obter mais informações numa visão geral, clarificada e aproximada do apoio e oportunidades que o Programa Escolhas promove para restabelecer o percurso escolar e laboral dos jovens participantes. Esta pesquisa tem como finalidade desenvolver, compreender, descrever e conhecer conceitos e significados, sobre o apoio e oportunidades que o programa proporciona, e sobre os jovens que estão em situação de vulnerabilidade e encontram-se neste (Fortin, 1999; Prodanov & Freitas, 2013; Gil, 2008).

No decorrer da investigação, é utilizada a abordagem qualitativa, concedendo conhecimentos e fornecendo bases para produzir e perceber noções sobre os participantes e as sessões de trabalho realizadas no âmbito da educação e do emprego, compreendendo as suas experiências nestas atividades, e por sua vez, conhecer as perceções do jovens quanto a contribuição do programa para melhorar as suas trajetórias, ou seja, “explorar em profundidade um conceito que leva à descrição de uma experiência ou à atribuição de uma significação a esta experiência”, sendo o objetivo essencial da investigação qualitativa “compreender melhor os factos ou os fenómenos sociais” (Fortin et al., 2009, p. 290). Como refere Afonso (2014, p.18) a investigação qualitativa procura recolher informação “fiável e sistemática sobre aspetos específicos da realidade social, usando procedimentos empíricos com o intuito de gerar e interrelacionar conceitos que permitam interpretar essa realidade”. No que toca, a técnica de recolho de dados é utilizada a análise documental, mais pormenorizada posteriormente.

O estudo empírico iniciou-se com as seguintes fases e procedimentos metodológicos: a delimitação do campo de análise empírica, a pesquisa e seleção de material para a recolha de dados incluindo a construção das grelhas descritivas referentes ao material utilizado para a pesquisa documental; a escolha dos métodos e técnicas de recolha de dados complementado com a construção da grelha de análise documental no que concerne as dimensões pretendidas na investigação; a escolha dos métodos e técnicas de análise dos dados.

3.3. Campo de Análise Empírica

Este ponto intitula-se como a pré-análise do conteúdo, a fase do primeiro contacto, que engloba a pesquisa, seleção, focalização e organização dos documentos, preparando o material para a análise. A primeira tarefa desta fase passa por uma leitura superficial dos documentos a fim de os escolher. Proporciona um primeiro contacto com os documentos, um conhecimento da estrutura destes e as primeiras impressões em relação a que é referido (Bardin, 2018; Gil, 2008).

Neste estudo o material de recolha de dados centra-se na produção literária do PE, particularmente, a revista escolhas, os relatórios de atividades e o relatório de avaliação externa da 5.º geração. Assim, foi feito um levantamento de todas as 44 revistas escolhas publicadas e disponíveis na sua página eletrónica oficial³⁷, nove destas foram selecionadas, uma vez que são as revistas que tratam a informação sobre o impacto que o PE tem na vida dos jovens para superar o insucesso e abandono escolar e para a sua entrada no mercado de trabalho. Similarmente, foram analisados os relatórios de atividades publicados nos últimos sete anos³⁸, e o relatório de avaliação externa da 5.ª geração de modo a complementar as informações pretendidas. Nas três seguintes tabelas são identificados os materiais para a recolha de dados.

Tabela 7 - Revistas Escolhas

Revista	Data	Temática
N.º 44	Dezembro 2018	Rumo à 7ª Geração
N.º 43	Setembro de 2018	Escolhas pela Educação
N.º 42	Maio de 2018	Descendentes de Imigrantes
N.º 40	Novembro de 2017	Associativismo Jovem
N.º 39	Setembro de 2017	Escolhas de Portas Abertas
N.º 38	Dezembro de 2016	16 Anos Escolhas
N.º 35	Dezembro de 2015	Nós Fizemos Esta Revista Escolhas!
N.º 26	Outubro de 2013	Qualificação, Empregabilidade e Emprego

Elaboração Própria.

³⁷ Disponível em: <http://www.programaescolhas.pt/conteudos/revista-escolhas>

³⁸ Disponível em: <http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>

Tabela 8 - Relatórios de Atividades

Relatório de Atividades - 2018
Relatório de Atividades - 2017
Relatório de Atividades - 2016
Relatório de Atividades - 2015
Relatório de Atividades - 2014
Relatório de Atividades - 2013
Relatório de Atividades - 2012

Elaboração Própria.

Tabela 9 - Relatório de Avaliação Externa

5. ^a Geração - 2.º Relatório Intercalar
--

Elaboração Própria.

Por fim e tendo em consideração o tema da presente dissertação é canalizada a análise para apenas duas áreas estratégicas de intervenção definidas pelo Programa Escolhas, a Medida I que aborda a educação, formação e qualificação, e a medida II sobre o emprego e empreendedorismo. Ao longo dos anos estas áreas estratégicas foram sofrendo alterações (cf. apêndice 12), culminando nas referentes medidas apresentadas na próxima tabela.

Tabela 10 - Áreas Estratégicas de Intervenção

Medida I	“Educação, Formação e Qualificação, que visa contribuir para o sucesso escolar, para a redução do absentismo e abandono escolar, bem como para a formação e qualificação profissional”.
Medida II	“Emprego e Empreendedorismo, que visa contribuir para a promoção do emprego e empregabilidade, favorecendo a transição para o mercado de trabalho, bem como apoiar iniciativas empreendedoras”.

Elaboração Própria. Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2018

3.4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

É possível aprofundar e desenvolver conhecimentos sobre os fenómenos que estão a ser estudados aplicando a análise documental, utilizando informações “existentes em documentos anteriormente elaborados, com o objetivo de obter dados relevantes para responder às questões de investigação” (Afonso, 2014, p. 93). Desta maneira, é necessário organizar informações que estão dispersas e dar-lhes uma nova importância como fonte de consulta.

Os dados apesar de serem alusivos a pessoas, são obtidos de maneira indireta pelo aproveitamento de documentos, revistas, estatísticas. Estas fontes documentais permitem que o pesquisador obtenha dados qualitativos e quantitativos suficientes para o estudo. O autor António Gil (2008) ainda refere que isto evita “a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos” (p.147).

Existem duas tipologias de documentos principais, as fontes de primeira e segunda mão. Os documentos de primeira mão, pertencem aos que não recebem tratamento analítico. Os documentos de segunda mão, concernem aos que de algum modo já foram analisados, tal como a revista escolhas e o relatório de atividades do programa escolhas (Prodanov & Freitas, 2013). Estes são documentos escritos oficiais, publicados na página oficial de internet do programa escolhas, o que integra uma fonte fidedigna de dados. Uma vez que o pesquisador não tem controlo sobre a forma de como os documentos foram criados, deve selecionar o que interessa ao estudo, interpretar e comparar material, tornando-o benéfico (Lakatos & Marconi, 2003). A coleta de dados estatísticos é igualmente relevante, captando as características da população presente nos documentos selecionados.

Segundo António Gil (2008), o uso da pesquisa documental envolve vantagens, como mostrar o conhecimento do passado. Ao conseguir dados acerca do comportamento passado o que é obtido na realidade é a percepção do inquirido, enquanto que, nos documentos os dados adquiridos foram elaborados no período estudado, apresentando com um conhecimento mais objetivo da realidade. Também possibilita a investigação dos processos de mudança social e cultural. Como as sociedades estão em contínua mudança nas suas relações e processos sociais, para captar este processo não é unicamente ao

observar ou questionar os indivíduos no seu comportamento, é também apropriado investigar fontes documentais que identificam essas modificações na população, na estrutura social e nos valores social. Por fim, auxilia igualmente na obtenção de dados sem o constrangimento dos indivíduos, pois poderá ser custoso obter dados relacionados com a vida das pessoas. Estas podem negar ou manipularem as suas respostas nestes assuntos, por isso, “é que as pesquisas que se valem de dados existentes permitem resultados mais acurados nas pesquisas referentes” (ibidem, p.154). Na mesma linha de pensamento, Afonso (2014) refere que esta técnica de recolha de dados evita problemas de qualidade resultantes das pessoas mudarem o seu comportamento, consequência de saberem que estão a ser estudados.

Posto isto, é realizada a exploração do material. Após a consulta e seleção do material existente sobre o percurso educativo e a integração no mercado de trabalho dos jovens que integram o programa escolhas, foi elaborado a grelha de análise documental (cf. tabela 10) que tem a finalidade de gerir sistematicamente os documentos escolhidos na pré-análise. A tabela apresenta quatro dimensões, iniciando com a caracterização geral dos participantes e das sessões de trabalho, esta desenvolve principalmente dados estatísticos presentes nos relatórios de atividades e sumaria as principais temáticas aprofundadas nas duas seguintes dimensões.

Desta forma, posteriormente são focados os percursos educativos e as integrações no mercado do trabalho, tendo estas duas dimensões informações pretendidas muito similares, sendo descrito as principais tipologias de ações de formação e de atividades implementadas com os jovens, referindo as experiências dos jovens para atingir o objetivo da atividade implementada. Terminando com uma análise dos indicadores (meta – execução) referentes a estas duas dimensões, disponibilizado nos relatórios de atividades.

Por último, é recolhido informações em relação a perceção dos jovens sobre o apoio e oportunidades gerada para melhorar o percurso escolar e a inserção laboral e as suas aspirações para o futuro.

Tabela 11 - Grelha de Análise Documental

Dimensões	Informação Pretendida
Caracterização geral dos participantes e das sessões de trabalho	<ul style="list-style-type: none">- N.º de participantes;- Distribuição dos participantes por faixa etária;- N.º de sessões de trabalho;- N.º de participantes e sessões de trabalho na medida I e medida II;- Principais temáticas atividades e formações implementadas.
Percurso educativo	<ul style="list-style-type: none">- Tipologias de ações de formação;- Tipologia das atividades implementadas;- Contribuição da experiência do jovem para atingir o objetivo da atividade;- Indicadores da taxa de sucesso escolar e do encaminhamento para a escola e formação profissional.
Integração no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Tipologias de atividades implementadas;- Tipologias de ações de formação;- Contribuição da experiência do jovem para atingir o objetivo da atividade;- Indicadores de emprego e empreendedorismo e do número de iniciativas empreendedoras criadas.
Percepção dos jovens	<ul style="list-style-type: none">- Percepção dos jovens sobre o apoio, oportunidades e motivação gerada para melhorar o percurso escolar e a inserção laboral e as suas aspirações para o futuro;

Elaboração Própria.

3.5. Métodos e Técnicas de Análise de Dados

Desta maneira, inicia-se o tratamento, a análise e interpretação dos dados, tendo em consideração os objetivos de investigação anteriormente definidos. O método de análise dos dados escolhido é a análise de conteúdo de Bardin (2018). Esta autora divide o método de análise de conteúdo em três fases, pré-análise (organização do material; exploração do material e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Uma vez realizada a pré-análise, como foi referido anteriormente no campo de análise empírica, a etapa que se segue é a exploração do material, tendo como tarefa a leitura mais atenta de toda a documentação, é a materialização das decisões tomadas na pré-análise, passa por um processo de redução de dados que permite a simplificação da informação. Esta etapa é muito importante, pois pode ou não possibilitar a riqueza das interpretações e inferências, e vem ajudar no processamento e na obtenção de conclusões.

Neste sentido, iniciou-se a tabulação e apresentação dos dados com a elaboração de gráficos e de tabelas, de maneira a organizar os dados selecionados. Usufruindo dos dados estatísticos nos vários relatórios de atividades, foram criados vários gráficos contribuindo para a caracterização dos participantes e sessões de trabalho do Programa Escolhas. Para descrever as várias tipologias de ações de formação e de atividades implementadas foram formuladas tabelas que sintetizam a informação.

Na última etapa, que se refere ao tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, tornando os dados mais válidos e significativos. Esta culmina em interpretações referenciais, com a reflexão e intuição baseada no conteúdo que os documentos possuem. Melhor dizendo, com base no material obtido na fase anterior, é agora, essencial alargar o conhecimento, descobrir novos ângulos e explorar ligações existentes entre os vários itens, combinando-os ou reorganizando-os para chegar as conclusões ou identificar elementos que necessitam de maior aprofundamento.

PARTE III - ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 4. Apresentação e Discussão dos Resultados

Neste capítulo é exibido os dados recolhidos e efetuada a análise dos resultados das quatro dimensões estipuladas na grelha de análise documental. Fechando com a sua discussão e conclusão dos dados recolhidos.

4.1. Apresentação e Análise dos Resultados

A apresentação e análise dos resultados que se seguem baseiam-se no tratamento dos dados recolhidos através da pesquisa documental, de acordo com os materiais estipulados anteriormente.

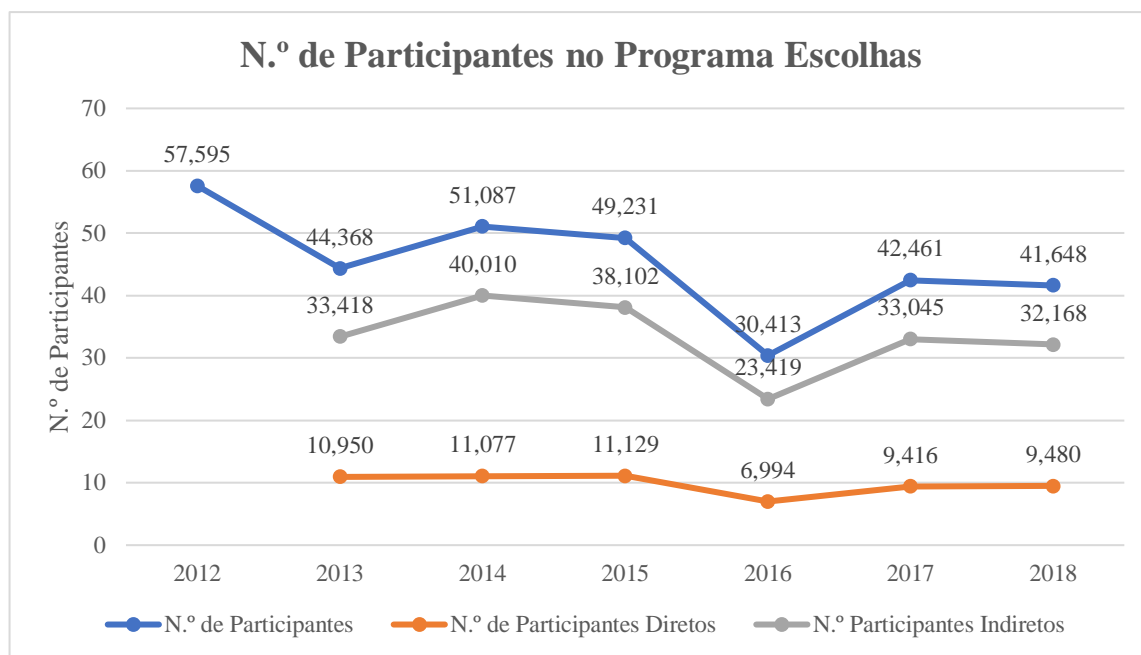
Após a exibição e tratamento dos dados estatísticos referentes a caracterização geral dos participantes e das seções de trabalho do PE, é apresentado as dimensões do percurso educativo e da integração no mercado de trabalho, finalizando com a perceção dos jovens. Importa salientar que em alguns relatórios de atividades não apresentam resultados detalhados como os outros, especialmente o relatório de atividades 2015 e 2016.

Caracterização Geral dos Participantes

Analisando a ilustração 1, verificamos que o número de participantes no programa escolhas é oscilante. O ano com mais participantes foi em 2012 com 57,995 indivíduos, já no ano 2016 ocorre um grande decréscimo destes participando apenas 30,413 indivíduos. Contudo, em 2017 os participantes aumentam para 42,461 participantes, mas não alcança o número de participantes anterior ao ano de 2016.

Em 2018 o PE envolveu 41,648 participantes, destes, 9,480 indivíduos são participantes diretos, ou seja, incide um acompanhamento mais regular e continuado e 32,168 participantes indiretos.

Ilustração 1 - N.º de Participantes no Programa Escolhas

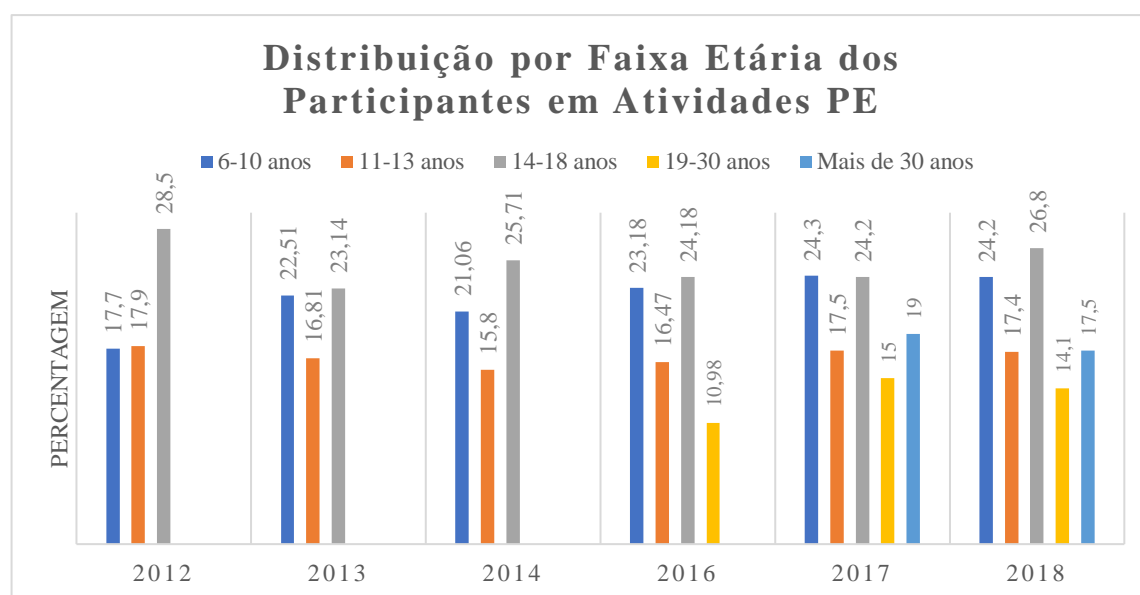


Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades

A esmagadora maioria de participantes são crianças e jovens (cf. apêndice 11). Logo, é perceptível através da próxima ilustração (2), que maioritariamente o grupo etário dos 14 aos 18 anos é o mais expressivo na participação de atividades. Segue-se o grupo etário dos 6 aos 10 anos que predomina igualmente a maioria dos anos.

Não é possível processar uma análise comparativa antes de 2016 porque a recolha de dados da variável faixa etária dos 19-30 anos e mais de 30 anos tinha uma variação diferente.

Ilustração 2 - Distribuição por Faixa Etária dos Participantes em Atividades PE

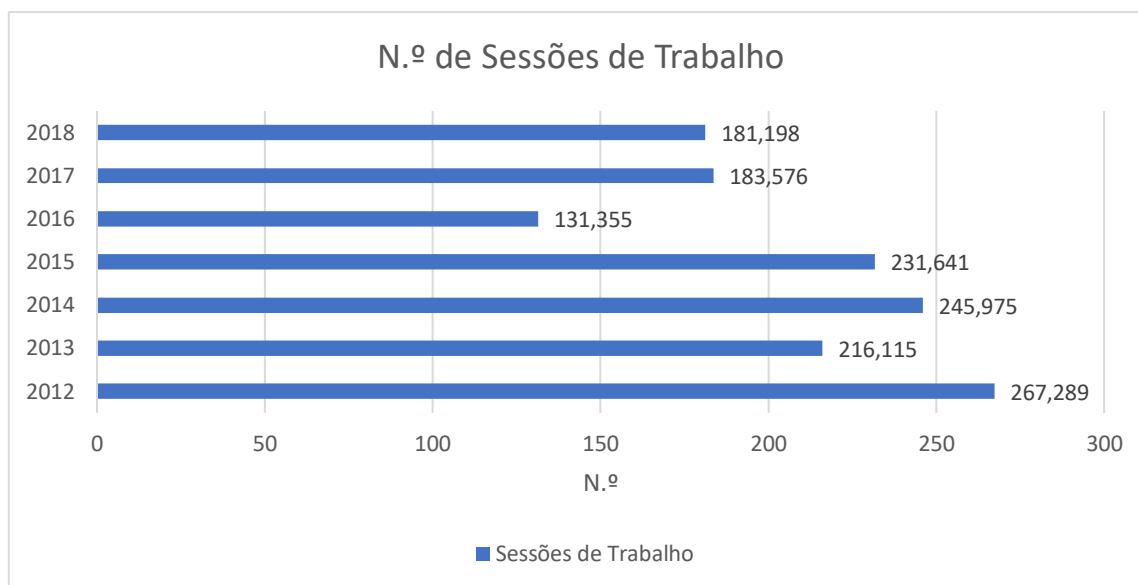


Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades

Antes de analisar o número de participantes nas sessões de trabalho na medida I e na medida II é importante conhecer o número de sessões de trabalho no total. Em semelhança com a ilustração 1, o maior número de sessões de trabalho também se evidencia em 2012 com 267,289 sessões de trabalho, já com o menor número de sessões de trabalho é o ano de 2016 com 131,355.

As sessões de trabalho são atividades realizadas por um determinado grupo onde se discute, resolve e agiliza questões de forma a combater as necessidades no meio envolvente. Neste âmbito as sessões encontram-se divididas em cinco medidas, nas quais duas delas são as mais relevantes na temática em questão. Assim, as sessões de trabalho pretendem dinamizar várias temáticas ligadas à educação, formação, qualificação, emprego e empreendedorismo, ou seja, são temáticas referentes na medida I e II, que estão representadas nas duas tabelas seguintes.

Ilustração 3 - N.º de Sessões de Trabalho

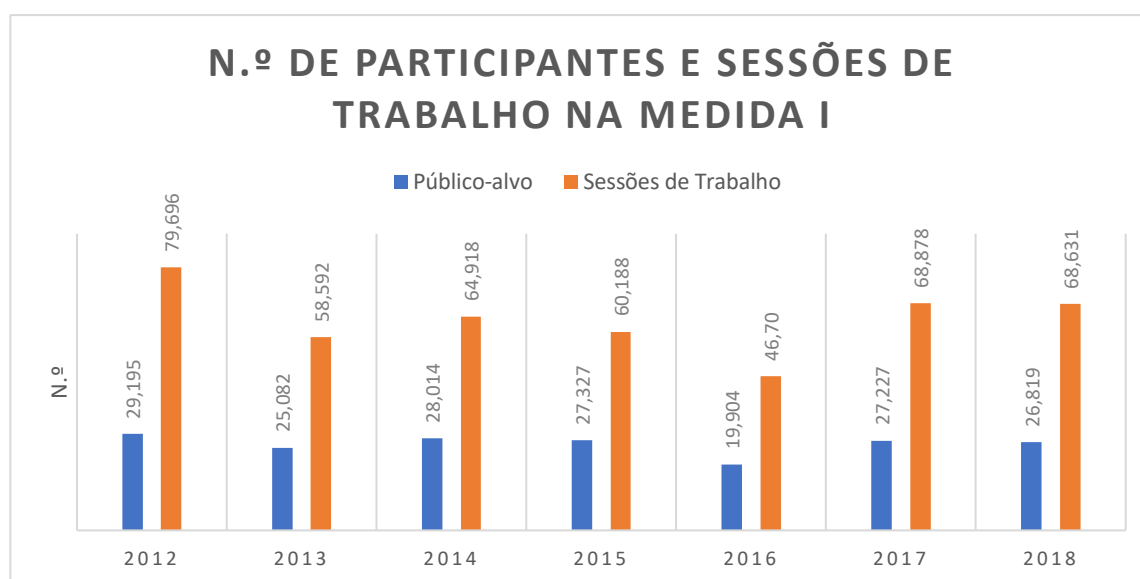


Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades

Portanto, referente ao número de sessões de trabalho na medida I (ilustração 4), relativa a educação, formação e qualificação e tendo em consideração os números da ilustração um e três, comparado com todas as medidas da área de invenção do Programa Escolhas, concluímos que esta medida abrange o segundo maior número de sessões desde 2012 até 2015 e a partir de 2016 é a medida com o maior número de sessões de trabalho. Na mesma linha de pensamento, esta medida é a que abrange o maior número de participantes desde 2013 até 2018.

Esta medida salienta-se em especial no presente trabalho, pois abrange um grande número de sessões de trabalho e de participantes comparativamente a medida II, em 2012 foram realizadas o maior número de sessões (79,696) e tem o maior número de participantes (29,195), já no ano de 2016 foi realizado o menor número de sessões (46,70) e tem o menor número de participantes (19,904). Porém, em 2018 o número de sessões aumentou para 68,631 e o número de participantes para 26,819 indivíduos .

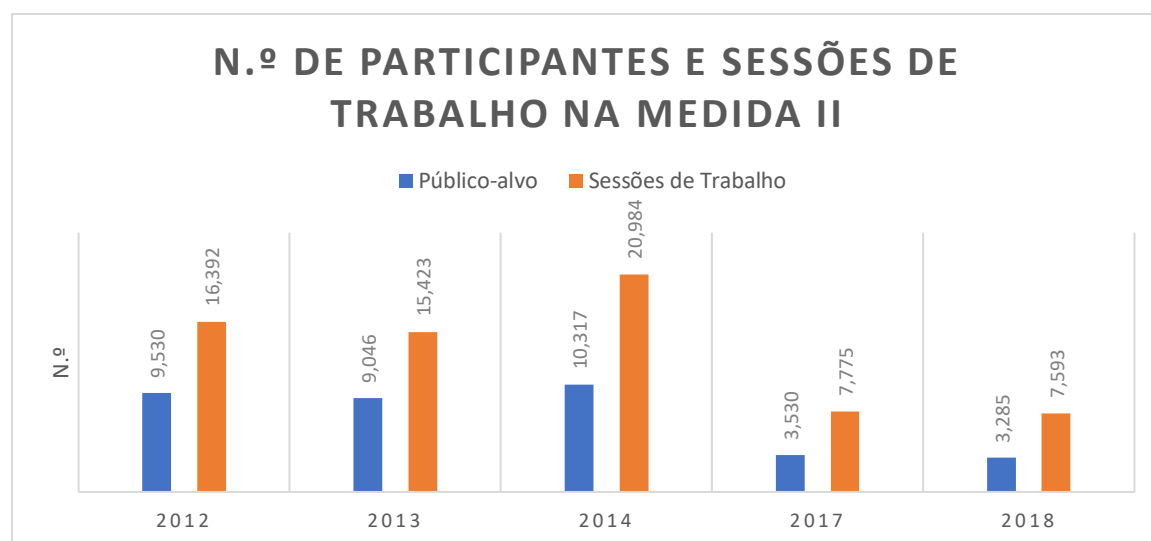
Ilustração 4 - N.º de Participantes e Sessões de Trabalho na Medida I



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades

Relativamente a medida II, emprego e empreendedorismo, em oposição com a medida I, é uma das que menos sessões de trabalho realizadas e menos participantes nestas sessões, isto comparando com os dados das outras medidas de intervenção do Programa Escolhas. Em 2017 e 2018 é visível o descida do número de sessões e de participantes, em 2017 ocorreu 7,775 sessões de trabalho com 3,530 participantes e em 2018 realizou-se 7,593 sessões de trabalho com 3,285 participantes, em contrapartida ao ano de 2014 que realizou 20,985 sessões e teve 9,530 participantes.

Ilustração 5 - N.º de Participantes e Sessões de Trabalho na Medida II



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades

Nas tabelas seguintes, são apresentadas as principais temáticas de formação e atividades desenvolvidas.

Tabela 12 - Principais Temáticas

Medida I	Medida II
Formação	
Plano de Formação Contínua	Plano de Formação - Formato Bootcamp
	Rede Escolhas para o Talento
Atividades	
Liga Escolhas	Mudar: Muda o Teu Mundo
Campanha Boas Notas	Glam Models
(Des)complexificar a Matemática	Responsabilidade Social & O Escolhas
Educação em Itinerância	Projetos Pontuais para a Empregabilidade
Rede de Tutores e Mentores Educativos	
Traz Sucesso e Truz no Abandono	
Trabalhar Competências	
Programa	
Bolsas U Can	

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades; Revista Escolhas

Percurso Educativo

Antes de mais, inicia-se a dimensão do percurso escolar, com a análise do plano de formação contínua, com ações de formações para os dinamizadores comunitários. Os dinamizadores comunitários são jovens oriundos das comunidades onde o Programa Escolhas atua e estes integram as equipas técnicas reconhecendo que são modelos de referência e privilegiam de uma importante ligação com o território.

Tabela 13 - Plano de Formação Contínua - Dinamizadores Comunitários

Formação	Caracterização	Objetivos
Plano de Formação Contínua	Ações de formação dirigidas a dinamizadores comunitários.	Fomentar e promover uma maior progressão escolar e participam ativamente em formações temáticas.

(Contin.)

Estes jovens são motivados a construir progressivamente o seu projeto de vida, terminando o ensino secundário e eventualmente ingressando no ensino universitário. Aposta na autonomia e capacitação dos jovens, potenciando o seu envolvimento e participação cada vez mais ativa nas ações promovidas pelos projetos. Deste modo desempenham também um papel ativo na criação de referências positivas na comunidade ajudando na prevenção ao abandono escolar e na adoção de estilos de vida positivos.

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades 2012; Revista Escolhas N.º 43

Importante complementar com um testemunho da Solange Medina, comprovando motivação dada ao dinamizador comunitário e os resultados obtidos.

“Na altura o apoio ao estudo era o principal objetivo da minha presença no projeto ... onde atualmente trabalho como Dinamizadora Comunitária ... aceitei esta proposta de ser o elo de ligação da comunidade com o projeto TASSE-E6G e onde acabei também por conseguir concluir o 12º ano no curso profissional de Técnica de Turismo. O Programa Escolhas foi - e tem continuado a ser - um grande incentivador e impulsionador para que eu conseguisse realizar alguns dos meus objetivos profissionais, como por exemplo obter o Certificado de Competências Pedagógicas - Formação para Formadores”

(Solange Medina, Revista Escolhas N.º 42, p. 13)

De seguida, são apresentadas três atividades que promovem o sucesso educativo dos jovens.

Tabela 14 - Liga Escolhas

Atividade	Caracterização	Objetivo
Liga Escolhas	Torneio de futebol 7, constituído por equipas mistas, compostas por crianças e jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos.	Promover o sucesso escolar, o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis e o empreendedorismo comunitário.

(Contin.)

A Liga Escolhas aproveita o futebol como uma ferramenta de inclusão social, pelo resultado dos jogos quinzenais, pelo empreendedorismo comunitário estimulando diferentes competências e habilidades pessoais e a vida ativa na comunidade e pela avaliação dos resultados escolares das crianças e jovens.

Em todos os períodos de avaliação escolar é monitorizado as notas atribuídas aos participantes (ao ter boas notas os jovens e as equipas somam mais pontos, caso tenham piores notas são retirados pontos aos jovens e à equipa).

No ano letivo de 2011/2012 foram envolvidas 16 equipas, 200 participantes. Em 2013/2014 a liga contou com 278 participantes, 24 equipas. A III edição da Liga Escolhas (2014/2015) contou com 22 equipas participantes.

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades 2012; 2013; 2014; 2015; Revista Escolhas N.º 38

Tabela 15 - Campanha Boas Notas

Atividade	Caracterização	Objetivo
Campanha Boas Notas	Utilização da música como estratégia de abordagem do tema da escola e realização de workshops sobre estas temáticas.	Sensibilizar as crianças, jovens e familiares, em particular a comunidade cigana, para a relevância da escola, como instituição de socialização e de promoção de aprendizagens importantes para a sua inclusão social e profissional.
<p>Utiliza a área de interesse da população jovem, a música, como veículo de transmissão de mensagens, em torno disto, abordam o tema da escola. Foi lançado o desafio de contruir uma música com as crianças e jovens dos oito projetos selecionados, surgindo posteriormente um CD com estes oito temas trabalhados localmente.</p> <p>Ao mesmo tempo, foi promovido um workshop sobre a importância da escola para o futuro destas crianças, independentemente da sua cultura. Esta campanha também visa envolver a comunidade educativa, com o propósito de desenvolver estratégias culturalmente inclusivas para promover uma maior motivação das crianças e jovens perante a frequência escolar com sucesso.</p>		

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades 2013

Perante a informação presente na Revista Escolhas N.º 43 - “Escolhas pela Educação” é apresentado várias tipologias de atividades implementadas que promovem o sucesso educativo dos jovens.

Tabela 16 - (Des)complexificar a Matemática

Atividade	Caracterização	Objetivo
(Des)complexificar a Matemática	Vinculado ao projeto Jovens ao Leme - E6G, com os alunos do 3º e 4º ano da Escola Básica Domingos de Abreu.	“Desmitificar a complexidade da disciplina de matemática desenvolvendo a concentração e o raciocínio potenciadores do sucesso escolar, de uma forma lúdica, animada e cativante”.
<p>Para além de fomentar o gosto pela matemática, <i>“temos a perfeita noção que o tempo que estas/es participantes disponibilizam para esta atividade é utilizado de forma saudável e com qualidade”</i> (Mafalda Carvalho, coordenadora do projeto) ocasionando a diminuição de negativas nesta disciplina. Ao fim de dois anos letivos já são 265 participante envolvidos.</p>		

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N.º 43, p.8

Tabela 17 - Educação em Itinerância

Atividade	Caracterização	Objetivo
Educação em Itinerância	Integrado no Projeto Monte Dentro - E6G com os alunos das Escolas Básicas de Santiago do Escoural, a Escola Básica de São Mateus, a Cercimor e a Escola Básica do 2.º e 3.º ciclo S. João de Deus.	“Diminuir a exclusão que muitas vezes se encontra associada à falta de meios para aceder aos serviços e oportunidades”.
<p>Com 50 alunos do 1º ciclo das freguesias rurais, desenvolvem quatro atividades “Clube das Letras, Troca de Livros, Mediação Escolar e Tecnologias de Informação e Comunicação” recorrendo a metodologias não-formais para promover o sucesso escolar. Para os alunos do 1.º e 2.º ano o projeto promove o Clube de Letras, trabalhando as “competências de leitura e escrita através de jogos, músicas, pinturas, construção de histórias coletivas, caricaturas de letras e atividades” que fomenta a motivação. Para o</p>		

(Contin.)

3.º e 4.º anos impulsionam sessões que trabalham conteúdos escolares na Escola Virtual “acompanhando os conteúdos programáticos lecionados em Matemática, Português e Estudo do Meio”.

O projeto disponibiliza uma biblioteca para promover a leitura, escrita, organização, criatividade, potenciando o sucesso escolar. Contudo, este é um trabalho articulado, analisado e discutido com os professores no sentido de colmatar as necessidades sentidas pelos alunos.

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N.º 43, p.9

Tabela 18 - Rede de Tutores e Mentores Educativos

Atividade	Caracterização	Objetivo
Rede de Tutores e Mentores Educativos	Agregado no Projeto Eurobairro - E6G.	Incorporar jovens mais velhos que transmitam valores educativos fundamentais aos mais novos, enquanto estes, adquirem competências importantes.
Esta atividade opera em duas vertentes. Em primeiro lugar, parte dos técnicos enquanto mentores dos participantes envolvidos no projeto. Por outro lado, este espaço de tutorias complementa-se ao agregar, de forma voluntária, jovens mais velhos que se revelam referências positivas dentro do projeto e da comunidade com outros participantes. Por conseguinte, “ao mesmo tempo que o/a tutor/a adquire competências sociais específicas e de liderança, serve de referência e transmite valores essenciais às/aos mais novas/os”.		

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N.º 43, p.10

Tabela 19 - Traz Sucesso e Truz no Abandono

Atividade	Caracterização	Objetivo
Traz Sucesso e Truz no Abandono	Integrado no Projeto Matriz – E6G, projeto educativo realizado na sua sede e nas escolas do ensino básico do agrupamento de	Estimular o sucesso educativo, distanciando os jovens participantes do abandono escolar, fomentando o desenvolvimento de

(Contin.)

Atividade	Caracterização	Objetivo
	escolas do fundão e escola das Tílias.	competências pessoais, sociais e cognitivas.
<p>Este é um espaço que,</p> <p><i>“inspira as/os nossos/as jovens a definirem objetivamente projetos de vida mais satisfatórios e a conseguirem a motivação necessária para o estudo (...) a evolução da relação entre as/os jovens e o estudo tem-se vindo a alterar, com melhorias de resultados a serem visíveis principalmente na disciplina de Matemática”</i> (Virgínia Batista, coordenadora do projeto).</p> <p>À vista disto, existe um plano em articulação com os professores de forma a corresponder as necessidades de cada aluno. Desde 2016 vem a acompanhar regularmente cerca de 80 jovens cotidianamente nas suas atividades de apoio ao estudo.</p>		

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N.º 43, p.12

Tabela 20 - Trabalhar Competências

Atividade	Caracterização	Objetivo
Trabalhar Competências	Incorporado no Projeto Viv@cidade - E6G, desenvolvido em Agualva-Cacém, Sintra, estão envolvidas crianças e jovens da faixa etária dos 11 aos 30 anos de idade.	“Incidir essencialmente na aquisição de conhecimentos (...) com recurso a metodologias complementares ao ensino regular, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais”
<p>No que se refere ao contexto escolar, estão também inseridas neste projeto três turmas, da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo António Sérgio, de alunos com intervalo de idades, compreendido entre os 12 e os 18 anos. O acompanhamento destes alunos surgiu no início do ano letivo de 2017/2018, embora no ano letivo anterior já tenha sido realizado um acompanhamento de uma das turmas. Posto isto, foram desenvolvidos programas de “competências adaptados aos interesses, necessidades, potencialidades e motivações de cada grupo participante.”</p>		

(Contin.)

No 3º período, do ano letivo, a intervenção focou-se no desenvolvimento “competências profissionais, através de elaboração de carta de motivação, *Curriculum Vitae* e dinâmicas de *roll play* de situações de candidatura profissional e entrevistas emprego.”

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N.º 43, p. 13

Tabela 21 - Ensino à Distância

Resposta	Caracterização	Objetivo
Ensino à Distância	Resposta educativa com base num modelo de ensino à distância, destinado a crianças e jovens residentes em territórios vulneráveis onde o Escolhas atua.	Continuar com a formação escolar e terminar o ano letivo com sucesso escolar.
<p>Esta resposta assegura uma oferta educativa mais apropriada aos jovens, possibilitando que estes continuem com a sua formação escolar e aumentem as suas competências.</p> <p>O modelo de ensino assemelha-se a carga horária semanal dos alunos de ensino presencial e destina-se ao público que não se encontrem no ensino presencial, sendo adequado às características de “mobilidade da sua família como o trabalho itinerante, contingências culturais, problemas de saúde, ou outros motivos analisados individualmente”.</p>		

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N.º 43, p.23

Tabela 22 - Inovar “3E” - E6G

Projeto	Caracterização	Objetivo
Inovar	Método sustentado numa aprendizagem significativa, complementada com à aprendizagem absoluta comum em salas de aula.	Dotar os jovens rumo a empregabilidade e educação.
<p>Desenvolve e promove a inclusão, o sucesso escolar e o desenvolvimento de atividades e práticas educativas e formativas inovadoras.</p>		

(Contin.)

“A maioria destas/es jovens oriundas/os de contextos sociais vulneráveis não se revê no modelo de ensino atual e, por isso, tentamos estar atentos ao que vai acontecendo na sociedade - com o desaparecimento e o surgimento de novos empregos - trabalhando a educação social e tecnológica” (Carlos Grácio, coordenador do projeto).

O projeto pretende proporcionar igualdade de oportunidades nos futuros destes jovens, capacitando-os a nível profissional, pessoal e social para o novo modelo de sociedade. No dia a dia as atividades contactam com áreas como a robótica, mecânica ou aeronáutica, entre outras. Apesar dito, ocorre uma estreita ligação das escolas com às empresas, impulsionando a integração plena e eficaz de crianças e jovens como cidadãos ativos e empreendedores.

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N.º 43, p.26

Por fim temos o programa de Bolsas U CAN.

Tabela 23 - Bolsas U CAN

Programa	Caracterização	Objetivo
Bolsas U CAN	Atribuição de bolsas de estudo a jovens universitários residentes nos territórios onde o PE atua.	Evitar o abandono precoce neste ciclo de estudos nos jovens com carências económicas.
<p>Esta Bolsa surge ao perceber que os jovens universitários acompanhados pelos projetos locais do PE, estavam em risco de desistir por incapacidade financeira para sustentar as suas despesas referentes à frequência de um curso universitário.</p> <p>Para além deste apoio financeiro, a bolsa realiza um apoio personalizado aos jovens com a implantação de um processo de mentoria. Desta forma, o jovem é acompanhado por um mentor que o apoia no percurso académico e potencia o sucesso escolar. É necessário demonstrar o seu aproveitamento escolar, pois é condição da candidatura o aproveitamento na maioria das disciplinas curriculares do ano anterior.</p> <p>Desde do ano de lançamento deste projeto (2013) ocorreu um aumento de ano para ano de candidaturas selecionadas para apoiar os jovens universitários em todo o país³⁹.</p>		

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades 2013; 2014; 2015; 2016; 2017;

³⁹ Bolsas atribuídas: 2013 - 35 jovens; 2014 - 35 jovens; 2015 - 48 jovens; 2016 - 50 jovens; 2017 - 47 jovens.

Neste sentido, foi selecionado em três Revistas Escolhas (N.º 35; 40; 42) seis testemunhos dos jovens que beneficiaram deste apoio. É possível perceber que esta bolsa ajudou efetivamente a que estes continuassem os seus estudos académicos e referem que a mentoria foi fundamental para o seu percurso educativo. Estes seis jovens referem de forma homogenia os benéficos desta bolsa.

“Esta bolsa ... foi uma ajuda decisiva para eu continuar a estudar e não desistir do curso ... Foi, também, muito valioso o acompanhamento que pude ter da parte da minha mentora ... que me ajudou muito em vários aspetos da minha vida”

(Abigail Graça, Revista Escolhas N.º 35, p.32).

“esta bolsa, da qual beneficiei durante dois anos, foi muito importante ... Graças a este apoio pude regularizar estes pagamentos em atraso e ajudar a pagar o resto do curso”. Ao mesmo tempo a ajuda prestada pela sua mentora foi-lhe “preciosa ... Ajudou-me muito com o inglês e também, inclusivamente, a fazer depois uma carta de apresentação para um estágio profissional. ... Agora, estou a pensar fazer um mestrado no ISCTE e estou a trabalhar na área da formação”

(Tcherno Balde, Revista Escolhas N.º 35, p.32).

“Em termos económicos ajudou-me a pagar as propinas e materiais relacionados com o meu instrumento-saxofone”, tal como o seu mentor “que tanto me ajudou a progredir na minha área e a fazer-me refletir sobre diversos assuntos relacionados com a arte e a criatividade. Sem dúvida que esta bolsa foi uma mais-valia para o meu percurso académico”

(Carla Costeira, Revista Escolhas N.º 40, p.30).

“Tudo teria sido muito diferente sem o apoio do Programa Escolhas ... porque para além de me ter ajudado a reduzir as despesas relacionadas com transportes durante o primeiro ano da faculdade, ainda tive oportunidade de participar num programa de mentoria. A minha experiência no Programa ... foi ótima e muito gratificante ... fui acompanhada por uma mentora muito presente e disponível, que era exatamente o que precisava naquela fase da minha vida e dos estudos”

(Joaria Moreira, Revista Escolhas N.º 40, p.30).

“O programa Escolhas foi muito importante para mim, porque surgiu no momento em que eu mais precisava. Através das bolsas U Can, o Escolhas teve um impacto

muito grande no meu percurso académico, pois fui beneficiário de uma bolsa de estudo que me ajudou na compra de diversos materiais escolares, bem como o pagamento de propinas e outras despesas”

(Alexsandro Landim, Revista Escolhas N.º 40, p.30).

“Ser bolseira U CAN foi muito importante para mim. Com a ajuda do Programa Escolhas consegui pagar um ano de faculdade (...) O trabalho que o Programa Escolhas faz é impressionante, pois marca uma diferença enorme desses académicos (como eu) que estão a batalhar para ter um futuro melhor”

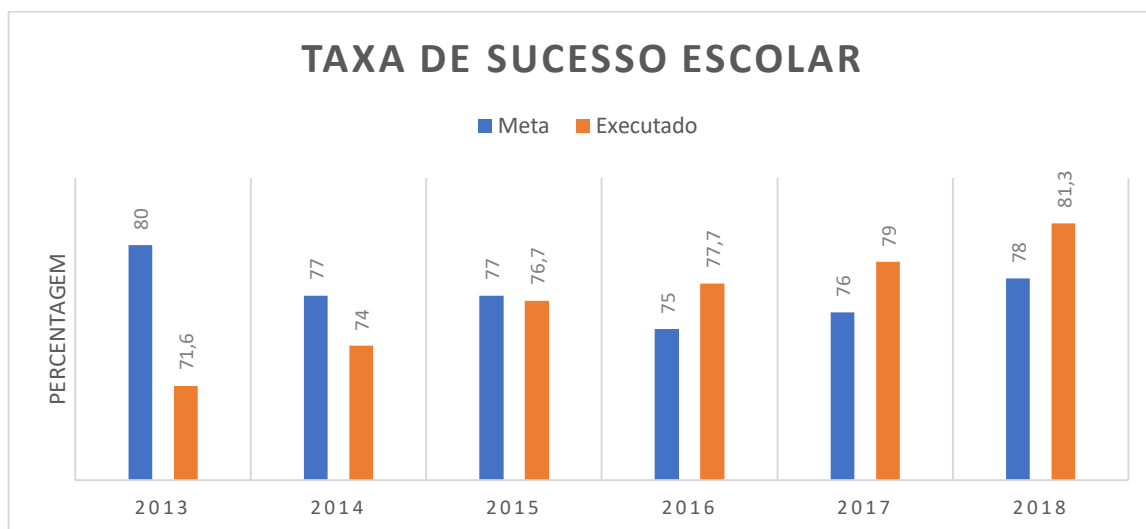
(Anízia Jesus, Revista Escolhas N.º 42, p.31).

Para concluir esta dimensão, importa analisar os indicadores da taxa de sucesso escolar e do encaminhamento para as escolas e para as formações profissionais. Os indicadores globais são os principais resultados, que foram estabelecidos a partir das metas definidas no início do ano entre a estrutura central do programa e os seus projetos locais.

Quanto ao primeiro indicador, sobre a taxa de sucesso escolar, que se refere ao número de crianças, jovens, participantes, entre outros, que participaram em sessões de atividades promotoras do sucesso escolar no programa e que tenham transitado de ano letivo⁴⁰. No seguinte gráfico é evidenciado que até 2015 a meta estabelecida não foi superada, sendo a sua maior discrepância em 2013 pois a meta era de 80% e foi apenas executado 71,6%. Contudo, em 2015 o valor executado ficou ligeiramente abaixo do esperado (Meta - 77%; Executado - 76,7%), mas ultrapassou o valor de execução em 2014 (Executado - 74%). Com maior destaque no ano letivo de 2017 e 2018 que alcançou 79% face aos 81,3% esperado nesse ano.

⁴⁰ Disponível em: https://candidatura.programaescolhas.pt/download/Resultados_e_Indicadores.pdf

Ilustração 6 - Taxa de Sucesso Escolar



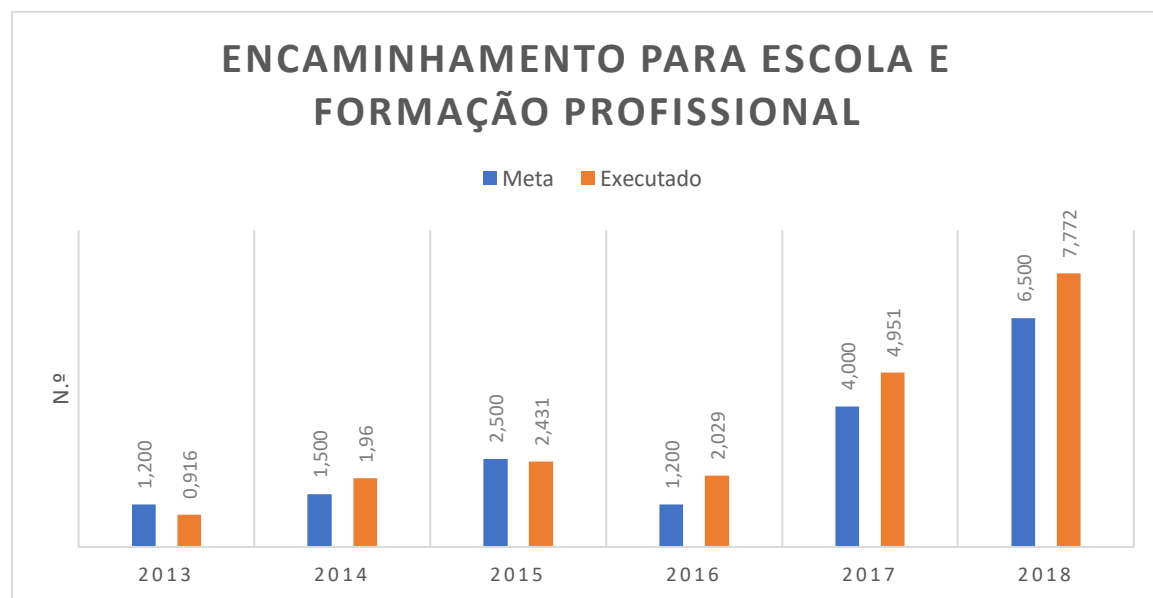
Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades

Relativamente ao indicador do encaminhamento para a escola e formação profissional, que concerne no número de jovens, familiares, participantes, entre outros, acompanhados e encaminhados pelo projeto para respostas de Educação e Formação Profissional (com certificação escolar, certificação profissional ou dupla-certificação), com a necessária inscrição nas entidades recetoras⁴¹. Segundo o gráfico seguinte apenas em 2013 e 2015 é que não foi executado a meta estabelecida (Meta - 1,200, Executado - 0,916; Meta - 2,500, Executado - 2,431), contudo no decorrer dos anos os valores ultrapassam a

⁴¹ Disponível em: https://candidatura.programaescolhas.pt/download/Resultados_e_Indicadores.pdf

metas estabelecidas, destacando o ano de 2018 tendo como meta 6,500 encaminhamentos e alcançou 7,772 encaminhamentos.

Ilustração 7 - Encaminhamento para Escola e Formação Profissional



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades⁴²

Integração no Mercado de Trabalho

No que toca ao apoio e oportunidades gerado pelo programa na inserção laboral abordamos cinco atividades implementadas, que estão descritas nos vários documentos do programa e complementamos com as experiências dos jovens. Iniciando com a tipologia de ação de formação em formato Bootcamp e posteriormente as atividades.

Tabela 24 - Plano de Formação - Formato Bootcamp

Formação	Caracterização	Objetivos
Plano de Formação - Formato Bootcamp	No âmbito do plano de formação dos dinamizadores comunitários; Formação modular atendendo a competência no domínio da inovação e empreendedorismo social.	Adquirir novos conhecimentos e aposta em formações intensivas para incremento do impacto social.

⁴² Indicador antes de 2016 com a designação de “Reintegração escolares”.

(Contin.)

Esta é uma metodologia intensiva para trabalhar em grupo soluções para problemas importantes e negligenciados na sociedade.

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades 2017; 2018; Revista Escolhas N.º 42

Tabela 25 - Rede Escolhas para o Talento

Formação	Caracterização	Objetivos
Rede Escolhas para o Talento	Destina-se aos jovens entre os 16 e 30 anos.	Desenvolver um talento, interesse ou competência, relacionada com uma possível área profissional.
Iniciativa piloto que aplicou uma metodologia de realização de três encontros de formação, dedicados às competências pessoais e sociais, aos 22 jovens selecionados. Estes também possuíram um acompanhamento de mentores especializados na área de interesse identificado pelo jovem.		

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades 2016

Tabela 26 - Mudar: Muda o Teu Mundo

Atividade	Caracterização	Objetivo
Mudar: Muda o Teu Mundo	Desafia os jovens entre os 16 e 30 anos a criar ideias que possibilite responder as necessidades sentidas por estes nas suas comunidades.	Contribuir para um processo progressivo de emancipação, responsabilidade e autonomia dos jovens, tendo em vista estimular a criatividade, participação e proatividade destes.
Este concurso, estimula e apoia o empreendedorismo social e a capacitação dos jovens. Disponibiliza ferramentas técnicas, apoio financeiro ⁴³ e presta acompanhamento durante a sua estruturação. Este tenciona identicamente impulsionar dinâmicas comunitárias e envolver as instituições locais na execução das ideias que colaborem para o desenvolvimento local. Na sua primeira edição (2013) foram financiadas 20 ideias.		

⁴³ Até 2.500.00€ por ideia.

Em 2014, 2.^a edição, financiaram 33 ideias. Pelo impacto do concurso de ideias para os jovens nestas edições e “considerando o sucesso resultante da implementação das ideias então aprovadas, renovaram, em 2016, a sua aposta no empreendedorismo social e na capacitação dos jovens, lançando a 3.^a edição deste Concurso” (Relatório de Atividades 2016), sendo aprovadas 30 ideias. No ano seguinte (2017) foram aprovadas o mesmo número de ideias.

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; Revista Escolhas N.º

Posto isto, duas jovens partilham o seu positivo testemunho e a ideia que apresentaram no concurso.

“Foi também no âmbito de um dos desafios do Escolhas que acabei por candidatar-me ao concurso de ideias “MUNDAR: Muda o Teu Mundo!” com uma ideia. ... “Plano B” ... uma empresa de serviços personalizados ao domicílio que conta com serviços de engomadoria, limpeza, compras, saúde, apoio a pessoas em situações vulneráveis e/ou com mobilidade reduzida. Tudo isto com tarifas sociais ... era um projeto que fazia muita falta na nossa comunidade. E com grande honra acabamos por ser seleccionados ... Sempre vi esta ideia como um potencial posto de emprego, no futuro, quando as coisas estivessem mais sólidas. Neste momento estamos a caminhar para um bom futuro e sem ajuda do Programa Escolhas nada disto seria possível”

(Solange Medina, Revista Escolhas N.º 42, p. 13)

“Recordo desses tempos iniciais as atividades que realizávamos ... onde se destacava a ajuda para fazer os trabalhos de casa, e que foram um apoio essencial durante este período. Sinto imenso orgulho do meu percurso e de todo o apoio que me foi dado para conseguir alcançar objetivos ... No último ano, o Programa Escolhas voltou a abrir-me portas a um novo desafio ... 3.^a edição do concurso de ideias para jovens “MUNDAR: Muda o Teu Mundo!” ... apresentei a proposta “Dream On”, um negócio local de dinamização de eventos que acabou por ser consagrada como uma das vencedoras. Após obter financiamento para arrancar com o projeto, este está a revelar-se uma ótima experiência onde aprendi coisas novas e que me têm aberto outros horizontes para a vida e que, com certeza, serão essenciais para a realização dos meus sonhos e projetos de futuro”

Tabela 27 - Glam Models

Atividade	Caracterização	Objetivos
Glam Models	Para crianças e jovens entre os 14 e 24 anos.	Captar novos talentos para trabalhar em Moda, Publicidade e Televisão.
Projeto de território nacional em parceria com a Agência Glam, com diferentes ações de <i>scouting</i> em cinco distritos ⁴⁴ e verificaram grande afluência de crianças e jovens. No seguimento desta parceria foram realizadas mais ações de <i>scouting</i> nos mesmos distritos. O que proporcionou a estes jovens participar profissionalmente em eventos de moda e publicidade e televisão.		

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades 2012; 2013; Revista Escolhas N.º 42

Dois jovens partilham a sua experiência muito positiva em alguns trabalhos ao qual foram selecionados.

“Foi uma experiência incrível, impulsionada pelo Programa Escolhas e das quais, ao longo destes anos, guardo grandes memórias ... através do Escolhas, inscrevi-me na Agência GLAM, onde acabei por ser seleccionado para alguns trabalhos na área da publicidade e televisão”

(Coio Só, Revista Escolhas N.º 42, p. 16)

“Aceitei fazer o casting e acabei por ser um dos jovens seleccionados para fazer sessões fotográficas e ser agenciado pela GLAM ... o meu primeiro trabalho nesta área: a campanha publicitária da TAP ... Seguiram-se outros trabalhos que se revelaram aventuras enriquecedoras e inspiradoras”

(Joãozinho Costa, Revista Escolhas N.º 42, p. 16)

⁴⁴ Porto, Coimbra; Lisboa, Setúbal e Faro.

Tabela 28 - Responsabilidade Social & O Escolhas

Atividade	Caracterização	Objetivos
Responsabilidade Social & O Escolhas	A Sonae e a Bial Integram têm participado ativamente em várias atividades com os jovens.	Aspirando a sua inserção no mercado de trabalho.
<p>Este programa de tutoria contemplando períodos experimentais de trabalho nestas organizações, proporcionando-lhes assim uma experiência laboral em ambiente real. A coordenadora do projeto sublinha que esta experiência ajuda a muitos jovens “perceber melhor as suas vocações profissionais, a desmistificarem algumas ideias que têm sobre a realidade de emprego e a poderem ganhar mais motivação” para progredir nos seus percursos de vida. Estas empresas também apostam no projeto na área da empregabilidade promovendo junto dos jovens diversas ações de formação e de sensibilização. A presença de pessoas que colaboram com as empresas e partilham a realidade que conhecem bem com os jovens, faz com que estes “se envolvam muitas mais nos assuntos abordados do que fossem pessoas estranhas a estas realidades”.</p>		

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N. 26, p.36

Tabela 29 - Projetos Pontuais para a Empregabilidade

Atividade	Caracterização	Objetivos
Projetos Pontuais para a Empregabilidade	Projetos Pontuais com um variado leque de ações, resultando na criação de pequenas empresas.	Formação para adquirir competências para a empregabilidade.
<p>Estes variados leques de ações podem passar pela “implementação de estágios para jovens, pela formação no domínio das competências para a empregabilidade, pela promoção da responsabilidade social, através de estágios e de emprego para jovens, pela implementação de negócios sociais ou ainda pela integração de jovens no mercado de trabalho”.</p> <p>Resultado desta iniciativa foi a criação de mais de cem novas pequenas empresas, que se traduziram em vários postos de trabalho, do qual em muitos casos, serviu para testar modelos de negócio replicáveis em outros territórios.</p>		

Elaboração Própria. Fonte: Revista Escolhas N.º 29

Por sua vez, temos os indicadores de emprego e empreendedorismo. Antes de mais podemos perceber que os indicadores mudaram da 5.ª geração (2013 até 2015) para a 6.ª geração (2016 até 2018). Tendo isto em conta é possível reparar que no primeiro indicador relativo ao encaminhamento⁴⁵ em todos os anos os valores ultrapassam a meta estabelecida. Já no que toca ao segundo indicador sobre a integração⁴⁶, é perceptível que apenas no ano de 2015 é que não foi ultrapassado a meta de 7.500 integrações, pois foi executado unicamente 7.020 integrações.

Tabela 30 – Encaminhamento e Integração em Formação Profissional e em Emprego

	2013		2014		2015	
	M	E	M	E	M	E
Encaminhamentos para formação e Emprego	2.500	4.768	6.000	9.039	12.000	13.681
(Re)integração em Formação Profissional e Emprego	500	2.476	3.500	5.193	7.500	7.020
	2016		2017		2018	
	M	E	M	E	M	E
Encaminhamento para Emprego	650	1.906	6.200	7.480	3.900	4.822
Integração em Formação Profissional	500	864	3.000	3.637	1.700	2.112
Integração em Emprego	200	614	2.600	3.185	1.200	1.726

M - Meta; E - Executado; Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades

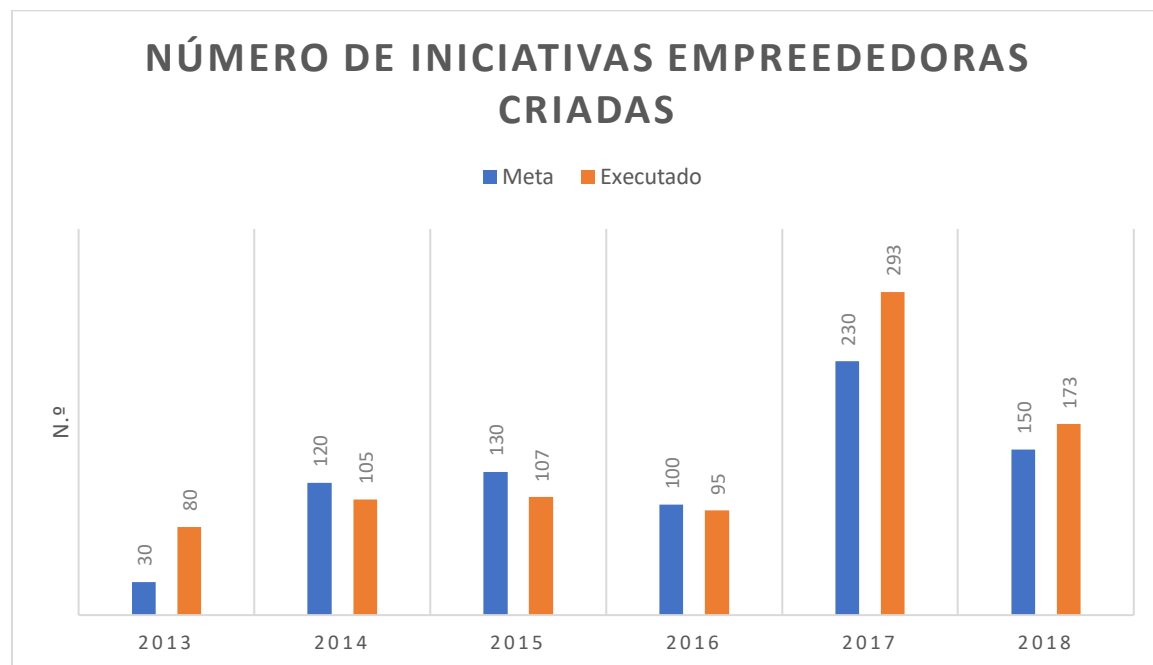
Com a análise da próxima ilustração, é visível o número de iniciativas empreendedoras criadas em 2017, sendo a meta de 230 iniciativas e foram executadas 293

⁴⁵ Engloba o número de jovens, familiares, participantes, entre outros, que foram encaminhados pelo projeto para emprego e formação, com a devida inscrição nas entidades receptoras. Posteriormente o indicador engloba apenas o número de jovens familiares, participantes, entre outros, que foram encaminhados para o emprego.

⁴⁶ Engloba o número de jovens, familiares, participantes, entre outros, que foram (re)integrados pelo projeto em emprego e formação profissional e posteriormente o indicador engloba apenas o número de jovens, familiares, participantes, entre outros, que foram integrados pelo projeto em emprego e formação profissional.

iniciativas, comparativamente aos outros anos, em que as metas são apenas ultrapassadas em 2013 e 2018.

Ilustração 8 - Número de Iniciativas Empreendedoras Criadas



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades⁴⁷

Perceção dos Jovens

Na última dimensão, com o objetivo de recolher informação nas várias Revistas Escolhas partilhada pelos jovens sobre a sua perceção e experiência a nível do apoio e das oportunidades que tiveram por parte dos projetos do Programa Escolhas como também as suas aspirações para o futuro.

Os relatos seguintes destacam o apoio no estudo, o desempenho de acabar o ciclo de estudos e a motivação de posteriormente continuar a estudar.

O Fábio refere que não ligava à escola e só ia por ser obrigatório, o que o levou a ter muitas faltas e suspensões, contudo, pela influência das várias atividades relativas a educação o seu pensamento mudou aspira continuar a estudar, *“fez-me ver a vida de outra forma, o meu objetivo era acabar o 9º ano, por ser obrigatório, mas agora continuo a estudar”* (Fábio Silva, Revista N.º 21, p.12).

⁴⁷ Indicador antes de 2016 com a designação de “n.º de associações e iniciativas de emprego criadas”.

Cinco jovens expõem a importância que o programa teve no apoio dos trabalhos de casa e dos estudos, que conseqüentemente motivou e melhorou o seu percurso escolar e fez repensar no futuro. O Loretzo refere que teve ajuda *“nos trabalhos de casa e nos estudos ... foi muito importante esta ajuda do projeto para ... começar a gostar da escola. Antes sentia-me um pouco perdido”* (Lorentso Simeonov, Revista N.º 38, p.18). Graças ao seu trabalho e ao apoio do programa o André conseguiu passar de ano com distinção pois este refere que, *“passei a ter outras oportunidades e também um apoio nos estudos, que foi muito importante para conseguir recuperar as minhas notas”* (André Costa, Revista N.º 38, p.18). O Pedro percebeu de igual forma, que no programa é importante não desistir dos seus objetivos e agora pretende continuar a estudar, assim, com a ajuda do programa fazia *“os trabalhos de casa, e começou a dar importância à escola ... Hoje já estou no 12º ano e gostaria de seguir arquitetura”* (Pedro Nogueira, Revista N.º 38, p.19). O apoio prestado no programa fez com que o Hugo conseguisse boas notas em todas as disciplinas, este refere que o programa *“é muito importante para os meus estudos, pois já há quatro anos no mesmo ano e, com apoio escolar, passei logo para o 5º ano e nunca mais tive negativas, nem mesmo a matemática”* (Hugo Rossio, Revista N.º 38, p.22). Seguindo a mesma linha de pensamento, temos a importância do apoio para o percurso educacional do Sérgio, afirma que chumbou algumas vezes por dificuldades nos testes, mas ao integrar as atividades do programa *“Comecei a ter apoio e, com este, passar de ano ... entrei no curso vocacional de dois anos para fazer o 8º e 9º ano. ... No futuro, quero fazer um curso profissional de cozinha para ter o 10º, 11º e 12º ano de escolaridade”* (Sérgio Tete, Revista N.º 35, p.24)

Alguns participantes expõem a motivação pelos estudos e constroem expectativas para o futuro após participarem no programa. O Ricardo refere que os jovens não tinham respostas até o Programa Escolhas chegar, afirma ainda que *“Ganhei gosto pelos estudos: mostraram-me a importância de construir um percurso de vida”* (Ricardo Sousa, Revista N.º 44, p.16). Com o apoio do programa, Maria de Fátima passou a ver a importância da escola no seu percurso de vida, *“Os técnicos falam muito comigo sobre a escola, sobre os meus problemas e, depois de ter chumbado três vezes no 5º ano, agora estou a frequentar um Curso Vocacional, passei a empregar-me mais na escola”* (Maria de Fátima, Revista N.º 35, p.13)

O Projeto foi igualmente importante no percurso do João, *“porque me ajudou a conseguir passar o ano letivo da melhor maneira ... Concluí o 6º ano com aproveitamento*

e atualmente encontro-me no curso Vocacional” (João Pedro Nunes, Revista N.º 35, p.12). O Ricardo menciona que o programa escolhas foi muito importante para criar objetivos de vida e pensar no futuro *“No Escolhas vi um espaço ... onde se convivia e aprendia ... Tornei-me mais responsável aqui e mais motivado ... acabei o 12º ano”* (Ricardo Sousa, Revista N.º 21, p.12). O Pierre percebeu que o projeto era um bom lugar para obter ajuda *“ao nível da organização dos meus planos de estudo e profissionais”*, com isto, voltou a estudar e começou a *“desenvolver capacidades quem nem sabia que tinha*. Ele refere que no programa deram-lhe uma *“oportunidade de mostrar o que sei e acreditaram em mim ... isso foi o mais importante! Incentivaram-me a superar-me e a fazer coisas novas”* (Pierre Gianni, Revista N.º 38, p.22)

Neste seguimento, a jovem Alexandra relata o apoio que o programa proporcionou no seu percurso educacional e profissional *“A minha participação no Programa Escolhas ... orientou-me tanto ao nível de percurso universitário como profissional”*, ainda refere que o Programa Escolhas consegue com que muitos jovens encontrem o rumo certo (Alexandra Semedo, Revista N.º 42, p.7).

Com a ajuda do projeto Joaquim iniciou o seu percurso formativo, este refere que *“tinha bastantes dificuldades ao nível da informática e o monitor CID ajudou-me a desenvolver competências ... Agora já consigo resolver a maioria das tarefas no Centro de Formação”*, o jovem menciona que tem agora como aspirações futuras *“terminar o meu curso profissional com sucesso, com boas notas e o meu objetivo é seguir com os estudos na área de informática”* (Joaquim Trindade, Revista N.º 35, p.14)

Por sua vez, podemos também destacar os testemunhos dos jovens a nível do emprego e empreendedorismo. Ressaltando o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades para integrar o mercado de trabalho e na criação de empresas.

O Rubén ao chegar ao projeto estava totalmente desinteressado da escola e acabava por faltar às aulas, todavia, com a sua participação no programa a sua maneira de pensar sofreu uma reviravolta e assim surgiu a oportunidade de realizar uma formação *“na área de emprego de mesa/bar, com equivalência ao 9.º ano que veio a descobrir que gostava de seguir como profissão. Depois surgiu ... a hipótese de estagiar num dos melhores restaurantes da zona ... onde reside”* (Rúben Reis, Revista N.º 26, p.12). A Cláudia afirma ter recebido muitos conselhos no projeto que frequentou, e estas foram *“ajudas preciosas”* que a ajudaram no percurso de vida. No programa teve a oportunidade de fazer uma

formação profissional na área da cozinha e pastelaria *“O desafio foi aceite, teve todo o apoio da equipa Escolhas ... esta competência acabou por lhe abrir portas para um estágio profissional ... Está a gostar muito da experiência e aposta em continuar a progredir nesta área”* (Cláudia Correia, Revista N.º 26, p.18).

O Fábio refere positivamente o apoio que recebeu do programa no encaminhamento para entrar no mercado de trabalho, *“O projeto (...) ajudou-me a organizar o meu currículo e enviar várias candidaturas para emprego. Ajudou-me a arranjar um emprego temporário de três meses na área da mecânica. (...) ajudaram-me a continuar a procurar o trabalho certo. Consegui encontrar trabalho como colaborador (...) Este trabalho ajudou-me a conhecer novas pessoas, novos projetos, ter mais responsabilidade, e adquirir métodos de trabalho e a poder sustentar-me”* (Fábio Castanheiro, Revista N.º 35, p.15). Tal como a Tatiana, que afirma que entrar no programa e realizar uma formação ligada ao turismo foi a melhor coisa que aconteceu, pois, estava desempregada e agora tem um emprego, *“Gosto muito do trabalho ligado ao turismo e tem sido uma experiência muito positiva, que me está a permitir aprender imenso ... consegui um emprego num hotel ... foi especialmente importante tudo o que me ensinaram na formação ... futuramente gostava de continuar a progredir”* (Tatiana Correia, Revista N.º 35, p.31).

Para a Elisa o curso de empreendedorismo que teve no programa ajudou a desmistificar algumas ideias e esta veio a perceber que *“montar um negócio pode estar ao seu alcance. Antes pensava que não seria um futuro possível para si, mas agora é por aí que gostava de seguir ... Enquanto considera todas estas hipóteses, vai ganhando experiência e conhecendo melhor o mundo das organizações”* (Elisa Varela, Revista N.º 26, p.14). Em comparação com o Tiago e a Wildmila, que participaram nas sessões de trabalho do programa um pouco reticentes, como os próprios afirmam *“estava desinteressado, inicialmente”,* contudo isso mudou muito rapidamente, *“O Tiago sempre foi um jovem com muitas ideias, apenas precisou de um empurrão, que aqui lhe foi dado, para se tornar mais assertivo e conseguir partilhá-las e pô-las em ação ... A evolução das competências do empreendedorismo ... foram muito notadas ... O Tiago lembra: “criei um grupo de jovens empreendedores que passaram a participar assiduamente nas atividades”*”. Wildma recorda igualmente que participou *“ativamente nas atividades de empreendedorismo social”* (Tiago e Wildmila, Revista N.º 35, p.21)

A Angella foi criada num contexto difícil e economicamente fragilizado, o que veio a contribuir para o insucesso e exclusão ao longo do seu percurso. Entrar no Programa

Escolhas como a própria refere “representou um caminho de libertação ... Uma janela de oportunidade para outros conhecimentos, outras estradas e caminhos, o enriquecimento do meu intelecto”, esta passagem pelo programa foi determinante para definir os seus *“objetivos pessoais, impessoais, humanos e sociais ... Representaram os alicerces para a construção e prossecução das ambições enquanto profissional”* (Angella Graça, Revista N.º 42, p.9).

4.2. Discussão e Conclusão

A educação é considerada uma área fundamental para o fortalecimento das competências dos jovens. Neste sentido, o acesso à educação é um direito que o país é desafiado a responder, interpretando como um investimento no desenvolvimento e na mudança social. A obrigatoriedade do ensino é uma das estratégias para garantir o acesso à Educação de forma massiva, contudo colocou um enorme desafio às escolas ao rececionarem estudantes com percursos e experiências de vida muito heterogéneos. Se atendermos aos jovens em situação de desvantagem social, verificamos que existem inúmeros traços de vulnerabilidade presente nos jovens a nível do seu percurso educacional o que pode levar ao abandono precoce e ao insucesso escolar, complicando posteriormente a sua integração no mercado de trabalho. Com o objetivo de promover o acesso à Educação a todos sem exceção, em Portugal, tem existido algum investimento em programas e medidas de políticas públicas específicas em que o investimento abrange os mais diversos públicos alvo. Destacámos, neste estudo, o Programa Escolhas.

O Programa Escolhas, iniciado em 2001 e atualmente na sua 7.^a geração, tem como principais objetivos a promoção da educação, a formação e qualificação, promovendo o emprego e o empreendedorismo em cada jovem. Este programa caracteriza-se por uma consistência transgeracional, evidenciando linhas de continuidade na trajetória de vida das crianças, jovens e famílias abrangidas, em que o próprio persiste na sua melhoria continua através da atualização e redefinição de várias alterações, particularmente, a nível das áreas estratégias de intervenção deste mesmo programa.

Deste modo, para este estudo, definimos como objetivo analisar o apoio e as oportunidades geradas pelo Programa Escolhas para melhorar a trajetória escolar e de inserção laboral dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Ao identificar sociodemograficamente os participantes do Programa Escolhas, é perceptível que existiu uma oscilação nos participantes e nas sessões de trabalho, criando a necessidade de adaptação ao longo dos anos relativamente ao balanço dos anos anteriores. Nos anos de 2013 e 2016, o primeiro ano da 5.^a e 6.^a gerações, ocorreu um decréscimo do número de participantes. Ao contrário do segundo e terceiro ano destas mesmas gerações existiu um aumento de participantes e de sessões de trabalho. Conclui-se que apesar das estratégias de melhoria face aos anos anteriores terem sido bem sucessivos não alcançam os excelentes resultados do último ano da 4.^a geração (2014).

Relativamente à faixa etária dos jovens participantes verifica-se que nos anos de 2012 a 2018 a que se destaca mais é a dos 14 aos 18 anos, seguida da faixa etária dos 6 aos 10 anos. Porém, não seria de esperar que a faixa etária com menos participantes fosse dos 19 aos 30 anos, pois é neste intervalo de idades que os jovens se tornam parte integrante no mercado de trabalho.

Por conseguinte, na medida I relativa à educação, formação e qualificação, ocorre a diminuição de participantes e sessões de trabalho no primeiro ano da 5.^a e 6.^a geração (2013; 2016). Em 2017 e 2018, segundo e terceiro ano da 6.^a geração, o número de sessões de trabalho aumentam comparado com os últimos 4 anos, porém, o número de participantes nestes mesmos anos diminui com exceção de 2016, que apesar de existirem menos sessões, o número de participantes foi maior.

Na medida II, emprego e empreendedorismo, apesar de não existir dados disponíveis referentes aos anos de 2015 e 2016, verifica-se uma menor quantidade do número de participantes e de sessões de trabalho relativamente à medida I, igualmente distintivo é o baixo número de sessões de trabalho e de participantes no ano 2017 e 2018. Neste sentido, é importante um maior investimento por parte do programa nesta medida para alcançar um maior impacto no incremento da empregabilidade dos jovens.

Na medida I, a principal ação é relativa ao Plano de Formação Contínua dirigida aos dinamizadores comunitários. Estes são jovens oriundos dos territórios de intervenção do programa, que funcionam como jovem referência e como ponte entre os colaboradores e os participantes. As ações de formação dirigidas aos dinamizadores pretendem fomentar e motivar a que estes construam um percurso escolar completo e se preparem para a integração no mercado de trabalho. Estas ações representam uma mais valia para concretizar as atividades, ou seja, para além de promover e motivar o jovem no seu percurso juvenil, é tirado proveito das suas qualidades e conhecimento da comunidade local para melhorar as atividades, quebrar barreiras e mediar processos.

Existem também várias atividades para potenciar o aproveitamento escolar e desenvolver as competências individuais. A “Liga Escolas” e a “Campanha Boas Notas”, são atividades que promovem o sucesso escolar de forma inovadora e com ferramentas que completam à educação. A “Liga Escolhas” fomenta as várias competências de responsabilização e motivação pela avaliação dos resultados escolares. A “Campanha Boas Notas” aproveita a música para promover a importância da escola para os jovens. Relativamente à atividade “(Des)complexificar a Matemática” existe um reforço do apoio

escolar e das competências individuais relativamente à concentração de uma forma lúdica e animada tirando proveito numa medida saudável e com qualidade.

De acordo com Marques et al. (2016), a dificuldade de aceder a serviços e oportunidades aumenta as características de vulnerabilidade, tendo isto em vista, a atividade Educação pela Itinerância articula e analisa a melhor forma de colmatar as necessidades sentidas pelos alunos com estas dificuldades.

Consequentemente, a “Rede de Tutores e Mentores Educativos” aproveita a experiência dos jovens mais velhos para transmitir os valores e motivar a nível escolar, relatando os fundamentos base. Assim, existe uma aquisição de competências mútua, pois ao mesmo tempo que o tutor adquire competências de liderança e sociais servindo de referência aos mais novos, os mais novos adquirem fundamentos imprescindíveis no futuro.

A atividade “Traz Sucesso” e Truz no Abandono”, distancia os jovens do abandono escolar precoce e do insucesso, fazendo com que estes adquiram motivação necessária para o estudo e para melhorar os seus resultados escolares. A atividade “Trabalhar Competências” recorre a metodologias complementares ao ensino regular. Realizando programas adaptados aos interesses, necessidades, potencialidades e motivação dos jovens participantes. A Resposta educativa, “Ensino à Distância”, apoia as crianças e jovens a continuarem com a formação escolar e por sua vez terminar o ano letivo com sucesso. A atividade “Inovar” desenvolve atividades práticas educativas e formativas inovadoras. Esta pretende desenvolver igualmente oportunidades no futuro dos jovens.

A ausência de recursos económicos sustenta a possibilidade de os jovens não complementarem o seu percurso escolar. Segundo Costa (2017) a baixa qualificação escolar, dificulta o ingresso no mercado de trabalho mais estável e no alcance de um retorno económico. Posto isto, o Programa Escolhas cria oportunidades para que os jovens consigam combater esta dificuldade económica. Assim, o programa de “bolsas U CAN” para os estudantes do ensino superior, possibilita os alunos a continuarem com os seus estudos perante a sua incapacidade financeira. Este programa revela-se uma mais-valia para o sucesso académico dos seus beneficiários. Com os relatos dos jovens concluímos que este programa foi essencial para que, ganhassem ferramentas pessoais e económicas para conseguirem terminar os estudos.

Finalizando, com os indicadores da medida I, é possível apurar que as metas estabelecidas para a taxa de sucesso da 5.^a geração (2013 até 2015) não alcançam as metas

estipuladas. No sentido positivo, e evidenciando um reforço nesta intervenção, tal como indicam os valores de 2016 até 2018, esta 6.^a geração ultrapassa os números estabelecidos na meta. No que toca ao encaminhamento para a escola e formação profissional na 5.^a geração apenas no segundo ano (2014) os números ultrapassaram a meta estabelecida. Na 6.^a geração, os seus três anos ultrapassaram largamente os números estabelecida na meta.

Na medida II são desenvolvidas as vertentes de emprego e empreendedorismo, assim relativamente à principal tipologia de ação de formação para a integração no mercado de trabalho do jovem temos o Plano de Formação em Formato Bootcamp dirigida aos dinamizadores comunitários, que complementa o Plano de Formação Contínua referido anteriormente. Com esta formação os dinamizadores comunitários adquirem conhecimentos no domínio do empreendedorismo social.

Seguindo com a formação “Rede Escolhas para o Talento”, esta realiza formações para desenvolver as competências relacionadas com as áreas profissionais de interesse do jovem, prestando continuamente apoio e acompanhamento. A atividade “Mudar: Muda o Teu Mundo” estimula e apoia com ferramentas técnicas e apoio financeiro o empreendedorismo profissional. Além disso presta acompanhamento durante a sua estruturação. A criação de ideias possibilita responder às necessidades sentidas pelas comunidades. Já a atividade “Glam Models” cria oportunidades profissionais para os jovens participantes, com o relato dos jovens é possível concluir que esta atividade foi muito importante na criação de oportunidades para o mercado do trabalho publicitário, ganhando experiência bastante enriquecedoras.

A atividade “Responsabilidade Social & O Escolhas” proporciona aos jovens uma experiência laboral em ambiente real, o que vem ajudar e sensibilizar muito os jovens a progredirem no seu percurso de vida laboral. De igual modo, a atividade “Projetos Pontuais para a Empregabilidade” é uma iniciativa que desenvolve competências, promove a empregabilidade, promove estágios e promove a implementação de negócios sociais. Resultado destas iniciativas foi a criação de empresas que se traduzirem em vários postos de trabalho.

Complementando esta dimensão com os indicadores referentes a esta medida. Temos o encaminhamento para formação e emprego que na 5.^a e 6.^a geração (2013 a 2018) ultrapassa todos os valores estabelecidos na meta estabelecida. Relativamente à integração em formação profissional e emprego, todos os anos as metas são ultrapassadas, menos no último ano da 5.^a geração (2015).

O programa procura soluções inovadoras e complementares às tradicionais. Todas estas atividades tornam os jovens mais capazes para lidar com as adversidades que enfrentam no dia a dia, principalmente a nível escolar e profissional, e também lhes dá a conhecer novas realidades e opções de escolha e oportunidades para os seus projetos de vida futura. As atividades são respostas aos desafios que são sentidas localmente, e são realizadas a partir de um diagnóstico local, por quem conhece melhor a realidade. Tudo isto passa por uma interação conjunta com as crianças e os jovens, com a família, com a escola e com a comunidade, e assim é possível provocar a mudança.

No que concerne as perceções dos jovens quanto ao apoio, oportunidades geradas pelo Programa Escolhas para melhorar a sua trajetória de vida escolar e inserção laboral, foi possível perceber, com os dados obtidos dos jovens, no que toca a educação, o programa realiza uma participação regular e crescente nas atividades de apoio escolar e fomenta permanentemente a importância da valorização dos seus percursos escolares. Muitos jovens apontam que, com o apoio do programa transitaram de ano e melhoraram as suas notas, conseqüentemente, os participantes criaram e repensaram nos seus objetivos de vida e nas aspirações futuras. No que toca aos relatos dos jovens a nível do apoio e oportunidades geradas pelo Programa Escolhas a nível de emprego e empreendedorismo, ressalta o desenvolvimento de competências para a empregabilidade e a desmistificação e apoio na criação de empresas, como também na criação de oportunidades e motivação para progredir no seu percurso laboral.

Como refere Carvalho (2018), o Programa Escolhas atua em três escalas complementares. Numa primeira fase trabalha com o indivíduo, “percebendo e estimulando o desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais, reforçando as suas potencialidades e elevando a sua autoestima, conduzindo à construção de uma identidade positiva” (p. 68). Neste sentido, é trabalhada a relação do indivíduo com a comunidade, “fortalecendo os laços entre estes, promovendo um sentimento de pertença, segurança e responsabilidade mútua” (p. 68). Segue-se a interação com o mundo no mesmo enquadramento, e que vem possibilitar ao indivíduo “aceder a um conjunto de oportunidades e recursos que se encontram disponíveis para a construção do seu projeto de vida, de acordo com os seus interesses e necessidades” (p. 69). Esta atuação permite o indivíduo criar uma ligação com a sociedade, intensificando as suas “competências, sentimento de pertença e coesão social, numa lógica de permanente responsabilização, autonomia e capacitação” (p.69).

Para concluir esta análise podemos perceber que o Programa Escolhas fomenta competências escolares e hábitos de estudo. Tem um importante impacto no desempenho escolar e comportamental, na valorização da escola, refletindo nas perspectivas futuras a nível escolar e profissional. Ao longo dos anos são observados elevados impactos ao nível da educação e formação, em especial no que se refere à redução do abandono escolar, desenvolvendo um plano preventivo, que leva ao crescente interesse e consciencialização da importância da escola retratando na diminuição do absentismo escolar.

Contudo, quanto ao incremento da empregabilidade dos jovens, os resultados aparentam ter intervenções mais reduzidas. Apesar disto, os resultados são igualmente positivos e significativos na vida dos jovens.

Revela ser eficaz, a forma de como incorporam os resultados das avaliações, com uma atitude atenta e de proximidade com os vários contextos. O aproveitamento das experiências anteriores tem refletido na melhoria e aperfeiçoamento das metodologias em prol da sua melhor adaptação e aptidão de resposta. O sucesso e os resultados positivos comprovam esta longevidade do Programa Escolhas, contribuindo para mudar decisivamente as histórias de vida das crianças e dos jovens participantes. Observando o caminho traçado na presente dissertação, é notado que esta política social contribui efetivamente para diminuir estes problemas sociais que afetam inúmeras crianças e jovens, podendo estas usufruir de um pleno sistema de ensino e do processo de aprendizagem que lhes é destinado e que vem abrir importantes oportunidades para a sua transição para a vida adulta.

Bibliografia

- Afonso, N. (2014). *Investigação Naturalista em Educação: Um guia prático e crítico* (1^a ed.). Asa.
- Alto Comissariado Para As Migrações, I.P. (sem data-a). *Relatório de Atividades 2016*.
<http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>
- Alto Comissariado Para As Migrações, I.P. (sem data-b). *Relatório de Atividades 2017*.
<http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>
- Alto Comissariado Para As Migrações, I.P. (sem data-c). *Relatório de Atividades 2018*.
<http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>
- Alto Comissariado Para As Migrações, I.P. (2016). *Relatório de Atividades 2015*.
<http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>
- Araújo, L., & Rodrigues, M. de L. (2017). Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 11–35.
- Barata, M., Calheiros, M. M., Patrício, J., Graça, J., & Lima, M. (2012). *Avaliação do programa mais sucesso escolar* (p. 250). <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/avaliacao-do-programa-mais-sucesso-escolar/11797>
- Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo* (4^a Edição). Edições 70.
- Calvo, E. G. (2011). A roda da fortuna: Viagem à temporalidade juvenil. Em J. M. Pais, R. Bendit, & V. S. Ferreira, *Jovens e rumos* (Imprensa de Ciências Sociais).
- Canário, R. (2004). *Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: Uma análise crítica*. 22(01), 32.
- Capucha (coord.), L., Albuquerque, J., Rodrigues, N., & Estêvão, P. (2009). *Mais Escolaridade—Realidade e ambição: Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória* (1.^a edição). Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

- Carvalho, M. I. de (Ed.). (2018). *Serviço social em educação* (1a. ed). Factor.
- Catela, H. (2011). *Comunidades de Aprendizagem: Em Torno de Um Conceito*. 15.
- Chambaz, C. (2002). Lone-parent Families in Europe: A Variety of Economic and Social Circumstances. *Social Policy & Administration*, 35, 658–671.
<https://doi.org/10.1111/1467-9515.00259>
- Claro, C. B. (2017). *Sucesso Escolar: Uma Escola Sem Retenção*. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Coimbra, B. (2012). *A Implementação de Políticas Públicas na Prevenção e Combate ao Abandono Escolar* [Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa].
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4612/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20MPA%20-%20Bruno%20coimbra.pdf>
- Coimbra, B., & Fernandes, E. (2013). Políticas Públicas de prevenção e combate ao abandono escolar—Estudo de uma medida educativa para jovens pouco escolarizados em Portugal. *Investigação, Práticas e Contextos em Educação*, 329–335.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2014). *Comunicação da Comissão ao Conselho*.
<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0336:FIN:PT:PDF>
- Comissão Europeia. (2019). *Monitor da Educação e da Formação de 2019—Portugal*. Serviço das Publicações da União Europeia.
- Conselho da União Europeia. (2011). Recomendação do Conselho, de 28 de Junho de 2011, sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce (Texto relevante para efeitos do EEE). *Jornal Oficial da União Europeia*, 1–6.
- Costa, E. (2019). *Estudo de avaliação do Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica* (p. 203). ME - DGE.

- Costa, E., & Almeida, M. (2019). *Estudo de avaliação do Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica* (p. 203). ME - DGE.
- Costa, S., Santos, M., & Guerra, I. (2017). *Barómetro de Pessoas que se encontram em situação vulnerável – Fase III*. EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Coutinho, C., & Lisbôa, E. (2011). Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: Desafios para educação no século XXI. *Revista de Educação, Vol. XVIII* (nº 1), 5–22.
- Cruz, M. B., Seruya, J. M., Reis, L. B., & Schmidt, L. (1984). A condição social da juventude portuguesa. *Análise Social, 20*(81/82), 285–307. JSTOR.
- Direção-Geral da Educação. (sem data-a). *Medidas de Promoção do Sucesso Educativo*. Obtido 10 de Outubro de 2019, de <https://www.dge.mec.pt/medidas-de-promocao-do-sucesso-educativo>
- Direção-Geral da Educação. (sem data-b). *Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*. Obtido 15 de Dezembro de 2019, de <https://www.dge.mec.pt/teip>
- Direção-Geral da Educação. (sem data-c). *Projeto das Comunidades de Aprendizagem*. Obtido 12 de Janeiro de 2020, de <https://www.dge.mec.pt/projeto>
- Education, A. & C. E. A., & Eurydice (Brussels), B. (2014). *Combate ao abandono precoce no ensino e formação profissionais na Europa: Estratégias, políticas e medidas*. European Commission. <http://bookshop.europa.eu/uri?target=EUB:NOTICE:EC0414904:PT:HTML>
- Fernandes, D. (2009). A importância das escolas. *a Página da Educação, N.185*, 1.
- Ferreira, I., & Teixeira, A. R. (2010). Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX*, 331–350.

- Fialho, I., & Salgueiro, H. (2011). *TurmaMais e Sucesso Escolar: Contributos teóricos e práticos*. Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora.
- Flores, M. A., & Ferreira, F. I. (2012). *Currículo e Comunidades de Aprendizagem Desafios e perspetivas*. De Facto.
- Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Inverstigação: Da concepção à realização* (1ª Edição). LUSOCIÊNCIA.
- Fortin, M.-F., Côté, J., & Fillion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lusodidacta.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª Edição). Editora Atlas S.A.
<http://public.ebib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=4311249>
- Guerreiro, G. M. da P. (2019). *As atividades lúdicas como estratégia de motivação nas aulas de língua materna e língua estrangeira em escolas territórios educativos de intervenção prioritária*. <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/12638>
- Guerreiro, M., & Abrantes, P. (2007). *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família* (2.ª edição). Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, M., Abrantes, P., & Pereira, I. (2007). Transições na juventude: Percursos e descontinuidades. *Quotidiano e Qualidade de Vida*, 1ª, 239–262.
- Guerreiro, M. das D., & Abrantes, P. (2005). Como tornar-se adulto: Processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(58), 157–175. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000200008>
- Guerreiro, M. das D., Cantante, F., & Barroso, M. (2009). *Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações* (GEPE).
- INCLUD-ED. (2009). *Actions for success in schools in Europe*. European Commission.

- Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Rendimento e Condições de Vida*.
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUEsdest_boui=354099170&DESTAQUESmodo=2
- Instituto Nacional de Estatística. (2020a). *Anuário Estatístico de Portugal—2019*.
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACoespub_boui=444301590&PUBLICACoesmodo=2
- Instituto Nacional de Estatística. (2020b). *Estatísticas do Emprego*.
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUEsdest_boui=353914869&DESTAQUEStema=55574&DESTAQUESmodo=2
- Jordan, V., Stewart, K., Janta, B., European Commission, & Directorate-General for Employment, S. A. and I. (2019). *Mechanisms supporting single parents across the European Union*. <https://data.europa.eu/doi/10.2767/786465>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Leitão, M. S. N. D. (2019). *Relatório 2016-2017—Principais desenvolvimentos das políticas de família em Portugal* [Report]. Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39084>
- Maia, C., Ribeiro, D., Honório, F., & Marques, T. S. (2017). *Perfis de vulnerabilidade social em Portugal*. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/111474>
- Marques, M. M. B. (2018). *Uma política familiar: O caso do abono de família*. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/16472>
- Marques, T., Matos, F., Maia, A., & Ribeiro, D. (2016). *Metrópoles em crise*. 1199–1209.
- Marques, Teresa, & Matos, F. L. (2016). *Crise e vulnerabilidade social: Uma leitura territorial*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Martins (coord.), G., Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J., Carrillo, J., Ucha, L., Encarnação, M., Horta, M., Calçada, M., Nery, R., & Rodrigues, S. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação.
- Monteiro, S. R. da R. P. (2012). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, 17(2), 29–40.
- Mouraz, A. (2017). *Os Efeitos do Programa TEIP na Territorialização Curricular, Vistos Pela Ige*. 1–14.
- Pais, J. M. (1990). A Construção Sociológica da Juventude—Alguns contributos. *Análise Social*, XXV, 139–165.
- Pais, J. M. (2016a). *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, trabalho e futuro* (Número 4ª edição (de autor)). GD Publishing / Edições Machado. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24070>
- Pais, J. M. (2016b). Jovens, trabalho e futuro: Dilemas e desafios. Em G. P. N. Rocha, R. Lalanda-Gonçalves, & P. D. Medeiros, *Juventude(s): Novas Realidades, Novos Olhares*. Edições Húmus. <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/4368>
- Pappámikail, L. (2011). A adolescência enquanto objeto sociológico: Notas sobre um resgate. Em J. M. Pais, R. Bendit, & V. S. Ferreira, *Jovens e rumos* (Imprensa de Ciências Sociais).
- Pereira, A. (2007). *PIEF: Um Programa de Educação e Formação*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI).
- Pereirinha, José A., Arcanjo, M., & Carolo, D. F. (2009). *Prestações sociais no corporativismo português: A política de apoio à família no período do Estado Novo*. 26.

- Pereirinha, José António, & Branco, F. (2013). Uma abordagem histórica dos padrões de rendimento mínimo em Portugal. *Ler História*, 64, 55–84.
<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.671>
- Pinto, C., Mendes, F., Oliveira, I., Soares, J., Parente, L., André, P., & Cunha, P. (2012). *Relatório TEIP 2010-2011*. Ministério da Educação e Ciência - Direção Geral da Educação.
- Pordata. (sem data). *Taxa de abandono precoce de educação e formação*. Obtido 18 de Maio de 2020, de <https://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+abandono+precoce+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+forma%C3%A7%C3%A3o+total+e+por+sexo-1350>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2ª Edição). Editora Feevale.
- Programa Escolhas. (sem data-a). *Proposta de Indicadores*.
https://candidatura.programaescolhas.pt/download/Resultados_e_Indicadores.pdf
- Programa Escolhas. (sem data-b). *Relatório de Atividades 2014*.
<http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>
- Programa Escolhas. (sem data-c). *Relatório de Atividades de 2012*.
<http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>
- Programa Escolhas. (sem data-d). *Relatórios de Atividades do Programa Escolhas*. Obtido 20 de Julho de 2020, de <http://www.programaescolhas.pt/avaliacoes>
- Rodrigues, M. de L. (2014). O Modelo das Etapas e a Análise das Políticas Públicas. Em M. de L. Rodrigues (coord.), *Exercícios de análise de políticas públicas* (1.^a edição). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Sampaio, M., & Leite, C. (2015). A territorialização das políticas educativas e a justiça curricular: O caso TEIP em Portugal. *Currículo sem Fronteiras*, v.15(n. 3), 715–740.
- Segurança Social. (sem data-a). *Abono de família para crianças e jovens*. Obtido 25 de Novembro de 2019, de <http://www.seg-social.pt/abono-de-familia-para-criancas-e-jovens>
- Segurança Social. (sem data-b). *Encargos com as crianças e jovens*. Obtido 12 de Novembro de 2019, de <http://www.seg-social.pt/encargos-com-as-criancas-e-jovens>
- Segurança Social. (sem data-c). *Estatísticas*. Obtido 12 de Novembro de 2019, de <http://www.seg-social.pt/estatisticas>
- Silva, M. (2014). Entre o Estado e o mercado: Políticas públicas de educação em Portugal. *e-publica - Revista Electrónica de Direito Público*, 2, 1–32.
- Verdasca, J. (2011). *O Ciclo de Estudos, Unidade Base da Organização Pedagógica da Escola*. 22.
- Verdasca, J., Neves, A. M., Fonseca, H., Fateixa, J. A., Procópio, M., & Magro-C, T. (2019). *Relatório PNPSE 2016-2018: Escolas e Comunidades tecendo Políticas Educativas com base em Evidências* (p. 212). PNPSE/ DGE.
- Vilela, A. P. (2013). *Promoção de Mais Sucesso Escolar. Projetos Organizacionais*. Vilela.
- Wall, K. (2011). A intervenção do Estado: Políticas públicas de família. *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*, 340–374.

Legislação

Despacho n.º 147-B/ME/96 de 1 de agosto. *Diário da República n.º 177/1996, Série II*.
Ministério da Educação. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2000 de 19 de agosto. *Diário da República - I Série-B - N.º 191*. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 4 /2001 de 9 de janeiro. *Diário da República - I série-B - N.º 7*. Lisboa.

Despacho conjunto n.º 948/2003 de 26 de setembro. *Diário Da República-II Série N.º 223*.
Ministério da educação e da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004 de 30 de abril. *Diário da República - I série-B - N.º 102*. Lisboa.

Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto. *Diário da República, n.º 155 - I Série - A*.
Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006 de 26 de junho. *Diário da República - I série-B - N.º 121*. Lisboa.

Despacho Normativo 55/2008, de 23 de outubro. *Diário da República n.º 206, Série II*.
Ministério da Educação. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009 de 23 de julho. *Diário da República, 1.º série - N.º 14*. Lisboa.

Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto. *Diário da República n.º 166/2009, Série I*. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 77/2010 de 24 de junho. *Diário da República, 1.ª série - N.º 121*. Ministério do trabalho e da solidariedade social. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012 de 9 de agosto. *Diário da República, 1.ª série - N.º 154 - 9*. Lisboa.

Portaria n.º 272/2012 de 4 de setembro. *Diário da República, 1.ª série - N.º 171*. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Lisboa.

Despacho normativo n.º 20/2012 de 3 de outubro. *Diário da República*, 2.ª série - N.º 192. Gabinetes do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar e da Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015 de 23 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 250 - 23. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015 de 23 de dezembro. *Diário da República* n.º 250/2015, Série I. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 de 11 de abril. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 70. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 04 de novembro. *Diário da República* n.º 70/2016, Série I. Lisboa

Despacho n.º 3721/2017 de 3 de maio. *Diário da República*, 2.ª série - N.º 85. Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018 de 4 de setembro. *Diário da República*, 1.ª série – n.º 170. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2018 de 22 de novembro. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 225 – 22. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2019 de 14 de agosto. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 155. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020 de 15 de setembro. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 180. Lisboa.

Anexos

ARTIGO 74.º

(Ensino)

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.
2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:
 - a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
 - b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar; c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
 - d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;
 - e) Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino;
 - f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;
 - g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;
 - h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;
 - i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;
 - j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino.

Apêndices

Apêndice 1 - Evolução da escolaridade obrigatória em Portugal

Legislação	Data	Tempo de Escolaridade Obrigatória
DL de 29.3.1911	29 de março de 1911	3 anos
DL de 10.5.1919	10 de maio de 1919	5 anos
DL 13 619	17 de maio de 1927	4 anos
DL 18 140	De março de 1930	3 anos
DL 40 964	De dezembro de 1956	4 anos para rapazes; 3 anos para raparigas
DL 42 994	De maio de 1960	4 anos
DL 45 810	De julho de 1964	6 anos
Lei n.º 46/86	14 de outubro de 1986	9 anos (6 aos 15 anos de idade)
Lei n.º 85/2009	27 de agosto de 2009	12 anos (6 aos 18 anos de idade)

Fonte: Adaptado de Cardim, J. C. (1999)

Apêndice 2 - Abono de Família para Crianças e Jovens

AFCJ		
Legislação	Data	Sumário
Decreto-Lei n.º 32192	13- 08-1942	- Instituído o regime de AFCJ. - Beneficia do AFCJ as crianças até aos 14 anos ou até aos 18 se possuir aproveitamento escolar ou sem limite de idade no caso de incapacidade permanente e total para o trabalho. - Só é potencial beneficiário: - O chefe de família com crianças a cargo; - Cidadão com uma boa conduta moral e profissional; - Residente em território nacional, com nacionalidade portuguesa.
Decreto-Lei n.º 32688	20-02-1943	- Alarga o campo de beneficiários, inclui os funcionários públicos (civis e militares). - Idade limite de atribuição do AFCJ até aos 21 anos, se possuir aproveitamento escolar.
Decreto-Lei n.º 33512	29-01-1944	- Pode agora requerer o AFCJ, qualquer adulto que é abrangido pela Segurança Social, com crianças a cargo, podendo ser qualquer um dos cônjuges, havendo daí em diante igualdade entre os sexos.
Decreto-Lei n.º 35410	29-12-1945	- Estabelece que em períodos de interrupção de trabalho continua beneficiário.
Decreto-Lei n.º 48588	23-09-1968	- Alarga o campo de beneficiários, incluindo os agricultores e pescadores.
Decreto-Lei n.º 169-D/75	31-03-1975	- Estabelece que os trabalhadores desempregados e suas famílias mantem o AFCJ durante o desemprego.
Decreto-Lei n.º 197/77	17-05-1977	- Passa a ser um direito da criança e deixa de haver diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos; - Idade limite para atribuição do AF vai dos 18 anos até aos 24 anos, se possuir aproveitamento escolar ou sem limite de idade no caso de doença prolongada.

(contin.)

Legislação	Data	Sumário
Decreto-Lei n.º 160/80	27-05-1980	<ul style="list-style-type: none">- Definição do agregado familiar é reformulada para “parentes e afins em linha reta e os de linha colateral até 3º grau que convivam em economia familiar com o requerente” (Decreto-Lei 160/80: 1186);- Passa a ser uma prestação que é atribuída segundo as condições dos recursos das famílias;<ul style="list-style-type: none">- A crianças que integrem agregados familiares com rendimentos ilíquidos mensais iguais ou inferiores a 40% do salário mínimo;- Todos os cidadãos nacionais, contribuinte ou não contribuinte (principalmente os mais pobres), que correspondessem a prova de condição de recursos passam a possuir AFCJ;- Majoração do montante em famílias com baixo rendimento.- Aumento nos montantes de abono familiar, reintroduzindo majoração a partir do 3º filho;
Decreto-Lei n.º 170/80	29-05-1980	<ul style="list-style-type: none">- Somente a criança tem direito ao AF, os ascendentes já não são abrangidos;
Decreto-Lei n.º 133-B/97	30-05-1997	<ul style="list-style-type: none">- Alteração do nome para Subsídio Familiar para Crianças e Jovens.- Passa a beneficiar do AFCJ até aos 16 anos ou igualmente até aos 24 anos em caso de aproveitamento escolar.- Diferenciação no montante de AFCJ por três escalões de rendimento.- Apenas no 1º Escalão há uma majoração do montante a partir do 3º filho.

(contin.)

Legislação	Data	Sumário
Decreto-Lei n.º 176/2003	02-08-2003	<ul style="list-style-type: none">- Volta a designar-se Abono Familiar para Crianças e Jovens.- Atualização para cinco escalões de rendimento.- A atribuição do AFCJ tem em conta a idade do descendente e do rendimento das famílias e no qual este se insere.- Elimina a majoração a partir do 3º filho, mas introduz o 13º mês para as famílias com o 1º escalão.- Alteração na fórmula do cálculo dos montantes, favorecendo famílias numerosas.- O Requerente do apoio não tem de estar vinculado a uma carreira contributiva. <p>Passa a ter como critérios para o direito do AF, a integração no agregado familiar, viver em economia familiar, serem cidadãos nacionais ou cidadãos estrangeiros com autorização válida de residência em território nacional.</p>
Decreto-lei n.º 41/2006	21-02-2006	<ul style="list-style-type: none">- Alarga a seleção dos beneficiários, inclui imigrantes com autorização de permanência;
Decreto-Lei n.º 87/2008	28-05-2008	<ul style="list-style-type: none">- Incorpora novo conceito das famílias monoparentais “um único parente ou afim em linha reta ascendente e em linha colateral, até ao 2.º grau, ou equiparado, a viver com os titulares do direito ao abono de família para crianças e jovens” (p. 2998),<ul style="list-style-type: none">- Determina majoração de 25% para as famílias monoparentais.
Portaria n.º 425/2008	16-06-2008	<ul style="list-style-type: none">- Sucede um aumento extraordinário de mais 25% para os titulares do direito de abono do 1º e do 2º escalão.

(Contin.)

Legislação	Data	Sumário
Decreto-Lei n.º 245/2008	18-12-2008	- Atribuição do complemento 13º mês do AFCJ, desde do 2º ao 5º escalão. - Beneficiários entre os 6 e 16 anos, matriculados em estabelecimento de ensino, começam a receber complemento adicional, no mês de setembro para compensar despesas nos encargos escolares.
Decreto-Lei n.º 70/2010	16-06-2010	- A Seletividade é reforçada com regras de acesso mais restritas no cálculo das condições de recurso, verificando os rendimentos e a composição do agregado familiar.
Decreto-Lei n.º 77/2010	24-06-2010	- Eliminação do 13º mês do 2º ao 5º escalão.
Decreto-Lei n.º 116/2010	22-10-2010	- Eliminação da majoração de 25% das prestações no 1º e 2º escalão. - Eliminação do 4º e do 5º escalão de abono.
Decreto-Lei n.º 133/2012	27-06-2012	- Reintrodução da majoração de 10% para famílias em que ambos os pais estivessem desempregados com filho beneficiários do AF até ao 4º escalão. - Majoração do montante de AF para 20%, nas famílias monoparentais.
Portaria n.º 344/2012	26-10-2012	- Revisão da lei de condição de recursos, reavaliando trimestralmente os escalões do AFCJ mais carenciadas. Esta reavaliação depende da exibição de declarações que comprovem a alteração da composição e rendimentos do agregado familiar.
Decreto-Lei n.º 2/2016	06-01-2016	- Aumento do montante de AF para 35%, nas famílias monoparentais.
Portaria n.º 161/2016	09-06-2016	- Majoração nos montantes do AFCJ do 2.º e 3.º escalão.
Portaria n.º 62/2017	09-02-2017	- Atualiza o valor das prestações, com majoração nas famílias mais numerosas.

(contin.)

Legislação	Data	Sumário
Portaria n.º 160/2018	06-06-2018	<ul style="list-style-type: none">- Atualiza os valores das prestações familiares, reforça a proteção garantida às famílias portuguesas para qualquer uma das prestações.- As majorações em função de situações de monoparentalidade e para as famílias mais numerosas são igualmente atualizadas.
Portaria n.º 276/2019	28-08-2019	<ul style="list-style-type: none">- Atualiza os valores das prestações familiares, reforça a proteção garantida às famílias portuguesas para qualquer uma das prestações.

Elaboração Própria. Fontes: Legislação.

Apêndice 3 - Bolsa de Estudo

Bolsa de Estudo		
Legislação	Data	Sumário
Decreto-Lei n.º 201/2009	29-08-2009	<ul style="list-style-type: none">- Criação do novo apoio para famílias mais carenciadas, tendo como beneficiários os jovens do 1.º e 2.º escalão do AF, a frequentar o nível secundário de educação, com aproveitamento escolar e que não trabalhe.- Beneficia da bolsa de estudo jovens com idade inferior a 18 anos.- O montante deste novo apoio é duas vezes o valor do AF atribuído ao seu titular.
Decreto-Lei n.º 133/2012	27-05-2012	<ul style="list-style-type: none">- Alteração no montante da bolsa de estudo, tornando-se igual ao valor do AF atribuído ao seu titular.

Elaboração Própria. Fontes: Legislação.

Apêndice 4 - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TEIP		
Legislação	Data	Sumário
Despacho nº 147/B/ME/96	01-08-1996	- Início da experiência dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.
Despacho Normativo nº 55/2008	23-10-2008	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelece a segunda geração, TEIP2, desenvolvendo-se a partir do ano letivo de 2008/2009. - Integra escolas ou agrupamentos de escolas com grande número de alunos em risco de exclusão social e escolar. - Determina constituição de uma comissão coordenadora permanente e de um conselho consultivo do programa TEIP2. - Tem como objetivo geral, melhorar a qualidade de aprendizagens, combater o abandono escolar e saídas precoces do sistema educativo, criar condições que favoreçam a orientação educativa e a transição da escola para a vida ativa.
Despacho Normativo n.º 20/2012	03-10-2012	<ul style="list-style-type: none"> - Institui a terceira geração, TEIP3, Desenvolvendo-se a partir no ano letivo de 2012/2013. - Acresce um objetivo geral, crescente articulação da ação da escola com os parceiros dos territórios educativos de intervenção prioritária.

Elaboração Própria. Fontes: Legislação.

Apêndice 5 - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

PNPSE		
Legislação	Data	Sumário
Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016	11-04-2016	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do PNPSE e de uma Estrutura de Missão para a promoção do sucesso escolar. - Tem a finalidade de possibilitar um ensino de qualidade para todos e amplia a eficácia e qualidade da escola pública, contrariando o insucesso escolar. - Valorização da igualdade de oportunidades.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2019	14-08-2019	<ul style="list-style-type: none"> - É prolongado o mandato da estrutura de missão para a promoção e sucesso escolar, por mais dois anos letivos. - Continuidade na crescente redução das taxas de retenção e do abandono escolar precoce, na melhoria das aprendizagens na área do Português no 1º ciclo e nos alunos de 15 anos de idade com as competências básicas de literacia. - Prossecução da formação contínua de qualidade nos professores.

Elaboração Própria. Fontes: Legislação.

Apêndice 6 - Programa Mais Sucesso Escolar

PMSE		
Projeto	Local	Sumário
Projeto Fénix	Agrupamento de Escolas de Beiriz, na Póvoa de Varzim	- Dá um apoio mais individual aos alunos que são sinalizados pela escola que necessitem de melhorar as suas aprendizagens e logo que os alunos alcancem o nível de desempenho esperado, são integrados na sua turma de origem.
Projeto TurmaMais	Escola Secundária Rainha Santa Isabel de Estremoz	- É uma turma sem alunos fixos e que inclui temporariamente alunos originários de várias turmas do mesmo ano de escolaridade. Cada grupo é submetido a um horário de trabalho idêntico ao da sua turma de origem, tendo a mesmo professor e carga horária. Estes beneficiam de um apoio mais próximo e individualizado, com os seus ritmos de aprendizagem e sem sobrecarga de horas semanais para os alunos.

Elaboração Própria. Fontes: (Claro, 2017; Fialho & Salgueiro, 2011; Vilela, 2013).

Apêndice 7 - Projeto-piloto de Inovação Pedagógica

PPIP		
Legislação	Data	Sumário
Despacho n.º 3721/2017	03-05-2017	<p>- Autoriza a execução de PPIP, ao longo de três anos escolares, como experiência pedagógica.</p> <p>- Desempenha medidas para promover a qualidade das aprendizagens, eliminar eficientemente o abandono e o insucesso escolar em todos os ciclos.</p> <p>- Domínios das medidas e estratégias a implementar no PPIP, “a) Diversificação e gestão curricular; b) Articulação curricular; c) Inovação pedagógica; d) Organização e funcionamento interno; e) Relacionamento com a comunidade”.</p>
Portaria n.º 181/2019	11-06-2019	<p>- Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular (possibilidade de gestão flexível num intervalo de variação entre 0 % e 25 %, considerando as opções curriculares de cada escola. No decorrer do exercício de autonomia, é concedido uma possibilidade de maior flexibilidade curricular, superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário).</p> <p>- Domínios das opções curriculares e outras medidas a adotar pela escola,</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Gestão curricular contextualizada; b) Articulação curricular assente em relações multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares; c) Metodologias integradoras do planeamento do ensino, da aprendizagem e da avaliação; d) Dinâmicas pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente; e) Cooperação de pais ou encarregados de educação e de outros parceiros da comunidade.

Elaboração Própria. Fontes: Legislação.

Apêndice 8 - Programa Integrado e de Educação e Formação

PIEF		
Legislação	Data	Sumário
Despacho Conjunto n.º 882/99	15-10-1999	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do PIEF. - Combate à exploração do trabalho infantil, reintegrando as crianças e jovens em percursos escolares regulares.
Despacho Conjunto n.º 948/2003	23-09-2003	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão do PIEF. - Auxilia na certificação escolar e profissional dos menores de 15 anos, em situação de exploração de trabalho infantil e em exclusão social. - Favorecer os menores com idade igual ou superior a 16 anos que celebre um contrato de trabalho no cumprimento da sua escolaridade obrigatória. - Ocorre um alargamento das respostas aos casos de abandono escolar fundados pela exploração infantil ou outras formas de exploração de menores. - Reforço do PIEF na vertente educativa e/ou formativa (reingresso escolar e acompanhamento dos percursos escolares) e na vertente de integração (despistagem de situações, proporcionar respostas sociais e económicas, incorporando atividades de formação não escolar, de ocupação e de desenvolvimento).
Portaria n.º 272/2012	04-09-2012	<ul style="list-style-type: none"> - Cria o Programa de Apoio e Qualificação do PIEF. - Implementação dos Protocolos de Apoio e Qualificação do PIEF. - Finalidade de progredir na inclusão social de crianças e jovens, criando respostas socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, certificando os jovens a nível escolar e profissional.

(contin.)

Legislação	Data	Sumário
Regulamento de constituição e funcionamento de turmas PIEF	Ano letivo 2016/2017	- Tem como destinatários os jovens dos 15 aos 18 anos, à data de 1 de setembro.
	Ano letivo 2017/2018	- Ocorre a sinalização quando a criança ou jovem não comparece nas atividades letivas do calendário escolar injustificadamente há mais de 20 dias úteis.
	Ano letivo 2018/2019	

Elaboração Própria. Fontes: Legislação.

Apêndice 9 - Programa Escolhas

PE		
Legislação	Data	Sumário
Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001	09-01-2001	<p>- É formulado um programa denominado como «Escolhas», com a primeira fase de implementação em janeiro de 2001 até dezembro de 2003.</p> <p>- Prevenção da criminalidade e inserção de jovens em bairros problemáticos, apenas nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal e dirige-se aos jovens entre os 12 e 18 anos.</p> <p>Áreas estratégicas: mediação social, ocupação de tempos livres e participação comunitária.</p>
Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004	30-04-2004	<p>- Início da segunda geração do PE em maio de 2004 até setembro de 2006.</p> <p>- Redirecionada a sua ação de prevenção da criminalidade para a promoção da inclusão social.</p> <p>- Alteração do modelo de atuação para uma lógica centralizada assente em projetos locais planeados em instituições locais, ou seja, instituição elabora, realiza, desempenha e avalia os projetos.</p> <p>- Áreas estratégicas: promover a inclusão escolar e formação profissional, ocupar tempos livres e incentivar a participação comunitária e plena integração na sociedade.</p>
Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006	26-05-2006	<p>- Começo da terceira geração de 2007 até 2009.</p> <p>- Alarga a intervenção para as crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis entre os 6 e os 24 anos e alargou a sua intervenção com um aumento substancial do investimento.</p>

(contin.)

Legislação	Data	Sumário
		<ul style="list-style-type: none">- Maior ponderação com o risco e exclusão social e cultural dos destinatários, particularmente os descendentes de emigrantes e minorias étnicas.- Áreas estratégicas: inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, participação cívica e comunitária e inclusão digital.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009	23-06-2009	<ul style="list-style-type: none">- Renovação de 2010 até 2012, quarta geração.- Aumento do financiamento e um reforço na sua presença no terreno.- Cria mais respostas para as carências detetadas, favorecendo a melhoria da intervenção geral.- Áreas estratégicas: inclusão escolar e educação não formal, formação profissional e empregabilidade, dinamização comunitária e cidadania, inclusão digital e empreendedorismo e capacitação.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012	09-08-2012	<ul style="list-style-type: none">- Continuidade para quinta geração, de 2013 até 2015.- Com a aproveitação dos recursos, tornando-se possível multiplicar sucessivamente os participantes e alcançar sucesso nas intervenções.- Áreas estratégicas: Igual a geração anterior.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015	23-12-2015	<ul style="list-style-type: none">- Início da sexta geração, entre 2016 e 2018.- O programa continua a envolver uma rede de parceiros da sociedade civil, das instituições locais e empresariais, na perspetiva de promover a empregabilidade dos jovens e

(contin.)

Legislação	Data	Sumário
		<p>contribuir para a aquisição de competências profissionais e/ou empreendedoras.</p> <p>- Áreas estratégicas:</p> <p>Medida I- Educação e Formação, visa a inclusão escolar e a educação não formal, a formação e qualificação profissional;</p> <p>Medida II- Empregabilidade e Emprego, visa a promoção do emprego e empregabilidade facilitando a transição para o mercado de trabalho;</p> <p>Medida III- Participação, direitos e deveres cívicos e comunitários, contribui para a participação, cidadania e aborda os direitos e deveres cívicos e comunitários;</p> <p>Medida IV- Inclusão Digital, de carácter transversal e cumulativa às restantes medidas anteriormente;</p> <p>Medida V- Promove e apoia o Empreendedorismo.</p>
Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2018	22-09-2018	<p>- Constituída à sétima geração, no período de 2019 até 2020.</p> <p>- Áreas estratégicas:</p> <p>Medida I- Educação, Formação e Qualificação, contribui para o sucesso escolar, redução do absentismo, abandono escolar, e colabora com a formação e qualificação profissional;</p> <p>Medida II- Emprego e Empreendedorismo, promove o emprego e empregabilidade facilitando a transição para o mercado de trabalho e apoia iniciativas empreendedoras;</p>

(contin.)		
Legislação	Data	Sumário
		Medida III- Dinamização Comunitária, Participação e Cidadania, que visa contribuir para o desenvolvimento de atividades de âmbito comunitário, lúdico e ou pedagógico, permitindo uma maior consciencialização obre os direitos e deveres cívicos e comunitários.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020	15-09-2020	<p>Aprova à oitava geração do PE, para o período de 2021 a 2022.</p> <p>Áreas estratégicas:</p> <p>a) Medida I - Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação, que através da intervenção com crianças e jovens e com as respetivas famílias, visa contribuir para o sucesso escolar, para a redução do absentismo e abandono escolar, para a criação de ofertas específicas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, bem como para a formação, qualificação profissional e desenvolvimento de competências digitais;</p> <p>b) Medida II - Emprego e Empreendedorismo, visa contribuir para a promoção do emprego e empregabilidade, favorecendo a transição para o mercado de trabalho, bem como apoiar iniciativas empreendedoras;</p> <p>c) Medida III - Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania, que visa contribuir para a promoção da saúde, particularmente de sensibilização no âmbito da pandemia da doença COVID-19, bem como o desenvolvimento de atividades de âmbito lúdico e pedagógico, permitindo uma maior</p>

(contin.)		
Legislação	Data	Sumário
		conscientização sobre os direitos e deveres cívicos e comunitários.

Elaboração Própria. Fontes: Legislação.

Apêndice 10 - Evolução dos Montantes das Prestações Familiares

Abono de Família para Crianças e Jovens			
Escalão de Rendimentos	2010 (até 31/10)	2011	2020
1.º	43,68	35,19	37,46
2.º	36,23	29,19	30,93
3.º	26,54	26,54	28,00
4.º	22,59	-	-
5.º	11,29	-	-
Bolsa de Estudo			
	2009 e 2010	2011	2020
1.º e 2.º Escalão	Igual a 2 vezes o AFCJ atribuído ao jovem	Igual ao AFCJ atribuído ao jovem	

Elaboração Própria. Fonte: Direção-Geral da Segurança Social

Apêndice 11 - N.º de Crianças e Jovens Participantes no Programa Escolhas

Ano	N.º	%
2012	42,531	73,84
2013	32.776	73,87
2014	30,058	74,50
2015	-	75,8
2016	23,548	77,4
2017	33,261	79,9
2018	33.298	78,4

Elaboração Própria. Fonte: Relatórios de Atividades

Apêndice 12 - Áreas Estratégicas de Intervenção

1.º Geração	2.º Geração	3.º Geração
2001 - 2003	2004 - 2006	2007 - 2009
a) Mediação Social; b) Ocupação de Tempos Livres; c) Participação Comunitária.	a) Promoção da inclusão escolar e formação profissional; b) Ocupação dos tempos livres e participação comunitária; c) Plena integração na sociedade.	a) Inclusão escolar e educação não formal; b) Formação profissional e empregabilidade; c) Participação cívica e comunitária; d) Inclusão digital.
4.º Geração	5.º Geração	6.º Geração
2010 - 2012	2013 - 2015	2016 - 2018
a) Inclusão escolar e educação não formal; b) Formação profissional e empregabilidade; c) Dinamização comunitária e cidadania; d) Inclusão digital; e) Empreendedorismo e capacitação.	a) Inclusão escolar e educação não formal; b) Formação profissional e empregabilidade; c) Dinamização comunitária e cidadania; d) Inclusão digital; e) Empreendedorismo e capacitação.	a) Medida I - Educação e Formação; b) Medida II - Empregabilidade e Emprego; c) Medida III - Participação, direitos e deveres cívicos e comunitários; d) Medida IV - Inclusão Digital, de carácter transversal e cumulativa às restantes medidas anteriormente enuncia das, potenciando-as, e) Medida V - Capacitação e Empreendedorismo.

Elaboração Própria, Fonte: Legislação